

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA- MESTRADO**

SIDNEY CÉZAR OLIVEIRA E SILVA FERREIRA

**VÁRIAS IGREJAS E UMA BANCADA?
A ATUAÇÃO DOS EVANGÉLICOS NO CONGRESSO NACIONAL DURANTE
O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA
(década de 1980)**

MACEIÓ

2022

SIDNEY CÉZAR OLIVEIRA E SILVA FERREIRA

VÁRIAS IGREJAS E UMA BANCADA?

**A ATUAÇÃO DOS EVANGÉLICOS NO CONGRESSO NACIONAL DURANTE
O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA
(década de 1980)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador(a): Prof.^a Dr^a Michelle Reis de Macedo

MACEIÓ

2022

**Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1787

F383v Ferreira, Sidney César Oliveira e Silva.

Várias igrejas e uma bancada? : a atuação dos evangélicos no Congresso Nacional durante o processo de transição democrática (década de 1980) / Sidney César Oliveira e Silva Ferreira. – 2022.

187 f. : il.

Orientadora: Michelle Reis de Macedo.

Coorientador: Arthur Almeida Santos de Carvalho Curvelo.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.

Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 159-163.

Apêndices: f. 164-187.

1. Brasil - História - 1982-1990. 2. Evangélicos. 3. Política. 4. Poder. I. Título.


CDU: 94(81).088/.089:284/288

Folha de Aprovação

SIDNEY CEZAR OLIVEIRA E SILVA FERREIRA


Várias Igrejas e uma Bancada? A atuação dos evangélicos no Congresso Nacional durante o processo de transição democrática (década de 1980)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 08 de dezembro de 2022.


Documento assinado digitalmente
 MICHELLE REIS DE MACEDO
Data: 14/12/2022 12:11:16-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^ª. Dr.^ª. Michelle Reis de Macedo (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 IRINEIA MARIA FRANCO DOS SANTOS
Data: 14/12/2022 13:27:11-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^ª. Dr.^ª. Irinéia Maria Franco dos Santos (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 ANDERSON DA SILVA ALMEIDA
Data: 15/12/2022 11:43:57-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 CANDIDO MOREIRA RODRIGUES
Data: 15/12/2022 16:48:42-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Cândido Moreira Rodrigues (Examinador Externo)
Universidade Federal do Mato Grosso



PPGH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA - 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Nº 04/2022

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às 09:00 horas, na sala virtual, reuniu-se a Banca Examinadora designada para arguir a **Defesa de Mestrado de SIDNEY CEZAR OLIVEIRA E SILVA FERREIRA**, sob o título “Várias Igrejas e uma Bancada? A atuação dos evangélicos no Congresso Nacional durante o processo de transição democrática (década de 1980)”, sendo a referida banca constituída pelos Professores: Dr^a. Michelle Reis de Macedo – Orientadora (UFAL), Dr. Anderson da Silva Almeida – Avaliador Interno (UFAL), D^a. Irinéia Maria Franco dos Santos – Avaliadora Interna (UFAL) e Dr. Cândido Moreira Rodrigues - Avaliador Externo (UFMT)

Após a avaliação, a Banca deliberou pela:

(X) Aprovação

() Reprovação



Documento assinado digitalmente
MICHELLE REIS DE MACEDO
Data: 14/12/2022 12:12:48-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Professor(a) Orientador(a): _____



Documento assinado digitalmente
IRINEIA MARIA FRANCO DOS SANTOS
Data: 14/12/2022 13:25:59-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Avaliador(a) Interno(a): _____



Documento assinado digitalmente
ANDERSON DA SILVA ALMEIDA
Data: 15/12/2022 11:40:38-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Avaliador(a) Interno(a): _____



Documento assinado digitalmente
CANDIDO MOREIRA RODRIGUES
Data: 15/12/2022 16:47:51-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Avaliador(a) Externo(a): _____

Maceió, 08 de dezembro de 2022

UFAL - Campus A.C. Simões, ICHCA, PPGH
Av. Lourival Melo Mota, s/nº, Cidade Universitária, Maceió-AL, CEP: 57072-970
Telefone: +55 (82) 3214-1340
E-mail: ufal.ppgh@gmail.com

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e pela oportunidade de estudar na Universidade Federal de Alagoas, da qual mantenho grande afeto e consideração por ter me recebido em seu seio.

A minha família, em especial, aos meus filhos Luiz Carlos e Ana Beatriz que são minha maior motivação para continuar firme com meus sonhos. A Shirley, companheira e amiga, que muito me incentivou a concluir o curso.

A Igreja Batista de Glória-BA, estimada Congregação de irmãos valiosos que sempre esteve ao meu lado dando suporte, principalmente, moral e econômico.

A minha digníssima e competente orientadora, Prof.^a Dr^a Michelle Reis de Macedo que fez tudo acontecer. Sem a sua orientação, conhecimento e habilidade não teria conseguido chegar ao final do curso. Também quero deixar notificado o quanto sua paciência, humanidade e amabilidade em conduzir o processo de formação foram fundamentais para que lutasse pelo sucesso dessa fase de minha vida.

A todos os professores do curso que contribuíram com minha formação. A minha primeira orientadora Prof.^a Dr^a Célia Nonata da Silva que lançou os fundamentos da minha pesquisa. A Banca Examinadora, Prof.^a Dr^a Irineia Maria Franco dos Santos, aos Professores Doutores Anderson da Silva Almeida e Cândido Rodrigues que se disponibilizaram para compor a Banca de Qualificação e Defesa, por orientar no aperfeiçoamento e melhoramento da pesquisa desenvolvida.

Ao meu amigo, também de curso, Fernando de Sá Oliveira Júnior, que sempre respondeu aos meus pedidos de ajuda na caminhada rumo a conclusão do curso.

Nesse período de curso, enfrentamos uma pandemia mortal, um recomeço acadêmico de forma remota, o isolamento social, as dificuldades econômicas, um governo anticiência e os temores do tempo sombrio, mas graças Deus, até aqui nos ajudou o Senhor.

RESUMO

A história do tempo presente é marcada pelo período da redemocratização no Brasil na década de 1980 e como as Igrejas Evangélicas¹ participaram dessa fase transitória. A partir de uma vasta documentação dos anais do Congresso Nacional, revistas e periódicos religiosos, Atas de Concílios Ecumênicos, deliberações de Convenções de Igrejas, dentre outros registros que passamos a analisar como as Igrejas Evangélicas adentraram a política e marcaram sua influência na refundação da Nova República brasileira. As Igrejas Evangélicas, como novo ator político, se destacaram como fenômeno influenciador porque trouxeram novas estratégias de ação para se fazer política no Brasil, introduzindo, diretamente, a religião no processo e nos debates do espaço político. Apesar da diversidade evangélica, a manifestação política foi uma tentativa de criar uma identidade participativa para fazer prevalecer uma consciência religiosa sobre o público. O trabalho é uma discussão e análise sobre essas ações de contornos religiosos, éticos, moralistas e fisiológicos que confundem a espiritualidade religiosa com a vontade de poder dos religiosos; suas nuances e consequências para o Brasil e para as Igrejas Evangélicas.

Palavras-chave: Evangélicos. Redemocratização. Política. Poder

¹ Identificaremos as principais igrejas que se destacaram ao longo do período dentro do processo político.

SUMMARY

The history of the present time marks the period of redemocratization in Brazil in the 1980s and how the evangelical church participated in this transitional phase. From a vast documentation of the annals of the National Congress, magazines and religious periodicals, Acts of Ecumenical Councils, deliberations of Church Conventions, among other records, we proceed to analyze how the evangelical church entered politics and marked its influence in the refoundation of the New Brazilian Republic. The evangelical church, as a new political actor, stood out as an influential phenomenon because it brought new strategies of action to make politics in Brazil – it directly introduced religion into the process and debates of the political space. Despite the evangelical diversity, the political demonstration was an attempt to create a participatory identity to make a religious conscience prevail over the public. The work is a discussion and analysis of these actions of religious, ethical, moralistic and physiological contours that confuse religious neutrality with the will to power of the religious; its nuances and consequences for Brazil and for the evangelical church itself.

Keywords: Evangelicals. Redemocratization. Policy. Power

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABU** - Aliança Bíblica Universitária
- AEVB** - Associação Evangélica Brasileira
- AT** - Ato Institucional
- ANC** - Assembleia Nacional Constituinte
- ARENA** - Aliança Renovadora Nacional
- ABI** - Associação Brasileira de Imprensa
- AD** - Assembleia de Deus
- BE** – Bancada evangélica
- CIA** - Agência Central de Inteligência
- CBE** - Comissão Brasileira de Evangelização
- CMI** - Conselho Mundial de Igrejas
- CLAI** - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
- CONELA** - Confraternidade Evangélica Latino-Americana
- CCJ** - Comissão de Constituição e Justiça
- CEB** - Confederação Evangélica do Brasil
- CBB** - Convenção Batista Brasileira
- CEPLAC** - Comissão da Lavoura Cacaueira
- CPI** - Comissão Parlamentar de Inquérito
- CPAD** - Casa Publicadora da Assembleia de Deus
- CN** - Conselho Nacional
- CEDI** - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
- CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONIC** - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
- DCN** - Diário do Congresso Nacional
- EBD** – Escola Bíblica Dominical
- GEAP** - Grupo Evangélico de Ação Política
- IPU** - Igreja Presbiteriana Unida
- IECLB** - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
- IEAB** - Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
- ICAR** - Igreja Católica Apostólica Romana
- IURD** - Igreja Universal do Reino de Deus

INESP - Instituto Evangélico de Estudos Sociopolíticos
IPI - Igreja Presbiteriana Independente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LCWE – Lausanne Committee for World Evangelization
LBA – Legião Brasileira de Assistência
MPC - Mocidade Para Cristo
MEP - Movimento Evangélico Progressista
MES - Movimento Evangélico Suprapartidário
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
PDT - partido democrático trabalhista
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN - Partido Republicano Nacional
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PFL - Partido da Frente Liberal
PDC - Partido Democrático Cristão
PT - Partido dos Trabalhadores
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PP - Partido Popular
PDD – Partido Democrático Social
PR – Pastor
SUDEP - Superintendência do Desenvolvimento de Pesca
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
TI - Teologia Integral
TL - Teologia da Libertação
TP - Teologia da Prosperidade
USP - Universidade de São Paulo
VINDE - Visão Nacional de Evangelização

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – RELIGIÃO PROTESTANTE NO BRASIL NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO	20
1.1 Os evangélicos como ator político na redemocratização do Brasil.....	22
1.2 Historiografia: Protestantismo no Brasil – evangélicos na política.....	38
1.3 A década de 1980: ditadura, democracia em conflito e memórias evangélicas.....	48
1.4 Religiosidade de Poder: as igrejas evangélicas e sua relação com o poder político brasileiro.....	57
1.5 Epistemologia do Tempo Histórico como análise da religião protestante no campo político.....	59
CAPÍTULO 2 – AS IGREJAS EVANGÉLICAS E OS ATORES POLÍTICOS DA BANCADA EVANGÉLICA	65
2.1 Várias Igrejas Evangélicas e uma Bancada Evangélica?	66
2.1.1 Os parlamentares evangélicos nas eleições de 1982.....	77
2.1.2 A Bancada Evangélica da Constituinte de 1986 e 1987.....	87
2.1.3 Os evangélicos e as eleições de 1989 e 1990.....	85
2.2. A Bancada Evangélica: atores Conservadores e atores Progressistas.....	94
2.2.1 Os Metodistas.....	101
2.2.2 Os Luteranos.....	104
2.2.3 Os Batistas.....	106
2.2.4 Os Assembleianos.....	111
2.2.5 Os Presbiterianos.....	117
CAPÍTULO 3 – A ATUAÇÃO HISTÓRICA DA BANCADA EVANGÉLICA DENTRO DO CAMPO POLÍTICO	122
3.1. A pauta evangélica no Congresso Nacional.....	123
3.1.1 A Censura.....	125
3.1.2 O Aborto.....	130
3.1.3 O Homossexualidade.....	133

3.2. O fisiologismo evangélico, os investimentos em comunicação e o enriquecimento das Igrejas Evangélicas.....	138
3.3. O discurso prosélito conversionista na Tribuna.....	144
3.4. Legado social e político da ação religiosa evangélica no processo de redemocratização e reconstrução da nova República brasileira.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
FONTES.....	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	161
APÊNDICE.....	166
APÊNDICE A – Os parlamentares da Igreja Assembleia de Deus.....	166
APÊNDICE B – Os parlamentares das Igrejas Batistas.....	177
APÊNDICE C – Os parlamentares da Igreja Congregacional.....	182
APÊNDICE D – Os parlamentares da Igreja Presbiterianas.....	183
APÊNDICE E – Os parlamentares da Igreja Quadrangular.....	185
APÊNDICE F – Parlamentar da Igreja cristã evangélica	187
APÊNDICE G – Parlamentar da Igreja Universal.....	188
APÊNDICE H – Parlamentar da Igreja adventista.....	188

INTRODUÇÃO

O recorte temporal desse texto começa no ano de 1980. Para Hobsbawm, a “última parte desse século foi uma nova era de decomposição, incerteza e crise – e, com efeito, para grandes áreas do mundo, como a África, a ex URSS e as partes anteriores socialistas da Europa, de catástrofe”². Para o Brasil, significou um recomeço político: o início da República.

Dividida em dois períodos, a década de 1980 no Brasil significou a derradeira fase da ditadura militar com o governo de João Batista Figueiredo (1979 – 1985) e o início da redemocratização com o governo de José Sarney (1985 – 1990). E deste contexto histórico, as Igrejas Evangélicas³ participaram intensamente do cenário da política institucional que estava se configurando. O propósito do trabalho, portanto, é analisar como esses atores políticos interferiram nas transformações vivenciadas nos anos 1980 e como essa atuação repercutiu no seu próprio cotidiano como instituição religiosa.

A abertura política foi marcada por importantes disputas eleitorais: as eleições para governador em 1982, as eleições indiretas para presidente em 1985 com a volta de um presidente civil, as eleições para deputados federais para compor o Congresso Nacional e a Constituinte em 1986, as eleições de 1988 que renovaram as prefeituras e as câmaras municipais, as eleições diretas para presidente em 1989 e as eleições diretas para o Legislativo em 1990.

Embora tenha ocorrido importantes avanços na democracia institucional, no âmbito da economia, essa fase foi considerada um “período de desencanto” com inúmeras tentativas do controle da inflação, muitos planos econômicos e

² HOBBSAWM, Erick. **A era dos extremos**. 1995, p.15

³ Atualmente, generalizou-se o uso do nome “evangélico” para todos os protestantes, o que eles próprios aceitam. Embora no Brasil e na Europa “evangélico” seja conceito unívoco, em alguns lugares, como nos Estados Unidos, o termo é equívoco porque designa a ala conservadora e às vezes até mesmo fundamentalista do protestantismo. No Brasil não temos outra maneira de discriminar uma coisa da outra a não ser usando para a ala conservadora o termo inglês “evangelical”. Os próprios católicos, talvez evitando a conotação pejorativo do nome “protestante”, optam por “evangélicos” ao se referirem aos protestantes. Aos poucos, em todas as áreas, “evangélico” vai substituindo “protestante”, exceto nas academias, cuja permanência deste se dá pelo seu peso histórico. Os protestantes, ao aceitar o nome de “evangélicos”, tanto como autoidentificação religiosa individual como em suas instituições e igrejas, não o usam como nome de escolas, muito menos o de “protestante”. Nesse caso, preferem identificar suas instituições de ensino pela respectiva confessionalidade. Enfim, para tentar simplificar, no Brasil todo protestante é evangélico, mas nem todo evangélico é “protestante”. República e pluralidade religiosa no Brasil. MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **REVISTA USP**, São Paulo, n.59, p. 144-163, setembro/novembro 2003, p.153.

asfixia do povo trabalhador. Segundo Vidal Luna, a crise do petróleo em 1973 foi um presságio da crise que viria em 1980.⁴ Todavia, a propaganda desse período foi de silenciar a realidade.

O milagre econômico ocorreu na fase mais reacionária do regime militar. Numa época em que amordaçava a oposição e a imprensa e controlava os sindicatos, a única meta do governo era mostrar crescimento a qualquer custo. Não se admitiam críticas, nem mesmo as imparciais, que apontavam erros na política econômica. Até o debate econômico foi silenciado e mantido longe dos meios de comunicação pelo regime.⁵

O período que se seguiu à ditadura militar trouxe as consequências de uma realidade dura de um regime politicamente autoritário e economicamente excludente. Segundo Marcos Nobre, “com o declínio da ditadura, em ambiente de redemocratização, a abismal desigualdade brasileira se tornou insustentável”.⁶

No âmbito internacional, o sistema capitalista também passava por transformações que interferiram nas dinâmicas do Brasil. Segundo Hobsbawm, o mundo vivia o início da economia mundial globalizada, mas estava à volta com uma crise no capitalismo com o desemprego em massa, concentração de renda entre ricos e miséria crescente dos pobres, depressões econômicas, renda limitada e gastos ilimitados pelo Estado.⁷

Outro colapso em andamento era a crise social e econômica. As teorias racionalistas e humanistas estavam se deteriorando, sendo substituídos pelo progresso material, a tecnologia científica e o individualismo.⁸ Contexto perfeito para a Teologia da Prosperidade⁹ se opor à Teologia Integral¹⁰, apelando para uma espiritualidade meritória, ufanista e intimista.¹¹

⁴ LUNA, Francisco Vidal. **O Brasil desde 1980**. São Paulo: A Girafa Editora, 2007, p. 66

⁵ Idem

⁶ NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 5.

⁷ HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 19

⁸ HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 20

⁹ Doutrina religiosa cristã que defende que a bênção financeira é o desejo de Deus para os cristãos e que a fé, o discurso positivo e as doações para os ministérios cristãos irão sempre aumentar a riqueza material do fiel.

¹⁰ Teologia que descrever uma compreensão da missão cristã onde abrange tanto o evangelismo como a responsabilidade social.

¹¹ É uma espiritualidade individualista que favorece a realização pessoal em detrimento do coletivo.

O total descontrole da economia mundial, da política e da desconstrução social e econômica atingiu a todos, inclusive o Brasil. Esse contexto de caos também era um cenário ideal para o envolvimento evangélico na política com seu discurso triunfalista de salvação do homem moderno secularizado¹².

As igrejas evangélicas no Brasil desde 1850 – e agora de forma contundente – buscavam representatividade política não mais como coadjuvante da história, mas como protagonistas de um novo tempo. Apesar do pluralismo denominacional, existia uma dogmática cristológica que une as igrejas – Jesus Cristo é o messias e seu salvador. Daí eles se sentem como unidade religiosa, ora identificada como igreja evangélica, ora como igreja protestante, no singular. Na prática, como um todo administrativamente e eclesiasticamente diferentes, mas dogmaticamente unidas no Cristo. Assim, as Igrejas, como novos atores políticos, passaram a surpreender na formação da nova República com sua influência baseada no discurso moral, ético e espiritual. A pergunta do título faz referência a essa heterogeneidade política da Bancada, com progressistas e conservadores, atuando no campo político. Entretanto, há algo paradoxal nessa questão religiosa, porque o conservadorismo religioso também incluía os católicos,¹³ formando, desta forma, uma Bancada Religiosa Conservadora. Todavia, entre o discurso e a prática política evangélica, atitudes são questionáveis, negociações são suspeitas e situações duvidosas são denunciáveis causando conflitos naquele universo religioso.

Apesar das suspeitas recaindo sobre as igrejas desde o início do seu envolvimento secular, elas saíram de seus templos para conquistar e ganhar o mundo para o seu Cristo. Ao se envolverem no universo político, afirmando estar do lado do bem, travaram, sobre as bases do fundamentalismo teológico, uma luta (chamada de guerra espiritual) contra o mal mundano identificado por eles

¹² Homem moderno secularizado significa homem ateu científico, ou seja, homem distante de Deus e da religião que confia meramente na ciência.

¹³ Os católicos são representados pela CNBB - A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é a instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja Católica no País, na qual, a exemplo dos Apóstolos, conjuntamente e nos limites do direito, eles exercem algumas funções pastorais em favor de seus fiéis e procuram dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias, e realizar evangelicamente seu serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do Reino definitivo. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/institucional> Acesso em: 20/12/2022.

como comunista, científico-ateísta¹⁴, libertino pornográfico-homossexual, herético católico e demoníaco umbandista que, na sua visão, penetravam a cultura, a sociedade e a política nacional brasileira. As contradições que submergiam as igrejas não impediram e não intimidaram seu envolvimento com a política e nem seu projeto de participação do poder. Naquele período, olhar para o futuro representava um salto na escuridão, pois não imaginaríamos onde o envolvimento evangélico na política poderia nos levar. Com todo mal-estar da década, ainda assim, nos anos posteriores, a igreja sinalizava continuar seu caminho de crescimento numérico, econômico, institucional e envolvimento com o poder político.

A notória motivação para construir esse texto é oriunda da necessidade de se discutir o horizonte temporal que marcou a entrada dos evangélicos na política, fixado na década de 1980. Portanto, é pretendido analisar o tema a partir de três pontos de debate: 1) a religião protestante no período da redemocratização; 2) as igrejas evangélicas e os seus representantes na esfera política; 3) a formação e a experiência histórica da bancada evangélica no Congresso Nacional.

Primeiro, procuramos identificar esse novo ator político e sua relação com o poder secular político brasileiro. Naquele momento de transição política, as igrejas evangélicas atuaram como participantes diretos na construção de uma nova Constituição, bem como influenciadoras nos debates sobre os mais diversos assuntos da nova República, destacando seus discursos e posições moralistas, fundamentalistas e conservadoras. Nesse sentido, podemos afirmar que a associação entre religião e política foi um fator social importante para o uso da religião, para a satisfação dos interesses e ambições dos políticos que dominam o cenário político, social e econômico do país.

Posteriormente, procuramos identificar quem são os parlamentares que exerceram domínio nas eleições de 1982, na Constituinte de 1986 a 1987, e, nas eleições de 1989 e 1990. Também analisaremos quais igrejas estavam ligadas ao movimento político, os órgãos religiosos e as instituições religiosas que agiram para determinar sua vontade e conseguir a concretização de seus interesses.

¹⁴ Termos usados de forma pejorativa para desqualificar a ciência, a igreja católica, movimentos espiritualistas de matriz africana e o movimento homoafetivo.

Finalmente, o capítulo terceiro trata da experiência concreta desses parlamentares dentro do campo político; como pensaram e agiram em determinadas pautas, qual a identidade de seus discursos, seu legado social e político para a reconstrução do país. Também procuramos mostrar qual o potencial de pressão dos evangélicos para modificar os rumos da nação e estabelecer uma bancada religiosa¹⁶ representativa no Parlamento que despontasse como uma força política duradoura e eficaz.

Esse estudo é um desafio do tempo presente. Tendo como contexto a política atual, motivo pela qual despertou o estudo da origem da participação das igrejas evangélicas na política, se observa grande participação de inúmeras denominações evangélicas apoiando Bolsonaro, deputado federal, para eleição a presidente da República em 2018 e a sua reeleição em 2022. O que motivou as igrejas para que se envolvessem de forma significativa nesse pleito atual?

Para a compreensão das origens do envolvimento das igrejas evangélicas na política foi analisada a bibliografia tradicional da História do Protestantismo no Brasil, apresentada no ponto 2 do primeiro capítulo. Pierre Bourdieu, Peter Burke, Réne Remond dialogaram sobre o tema religião e suas representações para fundamentar o pensamento pertinente a uma história religiosa da sociedade brasileira nesse período de redemocratização.

O desafio foi dialogar com a história e a memória, haja vista ter sido participante e testemunha ocular¹⁷ de alguns episódios aqui narrados, descritos e analisados. Momentos de alegria, dor, fúria e decepção são alguns dos sentimentos que brotaram ao longo do trabalho, mas, busquei sempre, com esmero e preocupação não descaracterizar o trabalho científico e acadêmico da pesquisa, mantendo o máximo de distanciamento. Para tanto, a análise das fontes foi, de forma criteriosa e atenta, um momento para não deixar passar despercebido algumas informações que fizeram diferença na construção do trabalho, como por exemplo: o que diziam os jornais e periódicos evangélicos que serviam de notícia para algumas igrejas evangélicas. Alguns deles foram

¹⁶ Grupo pluripartidário que representam várias denominações evangélicas que se unem para defender interesse comum, seja de caráter ético, doutrinário, social ou moral.

¹⁷ Trinta anos de experiência pastoral na denominação Batista é tempo suficiente para experimentar sabores e dissabores no meio evangélico, por isso, a preocupação em identificar limites entre história e memória.

lidos por mim em Escola Bíblica Dominical (EBD), principalmente, escritos das igrejas Assembleia de Deus (AD) e dos Batistas.

As fontes são diversas e em grande volume, portanto, foi estabelecido um critério para sua seleção: primeiro as que faziam alusão direta à política e a pauta de interesse das igrejas evangélicas. Também foram os documentos oficiais do Congresso Nacional e do Senado, jornais do Congresso e da Constituinte, jornais seculares, jornais das igrejas evangélicas, Atas e documentos oficiais das igrejas, revistas, documentos de concílios de Igrejas, todos relacionados a experiência política que crescia no seio das igrejas evangélicas, notadamente, percebido nos congressos, seminários, encontros e eventos evangelísticos do período. Na prática, se revelaria por um testemunho de vitória de algum parlamentar evangélico no púlpito de uma igreja, era o testemunho de algum assessor dizendo que Deus havia abençoado ou uma palavra de benção de algum líder ou pastor proveniente de uma decisão política ou de alguém de dentro da política, algo que se tornou comum presenciar nas igrejas e ouvir nas rádios evangélicas que, constantemente, apareciam nas programações religiosas e litúrgicas.¹⁸ Muitos desses cultos eram transmitidos ao vivo pelas rádios recém adquiridas pela concessão política.

As principais igrejas que se destacaram nesse período foram as denominações da Assembleia de Deus, Batista, Luterana, Metodista e Presbiteriana. Igrejas de caráter tradicional-reformada¹⁹ e pentecostal. A racionalidade e lógica religiosa dos evangélicos proclamava o reino de Deus para os ímpios e descrentes utilizando o recurso político como uma possibilidade real para implantar a vontade divina sobre a Terra. Para os evangélicos, fazer história, significa se envolver na transformação da realidade. Para isso, evocaram a teologia Paulina, que ordenava não se conformar com esse mundo, mas transformá-lo pelo entendimento que possuíam de Deus.²⁰ De certa forma, a afirmação de Reinaldo Lindolfo Lohn, quando se referiu a importância que a História voltou a dar ao campo político ao dizer que “a constituição de uma

¹⁸ Essa prática se tornou uma atitude recorrente no tempo político dentro das igrejas.

¹⁹ Termo usado dentro das igrejas evangélicas para identificar as igrejas históricas reformadas.

²⁰ Epístola de Paulo aos Romanos 12: 1, 2

história do tempo presente apontou para o chamado retorno do político”²¹, também ajuda a entender como os evangélicos passaram a dar importância à política em seu seio.

²¹ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Reflexões sobre a história do tempo presente**: uma história do vivido. REIS, Tiago Siqueira.et. al. Organizadores. **Coleção história do tempo presente**: volume 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

CAPÍTULO 1 – RELIGIÃO PROTESTANTE NO BRASIL NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO.

Que história fantástica que nós não podemos esquecer! Dia 21 de abril é o dia de Tiradentes, é o dia que, esquartejado, Tiradentes foi morto por defender a Independência do Brasil. Dia 21 de abril foi a data que, esquartejado por sete cirurgias, morreu o Dr. Tancredo e deixava a dor, a luta e o sofrimento no povo brasileiro. Nesse cenário de lembranças dolorosas, lembro, com profunda saudade, um homem extraordinário, de um mártir, o grande Teotônio Vilela, o menestrel das Alagoas, que percorreu o País, empolgando e arrastando as multidões numa verdadeira pregação idealista e democrática. Ele foi nosso irmão e nos encorajou com seu exemplo. Saudades imensas! Mas, hoje é um dia de festejar, sim. Vinte anos atrás, tínhamos um duplo sentimento. A nossa alma, a alma do povo brasileiro vivia a alegria, a felicidade do fim da ditadura e do início da democracia, mas vivia a dor e o sentimento da doença do presidente. Vinte anos depois, olhando para trás, creio que **a nossa geração fez a sua parte**.²² A nossa geração, que lutou contra o regime militar, que terminou com o regime militar, que assumiu com o Dr. Sarney, teve um papel importante na história do Brasil.²³

Com seus discursos parlamentares, o Senador Pedro Simon, no ano de 2005, lançou o livro “A Reconstrução da Democracia” para comemoração de 20 anos de redemocratização no Brasil. Enaltecendo uma geração que, segundo seu ponto de vista, viveu e combateu a ditadura militar, chegou à conclusão que sua geração fez a “sua parte”. Com esse discurso, o senador, de forma seletiva, silenciou os traços autoritários de alguns grupos que outrora circularam nos corredores do militarismo como defensores de seus ideais e interesses. Personagens como José Sarney e Teotônio Vilela, por exemplo, são figuras que corroboraram com a ditadura durante muito tempo. Mas, talvez, essa apelação seja uma tentativa de refazer a memória como uma forma de enxergar novos ângulos de abordagem devido às experiências do presente que agora exigem releitura do tempo autoritário outrora vivenciado. Nas palavras de Daniel Aarão Reis:

[...] querendo ser sincera, a memória, de modo solerte, ou inconsciente, desliza, se refaz em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem. Porque o tempo da voltas inesperadas. Os derrotados de ontem, na luta aberta, podem ser os vitoriosos de amanhã, na memória coletiva.²⁴

²² Grifo meu.

²³ SIMON, Pedro. **A Reconstrução da Democracia**. Brasília: Senado Federal, 2006, p. 24

²⁴ REIS, Daniel Aarão. **O Golpe e a Ditadura Militar**: quarenta anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004, p. 29 e 30.

É sobre esse período da década de 1980, tempo da redemocratização do Brasil, que apresentamos esse trabalho como esforço de contribuição para a história do Protestantismo no Brasil, analisando a participação evangélica na reconstrução da democracia. Naquele momento de incertezas e contradições, os evangélicos despontaram como membros dessa geração.

Esse processo de transição marcou o fim da ditadura militar, cujo último general no poder foi João Batista Figueiredo (1979-1985) e o início de um governo civil, que seria representado por Tancredo Neves²⁵, eleito indiretamente, mas que faleceu antes de assumir a presidência. A intensa comparação entre Tancredo Neves e o heroísmo de Tiradentes feita por Simon em 2005 era a tônica dos discursos propagados por ocasião da morte do presidente eleito em 1985²⁶. A associação das imagens dessas duas figuras políticas da história do Brasil baseava-se em argumentos políticos, mas também religiosos.

De acordo com Simon, era o homem “preparado” para tal função, mas “Deus disse não”, conforme suas palavras:

A verdade é que o destino foi cruel conosco. Quem estava preparado se chamava Tancredo Neves. O Dr. Ulysses Guimarães reconheceu isso, todos nós reconhecemos. Tancredo, Teotônio, Mário Covas, todos estavam se preparando em torno de um homem que o destino preparou, ao longo de toda uma história, ao longo de toda uma vida, ao longo de toda uma biografia, para chegar lá. Ele chegou lá e, na hora de sentar na cadeira, Deus disse “não”.²⁷

O argumento religioso atribuía à vontade de Deus o fato de Tancredo não assumir. Simon marca a presença da religiosidade em ambientes políticos. Na verdade, no Brasil, um país de maioria cristã, e devido ao histórico da relação entre religião e política, isso é bem comum de acontecer. Ele coloca como se fosse o determinismo da vontade de Deus a fatalidade da morte de Tancredo, legitimando a continuidade do processo democrático em seu sucessor.

²⁵ Em 1985, numa eleição indireta, no Colégio Eleitoral, Tancredo acabou sendo indicado por uma coligação de partidos. Em 15 de janeiro daquele ano, por 480 votos contra 180 dados a Paulo Maluf, elegeu-se Presidente da República. SIMON, Pedro. **A Reconstrução da Democracia. Brasília:** Senado Federal, 2006, p. 9

²⁶ MARCELINO, Douglas Attila. **Cartas à viúva Neves:** a dimensão privada da morte presidencial. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

²⁷ SIMON, Pedro. **A Reconstrução da Democracia.** Brasília: Senado Federal, 2006, p. 43

Portanto, para Simon, o “não” de Deus para Tancredo Neves, que veio a óbito nesse período, foi o “sim” de Deus para o vice, José Sarney²⁸ (1985-1990), que assumiu a cadeira da presidência dando continuidade ao processo de restauração do regime democrático.

O tempo de Sarney foi marcado por muitos momentos singulares. Embora muitos traços da ditadura tenham permanecido na administração pública e na chamada “Nova República”, alguns passos importantes foram dados em direção a um regime democrático, com destaque para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) e a promulgação de uma nova Constituição e, para as eleições diretas para a presidência da República em 1989. Naquele contexto de embates entre projetos políticos diferentes, novos atores ocuparam a arena de debates públicos, dentre eles, os evangélicos.

1.1 Os evangélicos como atores políticos na redemocratização do Brasil

Uma das explicações para o protagonismo político desses atores, segundo o editorial da revista evangélica *Aconteceu no Mundo Evangélico*, veio através de um convite²⁹ às igrejas cristãs representadas pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), feito pelo novo presidente, José Sarney, para que as

²⁸ Na véspera de sua posse, (Tancredo Neves) foi internado às pressas no Hospital de Base de Brasília com fortes dores abdominais. Sofreria, a seguir, um total de sete cirurgias. Relembro aqui os dramáticos acontecimentos de 15 de março de 1985, dia em que Tancredo Neves iria assumir a presidência da República, data que marca a nossa efetiva volta à redemocratização. No dia 14 de março de 1985, estavam em Brasília dezenas de delegações estrangeiras para presenciarem nossa reconciliação com a democracia. À noite, estávamos nós, os ministros futuros, em embaixadas que davam recepções em homenagem à vitória de Tancredo Neves. Eram aproximadamente 22 horas e eu estava na Embaixada da Argentina, quando o Dr. Ulysses me telefonou pedindo que eu fosse, depressa, para o Hospital de Base. Fui até lá sem saber o que iria encontrar. Quando cheguei lá, discutia-se a necessidade de uma operação cirúrgica de Tancredo Neves, internado naquele hospital. Tancredo Neves não queria ser operado porque havia recebido informações de que, se não assumisse, o General Figueiredo não passaria a faixa presidencial ao Vice-Presidente José Sarney. Porém, mesmo contra sua vontade, Tancredo Neves foi operado. Começou, então, um debate sobre a posse. José Sarney, como vice-presidente, só poderia assumir no impedimento do presidente, mas o presidente ainda não fora empossado. Havia quem julgasse que deveria assumir o Dr. Ulysses Guimarães, então Presidente da Câmara dos Deputados. A discussão foi resolvida pelo General Leônidas Gonçalves, que se decidiu por Sarney. O Dr. Ulysses Guimarães concordou com ele e, assim, assumiu José Sarney. Foi dessa forma que teve fim o regime militar. SIMON, Pedro. **Reconstrução da Democracia**. Brasília: Senado Federal, 2006, p. 10.

²⁹ Infelizmente não localizei o convite escrito pelo presidente José Sarney para apresentação no trabalho.

igrejas se envolvessem e colaborassem na mediação do “Pacto Social” em construção na Nova República.

As igrejas cristãs estão sendo convocadas pelo Presidente Sarney a colaborarem na mediação do pacto social em construção da Nova República. Não é que sejamos contra um acordo nacional para essa hora difícil. Ao contrário cremos que sem um entendimento geral será quase impossível sair do buraco em que a ditadura militar dos últimos 20 anos nos enfiou. Mas a questão não é saber se fazemos ou não um pacto nacional e sim qual vai ser o setor social que sairá mais prejudicado com tal acordo.³⁰

Mais adiante, o mesmo documento aponta uma percepção dos cristãos de que o governo Sarney estaria buscando legitimidade nas igrejas cristãs, trazendo-as para dentro do circuito político:

O desejo de Sarney de envolver o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) nas negociações do pacto, representa, antes de tudo, a falta de legitimidade do governo que não foi eleito pelo voto popular, para o diálogo necessário com os trabalhadores. Na esperança de ampliar suas bases sociais a Nova República se vê obrigada a socorrer-se nas igrejas.³¹

E assim, nesse primeiro momento, as igrejas convidadas, apesar de se sentirem incluídas, receberam o convite do presidente Sarney com desconfiança. Buscando a prudência, questionaram as intenções:

Os protestantes em geral sentem-se lisonjeados quando são alvos de intenções palacianas. Principalmente no Brasil onde são minorias e via de regra estão à margem do poder. Essa volúpia, contudo, na atual conjuntura política, pode levar as igrejas evangélicas a um compromisso que no futuro próximo será objeto de amarguras e constrangimentos. Não é hora de entusiasmo inconsequentes. A ação das igrejas deve ser pesada à luz das exigências do Evangelho comprometedor e da opção pelos empobrecidos, cativos e marginalizados. Faz bem à saúde de todos uma certa prudência em relação ao aceno do nosso presidente. Há algumas perguntas que precisam de respostas antes de embarcarmos nessa canoa: qual é o papel das igrejas na formação desse pacto? Existe uma contribuição específica das igrejas ao pacto econômico proposto? O governo não está apenas querendo uma benção para sua proposta? ³²

³⁰ **Aconteceu no Mundo Evangélico**. Nº39 – Ano IV. Outubro de 1985, p. 29

³¹ Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/apresentacao>. Acesso em: 20 de agosto de 2021

³² Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/apresentacao>. Acesso em: 20 de agosto de 2021, p.2

Apesar das perguntas demonstrarem consciência política naquela época, no seio das Igrejas Evangélicas, pouco se estudava sobre a História do Protestantismo no Brasil, raro se sabia sobre os evangélicos na política e muito menos ainda sobre a importância da igreja na redemocratização.³³ O discurso era de que crente não se metia em política, mas poderia aderir a quem estava no poder.³⁴ Conforme Robson Cavalcanti, “o antipoliticismo foi, aos poucos, sendo substituído pelo adesismo [...]. Contudo, votar na oposição passou a ser pecado.”³⁵ Mas esse era um assunto reservado aos pesquisadores e a alguns interessados no tema, como teólogos e pastores. Embora uma parte do clero se interessasse por debates políticos, a grande maioria e os fiéis não, o que não impediu a igreja de se posicionar politicamente, mesmo com desconfiança.³⁶

O CONIC, uma das instituições convidadas para participar da política na época, foi constituído em Porto Alegre em 18 de novembro de 1982, com os seguintes objetivos:

O CONIC é ecumênico e tem tendências progressistas. Composto pela Aliança de Batistas do Brasil, Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e Igreja Presbiteriana Unida, o CONIC nasceu no ano de 1982, em Porto Alegre (RS). A mensagem final da Assembleia que deu origem ao Conselho apresentou a MISSÃO de “colocar-se a serviço da unidade das igrejas, empenhando-se em acompanhar a realidade brasileira, confrontando-a com o Evangelho e as exigências do Reino de Deus”. É compromisso do CONIC, portanto, desde aquele tempo, atuar em favor da dignidade e dos direitos e deveres das pessoas, até como forma de fidelidade à mensagem evangélica. Hoje, com sede em Brasília (DF), o CONIC mantém entre os seus objetivos a promoção das relações ecumênicas entre as igrejas e o fortalecimento do testemunho conjunto das igrejas-membro na defesa dos Direitos Humanos. Para alcançar tal meta, as igrejas que compõem o CONIC vivenciam uma parceria de diálogo, de valorização da vida humana, de amizade fraterna e de convivência enquanto entidades que buscam um caminho comum. Fortalecer o testemunho das igrejas-membro, fortalecer o diálogo interreligioso e promover a interlocução com as organizações da sociedade civil e governo para incidência

³³ A Escola Bíblica Dominical, maior instrumento de educação da igreja, não usava nenhum material que fizesse referência à história da igreja brasileira. Comumente trata de livros da Bíblia e doutrinação referente a teologia sistemática e à dogmática cristã.

³⁴ CAVALCANTI, Robson. **Cristianismo e Política**: teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: Ultimato, 2002, p. 229

³⁵ Ibid.

³⁶ O documento de outubro afirma que o CONIC iria se reunir em dezembro do mesmo ano para dar uma resposta ao convite do presidente Sarney. Vale salientar que o convite foi uma iniciativa vinda do clero católico sugerido ao presidente. **Aconteceu no Mundo Evangélico**. Nº39 – Ano IV. Outubro e 1985. Igreja e o pacto social.

pública em favor de políticas que promovem a justiça, a paz e a integridade da criação.³⁷

De linhagem mais progressista, fizeram parte do CONIC desse período, as igrejas Aliança de Batistas do Brasil, Igreja Presbiteriana Unida – (IPU), Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – (IECLB), Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – (IEAB), Igreja Católica Apostólica Romana – (ICAR), todas elas membros desde sua criação.³⁸ É uma organização de visão “comprometida com o ecumenismo, fortalecida em sua dinâmica regional, reconhecida pelas Igrejas, organismos ecumênicos, movimentos sociais, agências parceiras e governo brasileiro como interlocutor que contribui para a promoção da justiça e da paz.”³⁹

A participação das igrejas evangélicas no CONIC expressa a diversidade desse grupo, cuja natureza vai do progressismo ao conservadorismo e ao liberalismo – com vários formatos eclesiais e administrativos. Essa pluralidade se estende para o exercício da espiritualidade, seus usos e costumes, cultura e tradição. Cada uma delas possui sua identidade e vivência que, em dado momento, pode convergir. Todavia, na sua existência de ortopraxia⁴⁰, vive em divergência frequente.

Sobre as igrejas e sua pluralidade, Antônio Gouvêa Mendonça e Prócoro Velasques Filho⁴¹ identificam vários protestantismos com os movimentos migratórios no Brasil, as expansões missionárias do século XVIII e o movimento pentecostal. Contudo, não cita em sua obra o advento do neopentecostalismo do século XX, desvinculando-o das igrejas consideradas tradicionais e históricas. A maioria dessas igrejas receberam, a seu tempo, a influência do “movimento

³⁷ **Estatuto do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil**. Capítulo I, Artigo I e parágrafo único. p.1 Disponível em: https://www.conic.org.br/portal/files/Estatuto_22A.pdf - Acesso em: 10 dezembro/2021.

³⁸ Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/igrejas-membro> - Acesso em: 10 dezembro/2021.

³⁹ Ibid. Apresentação

⁴⁰ As “Práticas da Espiritualidade” se diferenciam. Uma acredita na glossolalia, outras não. Algumas vivem um regime episcopal, outras mais democrática ou parlamentarista. Uma é mais fechada sobre usos e costumes nas vestes, outras mais abertas. Outras mais liberais sobre a vida social, outras são absurdamente isolacionistas, a prática de vida se diversifica de uma para outra.

⁴¹ Autores do programa de Ecumênico de Pós-graduação em Ciência da Religião do centro de Pós-graduação do Instituto Metodista de Ensino superior. MENDONÇA, Antônio Gouvêa e FILHO, Prócoro Velasques. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990, p. 11

fundamentalista"⁴² das primeiras décadas do século XX, tornando-se, na sua maioria fechadas, isolacionistas, conservadoras, moralistas, conversionistas e individualistas.

É nesse contexto de pluralidades que o conflito de interesse político se configurou no Brasil. Dentro dessa colcha de retalho religioso e espiritualidade evangélica, aparecem, tradicionalmente na literatura protestante, as seguintes classificações: Igrejas de Imigração⁴³ (Luteranas); Igrejas de Missões (Congregacional, Presbiteriana, Metodista, Batista, Episcopal) e Igrejas Pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo). A partir do final da década de 1960, surgiram as igrejas neopentecostais, dentre elas a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a Internacional da Graça e, mais recentemente, a Mundial.

Para além da justificativa da entrada na política pelo convite feito ao CONIC, também encontramos mais três outras explicações teóricas e factuais que justificaram tal participação política dos evangélicos na década de 1980.

Uma possível explicação teórica sobre o envolvimento das igrejas na política pode ser elucidada se olharmos o peso simbólico da Bíblia e do pastor evangélico na sociedade. Para isso, podemos evocar Pierre Bourdieu que diz que o "campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes",⁴⁴ significando que as elites tentarão impor sua dominação para manutenção de seus interesses a partir de um processo de legitimação. Assim, não somente a elite econômica e política, mas também a própria elite religiosa

⁴² O termo fundamentalismo é um modo de vida, é uma forma de existir espiritual que se popularizou ainda mais no Ocidente, basicamente, após o atentado de 11 de setembro de 2001 a partir dos Estados Unidos. Mas, essa identidade americana é anterior datada do início do século XX e encerra a ideia histórica no protestantismo como o acirramento do discurso religioso de exclusão daqueles que pensam diferente em termos de espiritualidade. Para Josef Ramoneda citado por Marilena Chauí, esse fundamentalismo é a "opção por um inimigo genérico; a barbárie. Mas quem é o Bárbaro?" Segundo Josef é o que rejeita o modelo democrático liberal na atualidade. CHAÚÍ, Marilena. **Fundamentalismo Religioso: A questão do poder teológico-político**. Publicação: **Filosofia Política Contemporânea**, 1ª ed. Universidade de São Paulo, abril de 2006. p.125.

No início do século XX a questão era tanto social quanto política entre os protestantes americanos. O inimigo comum presente foi identificado: o romanismo, o socialismo, a filosofia moderna, o ateísmo, o edyismo, o mormonismo, o espiritismo, o darwianismo, o comunismo e a teologia liberal. Os 12 volumes do "The Fundamentals" - (1910-15) organizaram a lista dos inimigos do cristianismo. Sua linha é mais conservadora de teologia literalista.

⁴³ Igrejas de Imigração são aquelas que chegaram no Brasil com a abertura dos portos em 1810. Já as igrejas de Missões são aquelas que vieram com os imigrantes com o propósito de fazer missões de evangelização em 1950.

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 12

buscava a dominação,⁴⁵ considerando que em muitos momentos elas se fundiram.

Abancado no capital econômico, a elite poderá se apropriar de algo já existente socialmente ou criará mecanismos de dominação que lhe sustente e convença a maioria pela não agressão de seus opressores, conduzindo-a à submissão. A obediência irrestrita à Bíblia exigida pelas lideranças e pastores conservadores assume esse papel pacifista de dominação, portanto, sua presença no Congresso Nacional pode trazer consequências políticas. O Projeto de Resolução criado pela bancada evangélica sobre a Bíblia afirmou em seu artigo que a “Bíblia Sagrada deverá ficar na mesa da Assembleia Nacional Constituinte, à disposição de quem dela quisesse fazer uso”,⁴⁶ justificando que seria o livro da “crença” do povo brasileiro. Esse tipo de convivência entre religião e política pode ser um forte mecanismo de controle social, em que a religião, ao gerar temor, fé, obediência e medo, conduz seus seguidores para um propósito específico de subserviência. Nesse contexto, Bourdieu acredita que o “poder simbólico” assume esse papel de controle, numa relação determinada de quem exerce o poder e de quem sofre o poder exercido. Ele afirma:

O poder simbólico como fazer rede constitui dado pela iniciação que fazer vez fazer crer, confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, mundo; poder quase mágico e permite obter o equivalente daquele que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.⁴⁷

Assim, na sociedade, também é construído o mecanismo da dominação por intermédio das crenças, em que as pessoas passam a seguir uma fé religiosa, seja por temor, seja por recompensa. Tanto o medo quanto a recompensa trabalham juntos, daí possuir uma eficácia ainda maior. O medo é gerado no presente na obediência ao que lhe é imposto de forma punitiva e, para o futuro, como recompensa, apresentada na participação da benevolência do

⁴⁵ Aqui me refiro aos evangélicos não progressistas, representados por boa parte da bancada evangélica que se utiliza do fisiologismo para alcançar seus objetivos e votou para a manutenção de cinco anos do mandato do presidente José Sarney (25 votos de direita dos 33 deputados evangélicos), denunciado em vários momentos, mas, aqui em destaque, pelo parlamentar evangélico, o deputado federal e pastor da Igreja Cristã de Confissão luterana Lysâneas Maciel (PDT-RJ) que, ao criticar a postura dos conservadores de direita, afirmou: essa bancada evangélica não existe. Revista **Aconteceu no Mundo Evangélico**. nº 67. junho de 1988, ano VII. p. 4

⁴⁶ Projeto de Resolução nº 2/1987

⁴⁷ BOUDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 14

porvir, dando às classes dominantes a condição ideal de se manterem, sem muitos incômodos, no poder. A partir desse poder invisível, dissimulado e transfigurado, que a política e a religião se encontram por um objetivo social comum para “produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” para quem domina os espaços de poder político, social e econômico.⁴⁸

Também o campo político, segundo Bourdieu, é constituído campo de forças que representam a relação entre os mandantes e os mandatários e, estes, em relação às organizações que servem.⁴⁹ Aqui entra a figura do pastor e do líder carismático. Portanto, para a participação política destes que compõem as relações do campo político é exigido uma formação de competências técnicas, sociais e culturais para que possam representar as áreas de interesse político. Quanto mais o grupo de interesse tem a percepção e a expressão social, o discernimento da realidade e o conhecimento do universo político, mais hábil e capaz será para identificar o sujeito como um ser político ativo socialmente, estando assim dentro do jogo político.⁵⁰

É nesse contexto do campo político, da profissionalização do agente político, da participação do sujeito representante do interesse político de um grupo que se insere o pastor protestante, o religioso, com sua identidade, personalidade e espiritualidade para um monopólio de produção de política e espiritualidade profissionalizadas para dominação do espaço político brasileiro. Sua intenção é adentrar o universo do jogo político buscando a legitimidade de sua representatividade através das suas ações, dos discursos e do espaço que ocupa. Nesse contexto tanto a Bíblia como o pastor assumem o papel simbólico de dominação religiosa. Esse tipo de situação é expressada por Bourdieu quando afirma que esse grupo de interesse é feito de uma "lógica oligopolítica que rege a oferta do produto."⁵¹ Sobre essa intenção política ele afirma:

A intenção política só se constitui na relação com o estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ações e de expressões que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito ao explícito, dá impressão subjetiva a expressão objetiva, a manifestação pública no discurso ou num ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação: não é por acaso que, como nota

⁴⁸ Idem, p. 15

⁴⁹ Ibid, p. 164

⁵⁰ BOUDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 165

⁵¹ Idem, p. 164

Benveniste, todas as palavras que têm uma relação com o direito tem uma raiz que significa dizer. E a instituição entendida como que já está instituído, já explicitado, exerce ao mesmo tempo no efeito de assistência e de licitação e um efeito de arrematação e de mudança de posse. Dado que, pelo menos fora dos períodos de crise, a produção das formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio dos profissionais e se acha, portanto, sujeita aos constrangimentos e as limitações inerentes ao funcionamento do campo político, vê-se que os efeitos da lógica censitária, que rege de fato o acesso as escolhas entre os produtos políticos oferecidos, estão acrescidos dos efeitos da lógica oligopolítica que rege a oferta dos produtos.⁵²

A postura do parlamentar religioso no espaço político é do interesse da igreja e, em sua expressão e discurso religioso, procura ter a legitimidade para falar de forma devocional nos espaços do campo político. Essa postura é nítida na tribuna do parlamento onde cada discurso proferido é uma oportunidade para lembrar a todos essa autoridade religiosa. Para confirmação dessa influência, o ato de colocar a Bíblia na mesa da Assembleia Constituinte, após a leitura do livro da Bíblia que estava aberta na página 82, o deputado Vitor Faccioni⁵³ do Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Rio Grande do Sul, lê o texto de Moisés e conclui:

Que esses ensinamentos sirvam para todos nós, sirvam inclusive à vossa excelência, o Presidente da República, que tem a grave responsabilidade de conduzir os destinos desta nação, escolhendo, dentre os melhores, os seus ministros, que devem propor e executar a política governamental, nesta hora em que essa política carece de definições, mormente na área econômica financeira e, por consequência, na área social. (Diário da Assembleia Nacional Constituinte – 39ª sessão, 6 de março de 1987, p. 947).

É possível também que, algumas lideranças evangélicas das igrejas protestantes, tenham se colocado como os “melhores dentre os melhores”, a fim de serem escolhidos para ocuparem uma cadeira no Congresso.⁵⁴ Na sequência dos fatos na Assembleia, o então presidente daquele dia, o deputado Arnaldo Faria de Sá, advogado e professor⁵⁵, endossou o discurso com a afirmativa:

O nobre constituinte leu a página da Bíblia que estava aberta. Entretanto, na página seguinte, estão escritos os dez mandamentos.

⁵² BOUDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 165

⁵³ Advogado, jornalista e economista não evangélico reconhecendo a autoridade religiosa. Disponível em: www.camara.leg.br/deputados/133855/biografia - Acesso em: 2/02/2022.

⁵⁴ No seio da igreja evangélica existe esse sentimento ufanista baseado no livro bíblico de Pedro 2: 9 - “Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anunciéis as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz.”

⁵⁵ Disponível em: www.camara.leg.br/deputados/73434/biografia - Acesso em: 2/02/2022.

Que a nossa constituinte seja como os 10 mandamentos para o povo brasileiro. (DANC – 39ª sessão, 6 de março de 1987, p. 947).

Assim os “Moisés”⁵⁶ que dominam a política na igreja manifestam os interesses ligados à instituição. Esta lhes garante o monopólio da produção e da imposição dos seus mandatários (membros da igreja) para manutenção do interesse dos seus mandantes (pastores) representados pelos parlamentares.⁵⁷ A questão é: o que eles farão com esse poder, quais são as suas intenções e o que pretendem? Encontraremos as respostas em suas ações concretas, em seus discursos, nas leis propostas como posse e aquisição do espaço político, que podem vir a revelar uma intenção de projeto de poder religioso para a nova República. Eles ocupam o campo direto do poder político sob a orientação do campo religioso da organização institucional religiosa, o mandante.

Ainda para desvendarmos as intenções da entrada das Igrejas Evangélicas na política partidária, uma terceira explicação abona a sua entrada na política, ou seja, é uma resposta à disputa do domínio de poder em relação à Igreja Católica. Pelos menos dois documentos explicam essa terceira razão da entrada efetiva dos evangélicos no campo político, sendo eles face de uma mesma questão. Um documento aparenta autenticar o outro e ambos se complementam, embora estejam colocados em tempos diferentes e separados, pelos menos, por um espaço temporal significativo de dez anos.

Esses documentos tratavam da mesma época e falavam do surgimento da discussão de um boato que circulou no seio das igrejas e entre os clérigos. O primeiro vem do jornal *Folha de São Paulo*, de 17 de setembro de 1995⁵⁸, da colunista Denise Madueño, que abordou a razão pela qual as igrejas evangélicas lançariam seus candidatos para as eleições de 1986. Segundo Madueño, tudo partiu de um boato, de uma mentira. Diz o texto:

Pastores da assembleia de Deus que consideravam a política uma coisa do diabo passou a lançar candidatos nas eleições de 1986 induzidos por um boato: o de que a Igreja católica tentaria, durante a constituinte (1987/1988), tornar o catolicismo a religião oficial e única do país. O boato inicial foi responsável pelos 40 mil votos do deputado Salatiel Carvalho (PPB de Pernambuco) em 1986. “Nunca tinha sido nem vereador. Entrei na política dessa forma. Hoje sabemos que a

⁵⁶ Escolhidos do povo.

⁵⁷ BOUDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 168

⁵⁸ O jornal dessa data apresentou uma notícia sobre o período da redemocratização com uma entrevista com o Deputado Federal Salatiel Carvalho do PPB de Pernambuco.

notícia era uma mentira”, declarou Carvalho, hoje no terceiro mandato.⁵⁹

Esse texto de 1995 apresenta uma confissão direta do deputado Salatiel Carvalho, mas o boato parece se justificar e ter relação com o outro documento do Diário do Congresso Nacional, nº 040, da Ata 77ª sessão, do dia 30 de maio de 1985. O boato que influenciou as igrejas evangélicas pode ter surgido, como fonte oficial parlamentar, a partir do discurso do deputado evangélico Francisco Dias⁶⁰ do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de São Paulo. Devido à sua gravidade e suas relações, certamente, teve repercussão no meio religioso. Vejamos abaixo, naquela sessão, parte da homilia de conteúdo bombástico que pode ter interferido no curso da igreja e da política brasileira:

Temos constatado que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil procura sempre influir em todos os assuntos de interesse do Estado. A opção pela política, em detrimento da difusão do Evangelho, tem sido uma constante dos bispos brasileiros. A presença da igreja dos segmentos da sociedade, visando ocupar espaços sem interesses espirituais, é algo que deve ser analisado de forma preocupante, se considerarmos a possibilidade de a igreja tornasse uma espécie de governo paralelo, querendo ditar ordens e diretrizes, no que tange aos problemas sociais e econômicos do povo brasileiro. Mas não satisfeita com esta presença nos assuntos de Estado, a CNBB vem agora lançando os seus tentáculos contra os demais grupos religiosos instalados no Brasil. É o que se conclui a partir de publicações, na imprensa, de enxertos de um documento que os bispos remeteram a secretaria para unidade dos cristãos, no Vaticano, no qual sugerem a realização de pesquisas aprofundadas sobre o que se chama de Movimento Religioso Livres na América Latina. O assunto me parece profundamente grave quando se sabe que a CNBB, no mencionado “relatório” tenta envolver o Governo dos Estados Unidos da América insinuando os bispos que a CIA - Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América, vem se infiltrando entre as camadas populares brasileiras através de missionários não católicos. Entretanto, senhor presidente, que o documento dos bispos tenha sido preparado pela chamada Equipe de Ecumenismo e Diálogo Religioso. Não se sabe agora se mencionar a equipe é de diálogo ou de espionagem. A “espionagem religiosa” é uma atividade que até agora se fazia desconhecida, mas que se mostra filha de letra das correntes do falso ecumenismo. Quero lamentar senhores congressistas este comportamento da conferência nacional dos bispos do Brasil. A comunidade evangélica, representada pelas igrejas chamadas

⁵⁹ **Folha de São Paulo**, de 17 de setembro de 1995, da colunista Denise Madueño.

⁶⁰ Deputado(a) Federal - 1983-1987, SP, PMDB, Dt. Posse: 01/02/1983; Deputado(a) Federal - (Constituinte), 1988, SP, PMDB, Dt. Posse: 17/08/1988. Assumiu, como Suplente, o mandato de Deputado Federal para a legislatura 1987-1991, de 17 de agosto a 22 de setembro de 1988, na vaga do Dep. Cardoso Alves; e de 7 de outubro a 15 de dezembro de 1988, na vaga do Dep. Roberto Rollemberg. Vice-Líder Bancada: ALSP\ PMDB, 1981. Teologia Maior, Seminário Presbiteriano Conservador, São Paulo, 1962; Letras, Univ. Sul-Mineira, Machado, MG, 1972.

protestantes, tem tido o cuidado permanente de cuidar dos interesses espirituais do povo brasileiro, ajudando o governo sem se constituir em uma linha paralela nos setores em que pode realmente atuar como ajudadora. Não são as igrejas evangélicas, e nem as missões que com elas trabalham, agências políticas e serviços de interesses de governos estrangeiros.⁶¹

Esses boatos desta época ganharam todo tipo de interpretação, conduzindo à disputa de poder religioso entre evangélicos e católicos. Embora sejam denúncias graves, não se sabe de sua veracidade, porque, até onde se sabe pelos arquivos do Diário do Congresso Nacional, não foi apresentado nenhuma prova documental da denúncia. O pensamento dos evangélicos de conspiração da Igreja Católica contra eles fizeram produzir a falsa ideia de que a primeira queria dominar o cenário religioso do Brasil. A falsidade continuou no seio protestante e, segundo Robinson Cavalcante, chegou até o limite com a história de um suposto pacto secreto entre Tancredo Neves e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para torná-la oficial. Segundo o autor,

A vitória de alguns evangélicos para assembleia constituinte se deu em virtude da propagação de uma falsa informação: Tancredo Neves teria feito um pacto secreto com a CNBB para tornar, de novo o catolicismo romano a religião oficial do país. Os evangélicos deveriam ser eleitos para salvar a liberdade religiosa.⁶²

Na reportagem de Madueño, o contraditório apresentado pelo subsecretário-geral da CNBB, o padre Antônio Valentino, denunciou o boato como uma armação protestante para eleger seus representantes para defenderem seus interesses no Congresso Nacional:

Para a Igreja Católica alguns parlamentares essa história foi um mero argumento da Assembleia de Deus para conseguir eleger deputados e assim defender os seus interesses no Congresso Nacional. É uma grande besteira absoluta e total mentira. Desde 1965 a Igreja católica defende a liberdade religiosa, afirmou o subsecretário geral da CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil padre Antônio Valentino.⁶³

A consequência do boato foi a organização do Movimento Evangélico Pró-Constituinte para interferir na política nacional e na redemocratização do país, tendo um resultado positivo com a eleição de 33 parlamentares para a Constituinte. Esse movimento, contudo, se caracterizou pela presença do

⁶¹ **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**, nº 040, da Ata 77ª sessão, do dia 30 de maio de 1985.

⁶² CAVALCANTE, Robson. **Cristianismo e Política: Teoria bíblica e prática histórica**. Viçosa: Ultimato, 2002, p. 240

⁶³ **Folha de São Paulo**, de 17 de setembro de 1995.

conservadorismo e de um pragmatismo alimentado por um discurso ideológico anticomunista, que afirmava que o “crente se mete em política, desde que seja de direita”, contrariando o discurso da década de 1970 que dizia que “crente não se mete em política.”⁶⁴

Essa entrada dos evangélicos na política, segundo Bourdieu citando Marx em *Miséria da Filosofia*, significa o nascimento de um grupo social (bancada evangélica), cujo membros não lutam só pela defesa de interesses políticos, mas também pela defesa e o desenvolvimento da própria instituição religiosa.⁶⁵ Assim as Igrejas Evangélicas e a bancada evangélica se retroalimentam politicamente com a finalidade de dominar o campo político.

Para além do convite, da disputa de poder religioso com Católicos e do boato, as igrejas evangélicas e seus representantes possuíam outro interesse, sejam progressistas ou conservadores, relacionados à ética cristã⁶⁶. Logo, há uma quarta explicação para sua inserção na política institucional.

O autor Scott Mainwaring aponta três linhas de interpretação que explicam a relação entre religião e política⁶⁷ para entendermos o porquê da igreja se inserir nesse processo secular. São elas: a análise institucional, a abordagem neomarxista⁶⁸ e a análise clássica de Max Weber, Ernst Troeltsch, H. Richard Niebuhr e outros autores.⁶⁹

⁶⁴ CAVALCANTE, Robson. **Cristianismo e Política**: Teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: Ultimato, 2002. p. 240.

⁶⁵ BOUDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 167

⁶⁶ Nesse caso, entendo por ética a assumida na “Ética” de Dietrich Bonhoeffer (SINODAL, 1988) que afirma que a igreja tem uma responsabilidade política: zelar para que os mandamentos de Deus sejam observados pelo Estado, impondo o limite de que o mesmo não tem poder sobre a consciência de seus cidadãos e, que, a igreja no contexto político, tem o papel de denunciar os pecados cometidos pelas autoridades e proteger o povo das injustiça. A igreja deveria se tornar a consciência do Estado. BONHOEFFER, Dietrich. **Ética**. Rio Grande do Sul: SINODAL, 1988, p. 131.

⁶⁷ A análise é sobre a Igreja Católica, mas pode ser muito bem aplicada as igrejas evangélicas.

⁶⁸ A religião ocupa uma posição especial na superestrutura, na sua dimensão social e política enquanto expressão de alheamento do homem de seu mundo real e de conformação social com esse mundo, corroborando para a “perpetuação” de uma dada sociedade, deve ser suprimida positivamente. Eduardo F. Chagas - Doutor em Filosofia pela Universität von Kassel (Alemanha); Professor da Graduação e da Pós-Graduação do Curso de Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Colaborador do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação (FACED) da UFC. Professor Bolsista-Pesquisador do CNPq. A crítica da religião como crítica da realidade social no pensamento de Karl Marx. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2016/01/a-religiao-em-marx-e-Chagas> Acesso em: 1 de setembro de 2022.

⁶⁹ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. Ed. Brasiliense; 2004, p.15

Na primeira, a igreja enquanto instituição tem como missão primordial pregar sua mensagem religiosa de fé, mas também enfatizar sua preservação e expansão na sociedade. Essa segunda necessidade é que a induz a entrar na política, mantendo-se próxima ao poder. Segundo Mainwaring, a “proteção de seus interesses pode entrar em conflito com a mensagem religiosa inicial”⁷⁰, mas não impede sua participação social na política. A defesa da instituição não caracteriza que há um mal em defender seus interesses, mas em adequar sua mensagem às necessidades reais para dispor de recursos para sua própria sobrevivência. Esse interesse organizacional solidificou a entrada das igrejas na política, pois, assim, as igrejas acompanharam as transformações sociais para se manterem vivas socialmente. Contudo, não é o único modelo a seguir, uma vez que grupos queiram vivenciar a fé de forma mais simples e distante do poder. As igrejas evangélicas se utilizaram bem desse recurso para influenciar pessoas diretamente por meio da política procurando unir todos em torno do maior objetivo que é a pregação, sua preservação e expansão. A política se tornou um meio legal para alcançar seus objetivos e interesses internos.

A segunda explicação afirma que a igreja é influenciada pelas mudanças sociais e pode se condicionar aos interesses das classes sociais, que “ideologias políticas da sociedade brasileira tenham influenciado a concepção de fé da igreja”⁷¹. As igrejas evangélicas passaram a ter uma preocupação mais social com sua Teologia de Missão Integral desenvolvendo uma nova visão de política mais progressista. Segundo Mainwaring, essa mudança acontece por causa da nova forma de compreensão da realidade. Em suas palavras, “de modo geral, as práticas sociais e as identidades institucionais não se modificam porque surgem novas ideias, mas, sim, porque o conflito social leva a uma nova maneira de se compreender a realidade.”⁷²

Contudo, isso não é uma regra porque cada igreja, ou cada setor dentro dela, reage às mudanças sociais de forma diferente. Algumas podem se isolar e manter uma postura mais distante dos conflitos sociais sem participar diretamente do processo político.⁷³ Portanto, é preciso entender os processos de

⁷⁰ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Ed. Brasiliense; 2004, p.16

⁷¹ Ibid. p. 25

⁷² Id. p.25

⁷³ Id. p. 26

influência da sociedade na igreja, assim como a própria influência da igreja no processo político quando ela se posiciona. A crítica ao pensamento neomarxista⁷⁴ é de que os interesses e necessidades de uma instituição para determinar sua existência podem ir além das classes sociais.

Na terceira explicação, Weber põe em conflito os interesses da instituição, do sacerdócio e das forças das lideranças carismáticas (profetas). A instituição desenvolve relação com o Estado e com as elites para garantir sua posição social mantendo uma posição politicamente conservadora. O sacerdote (pastor ou padre), por sua vez, é a institucionalização da autoridade carismática que se adapta à igreja organizada para manutenção dos atos religiosos e sacramentais. Os profetas que permanecem em sua função criam a tensão com a instituição e o sacerdócio, pois seu caráter é de denúncia contra as adaptações sociais que a instituição promove para se manter. Assim, o conservadorismo institucional é diferente do conservadorismo profético. O primeiro é político enquanto o segundo se baseia na tradição da igreja como sociedade perfeita, povo de Deus, servo e símbolo da salvação. No entanto, a linha de separação é tênue, em que o conflito se acirra no encontro da racionalidade da sociedade secular com a irracionalidade da religião. Portanto, para o autor, o caráter conservador da religião no Brasil também pode ser um instrumento de dominação:

A transformação da igreja, especialmente em países como o Brasil, El Salvador e Nicarágua, coloca em questão a crença de que a religião institucionalizada seja uma força conservadora que sirva de apelativo ao sofrimento das massas e de suporte para a dominação das elites.⁷⁵

⁷⁴ O neomarxismo é uma escola de pensamento marxista que agrupa as diferentes abordagens desenvolvidas no século XX e que modificam ou estendem o marxismo e a teoria marxista, geralmente incorporando elementos de outras tradições intelectuais como a teoria crítica, a psicanálise ou o existencialismo (em caso Jean-Paul Sartre). Como acontece com muitos usos do prefixo neo, alguns teóricos e grupos chamados de neomarxistas tentaram preencher as falhas percebidas do marxismo ortodoxo ou do materialismo dialético. Muitos neomarxistas proeminentes, como Herbert Marcuse e outros membros da Escola de Frankfurt, eram sociólogos e psicólogos. O neomarxismo também faz parte da estrutura mais ampla da Nova Esquerda. De uma perspectiva sociológica, o neomarxismo adiciona à filosofia marxista a compreensão mais ampla de Max Weber das desigualdades sociais, como status e poder. O marxismo analítico, o marxismo estrutural francês, a teoria crítica, os estudos culturais, assim como algumas formas de feminismo são exemplos do neomarxismo. A teoria da localização de classes contraditórias de Erik Olin Wright é um exemplo do sincretismo encontrado no pensamento neomarxista, pois integra a sociologia weberiana, a criminologia crítica e o anarquismo. SCOTT, John e Gordon Marshall, eds. 1998. "neo-Marxism." **In A Dictionary of Sociology**. Oxford University Press. Disponível em: <https://pt.frwiki.wiki/wiki/N%C3%A9omarxisme> Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

⁷⁵ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Ed. Brasiliense; 2004, p.24

Nesse contexto de compreensão, a possível intenção caracterizada dentro da ética cristã foi noticiada pela *Folha de São Paulo*⁷⁶, apontando para um documento criado por lideranças evangélicas denominado “Evangélicos e Constituinte”,⁷⁷ que foi distribuído nos meios protestantes brasileiros. O documento foi assinado por diversos pastores⁷⁸ de denominações pentecostais⁷⁹ e tradicionais⁸⁰ (históricas) onde determinaram 27 pontos que deveriam ser observados para garantir um futuro melhor para o Brasil. Na reportagem, foi destacado do documento, o número elevado de evangélicos no Brasil, chegando a 10 milhões de crentes. Portanto, uma parcela significativa da população, vista como potencial eleitora por parlamentares em épocas de eleição. Diz o texto em destaque:

Considerando-se o total da população, mas é representativo pois se trata de 10 milhões de cidadãos organizados, unidos em torno de propósitos comuns, dominicalmente reunidos para o estudo, reflexão e adoração, presentes na área educacional, assistencial e de ação social e, também, com opinião sobre os caminhos que o Brasil deve buscar para garantir um futuro mais feliz, mais justo e mais fraterno para o seu povo.⁸¹

Por isso, a partir desse documento, percebemos uma ação da igreja para um fim político ético, um desejo de poder político no seio da igreja,⁸² confirmado pelo seu envolvimento e seus parlamentares representantes que apontam para uma justiça de fato – um futuro mais feliz, mais justo e fraterno.

Retrocedendo no tempo, destaca-se o Pacto de Jarabacoa⁸³, construído na República Dominicana no ano de 1983⁸⁴, para orientação dos cristãos latino-

⁷⁶ *Folha de São Paulo*, 8 de abril de 1986, p. 8.

⁷⁷ Não foi possível localizar o documento integral.

⁷⁸ O texto é também assinado pelos pastores Carlos Alberto Correia da Cunha da Igreja Presbiteriana Unida; Jether Pereira Ramalho da Igreja evangélica congregacional; José Carlos Torres da Igreja Batista; Karl Brown da igreja evangélica de confissão luterana no Brasil; Laércio Alves dos Santos da Igreja Presbiteriana do Brasil; pelo bispo Paulo Ayres Mattos da primeira região da Igreja metodista do Rio de Janeiro e Joaquim de Oliveira funcionário da câmara do deputado em Brasília. *Folha de São Paulo*, 8 de abril de 1986, p. 8.

⁷⁹ Movimento de avivamento iniciado nos Estados Unidos em 1910.

⁸⁰ Igrejas oriundas da reforma protestante.

⁸¹ *Folha de São Paulo*, 8 de abril de 1986, p. 8.

⁸² Uso retórico da palavra, de uma parte da igreja, óbvio.

⁸³ Organizado pela Fraternidade Teológica latino-Americana. CAVALCANTI, Robson. **Cristianismo e Política**: teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: Ultimato, 2002, p. 263

⁸⁴ CAVALCANTI, Robson. **Cristianismo e Política**: teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: Ultimato, 2002, p. 271

americanos acerca de sua participação e ação na política com uma área para a prática de boas obras. Diz o texto:

A política é uma realidade iniludível, já que é a esfera natural da vida humana que facilita o completo exercício da dimensão própria do homem no plano social. A política é um instrumento adequado para o desenvolvimento da verdade, da liberdade, da justiça, da paz, da solidariedade e da democracia entre os homens. Por ser um meio, e não um fim, a política tem ligação com a situação, com a organização, com a competência e os direitos próprios dos seres humanos no êxito dos fins que levam ao bem-estar geral.⁸⁵

Esse documento prova a existência de uma ética cristã nos grupos evangélicos. Certamente, com ética ou posicionamentos com interesses fisiologistas, seja dos conservadores liberais ou dos progressistas, as Igrejas Evangélicas foram ocupando seus espaços de atuação política.

Desta forma, a igreja confere ao político os poderes que eles lhes reconhecem, sendo esse capital político uma forma de capital simbólico firmado pela crença e pelo reconhecimento.⁸⁶ Segundo Bourdieu, para esclarecer as intenções, o “homem político retira sua força política da confiança que um grupo põe nele”.⁸⁷ Assim, é fundamental uma discussão sobre as teorias políticas nascidas da Reforma e sua influência como resposta à religiosidade da Bancada Evangélica no espaço do poder político nacional.

Finalmente, após algumas justificativas sobre a entrada dos evangélicos na política, entender as motivações por trás das ações evangélicas é uma necessidade que pode ter levado ao desdobramento de participação e de construção do formato atual de um governo autoritário que evoca o nome de Deus como agente legitimador. Saber onde tudo começou e se os evangélicos fizeram “sua parte” na redemocratização leva à reflexão sobre as conexões e contradições do passado-futuro. Portanto, não é um discurso sobre as hierofanias, sobre as teologias, sobre a dogmática, não é uma antologia de “Deus”, mas “como”, “para que” e “porque” da presença religiosa evangélica na política.

⁸⁵ CAVALCANTI, Robson. **Cristianismo e Política**: teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: Ultimato, 2002, p. 271

⁸⁶ BOUDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 187

⁸⁷ Ibid. p. 187

Desta forma, sobre o caráter insubstituível e indispensável da igreja na política, algo indiscutível hoje, para maior circunstância tempo-espço, passaremos a síntese da produção historiográfica sobre a História do Protestantismo no Brasil e dos evangélicos na política institucional, a fim de compreender as identidades evangélicas enquanto religião com tendências com política teocráticas.

1.2 Historiografia sobre o protestantismo no Brasil

Uma grande contribuição historiográfica sobre o protestantismo no Brasil foi a produção do professor francês Émile-Guillaume Léonard, indicado de Lucien Febvre para assumir uma cadeira de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1948-1950).⁸⁸ Segundo prefácio da obra publicada em 1963 escrito por Issac Nicolau Salum, foi considerada uma obra inédita.

A ele o presente: firmar o pé no presente, investigando embora o passado. E o protestantismo brasileiro não lhe oferecia apenas um tema de investigação, um campo relativamente virgem. Oferecia-lhe algo mais: oferecia-lhe uma espécie de viveiro de experimentação, um flagrante, por assim dizer, do processo histórico.⁸⁹

Portanto, seu livro se tornou a obra pioneira sobre o protestantismo no Brasil. Segundo Salum, é a “primeira síntese e o primeiro trabalho com sistematização das fontes e preocupação de rigorosa documentação dos fatos”.⁹⁰

Seu trabalho apresenta na “Introdução” uma breve análise da historiografia desde 1901 até o surgimento de sua obra em 1963. Na introdução, ele separa “Fontes e Bibliografias” em cinco partes: obras gerais, histórico das diversas denominações, monografias e biografias, fontes e arquivos e as fontes impressas proporcionando uma visão geral do que foi produzido na primeira metade do século XX.

⁸⁸ LÉONARD, Émile-G. **O Protestantismo no Brasil**; estudo de eclesiologia e de história social. 2ª edição. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1981, p. 6

⁸⁹ SALUM, Issac Nicolau. Prefácio. In: LÉONARD, Émile-G. **O Protestantismo no Brasil. Estudo de eclesiologia e de história social**. 2ª edição. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1981, p. 7. 2ª edição. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1981, p. 7

⁹⁰ Ibid, p. 12

Sua obra é importante porque tenta ir além de um trabalho confessional, contudo, não adentra questões de ordem da política nacional brasileira. Assim, acaba sendo uma obra “quase clerical”, em que aborda a chegada e a necessidade de implantação, expansão e sobrevivência do evangelicalismo no Brasil. No entanto, faz uma declaração “profética” que se estende aos nossos dias: “O protestantismo brasileiro é profundamente denominacionista, e tende a permanecer como tal.”⁹¹ Diante disso, identificamos um fisiologismo denominacionista⁹² político que se estende à atualidade, criador de uma bancada evangélica, cujas ações e práticas políticas, defendem a fronteira do seus interesses econômicos eclesiológicos como prioridade.

Além de Émile Léonard, há mais quatro obras importantes sobre o protestantismo no Brasil consideradas “clássicas” nos seminários e faculdades do meio evangélico. São elas: *A história do culto protestante no Brasil*, de Carl Joseph Hahn⁹³; *Introdução ao protestantismo no Brasil*, de Antônio Gouvêa Mendonça e Prócoro Velasques Filho⁹⁴; *A história documental do protestantismo no Brasil*, de Duncan Alexander Reily⁹⁵; e, por fim, o livro denominacional “O que Deus tem feito da Igreja Batista”, organizado por David Mein⁹⁶.

Dos textos mais recentes voltados para o público evangélico destaco as obras pertinentes ao pentecostalismo e ao neo pentecostalismo: *O século do Espírito Santo: 100 anos do avivamento pentecostal e carismático*, de Vinson Synan; *Teatro, Templo e Mercado: Organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*, de Leonildo Silveira Campos. Ainda sobre textos recentes, foi publicado o livro de Robinson Cavalcante sobre política que exerceu grande influência no meio evangélico: a obra intitulada *Cristianismo e Política: teoria e prática histórica*.

A obra “A História do Culto Protestantismo no Brasil” escrito por Dr. J. Hahn, tese de doutoramento pela Faculdade de Teologia da Universidade de

⁹¹ LÉONARD, Émile-G. **O Protestantismo no Brasil**; estudo de eclesiologia e de história social. 2ª edição. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1981, p. 297

⁹² Lideranças evangélicas dentro da política defendendo interesses econômicos das igrejas que representam.

⁹³ HAHN, Carl Joseph. **História do Culto Protestante no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1986.

⁹⁴ MENDONÇA, Antônio Gouvêa e FILHO, Prócoro Velasques. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: LOYOLA, 1990.

⁹⁵ REILY, Duncan Alexander. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1993.

⁹⁶ MEIN, Davi. **O que Deus tem feito**. Rio de Janeiro: JUERP, 1982.

Edimburgo, na Escócia, no ano de 1970.⁹⁷ É um texto construído a partir de documentos eclesiásticos oficiais das igrejas como Assembleias Gerais, Sínodos e registros e relatórios de missionários de igrejas, periódicos e jornais de igreja. Ele discorre sobre a história do Brasil, a vida dos imigrantes e missionários protestantes e o estabelecimento do culto protestante no país. No capítulo VII, escreve sobre os fatores sociais e políticos do Brasil que influenciaram no culto evangélico.⁹⁸ Ele aponta a influência portuguesa, do índio e do negro no culto evangélico, enaltecendo o senso de dramaticidade e imaginação dos portugueses sobre a questão espiritual do catolicismo. Segundo ele, o culto varia entre o tempo melancólico e fatalista e a turbulência repentina experienciada.⁹⁹

O movimento da apatia e fatalismo para uma curta e dramática explosão de heroica atividade é seguido da volta ao fatalístico e melancólico desespero. O culto evangélico no Brasil pode rapidamente passar os dias e semanas de culto os mais apáticos, insensíveis, vagos e imprecisos para dias de grande explosão de energia, drama, cor, lágrima, emoção e experiências algo irracionais até onde é possível observar.¹⁰⁰

Ou seja, o emocionalismo português teria se misturado à influência do curandeirismo indígena, da liderança espiritual do pajé que exercia poderes de controle sobre os espíritos e a superstição num mundo repleto de espíritos bons e maus.¹⁰¹ Por último, o culto evangélico teria recebido a influência e o sincretismo dos negros africanos que compartimentava e hierarquizava o reino espiritual com um panteão de divindades. Segundo Hahn, havia o sincretismo religioso:

Com o uso de fetiches, rituais, signos cabalísticos, músicas apropriadas, fogo, fumaça, a religião transformou-se para eles no método de controlar as forças sobrenaturais, obter vantagens sobre os inimigos e sucesso na vida, isto é, sempre interesses e vantagens pessoais.¹⁰²

⁹⁷ HAHN, Carl Joseph. **História do Culto Protestante no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1986, p. 11

⁹⁸ HAHN, Carl Joseph. **História do Culto Protestante no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1986, p. 291.

⁹⁹ Ibid, p. 292.

¹⁰⁰ Id, p. 293.

¹⁰¹ HAHN, Carl Joseph. **História do Culto Protestante no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1986, p. 295.

¹⁰² Idem, p. 302.

Essas características sincréticas são visivelmente encontradas no culto protestante evangélico da década de 1980, principalmente na ideia de guerra espiritual contra a legião de demônios que em tudo exercia poder sobre os homens. Essa mentalidade se estende para o campo político onde “satanás deveria ser destronado” do poder com todos os seus seguidores ímpios. Além dessas influências, segundo Hahn, a estrutura política estava presente no culto evangélico, marcado pelo homem forte populista identificado no pastor zeloso de autoridade, carismático e cheio de poder representativo divino que recorria ao jeitinho brasileiro para se dar bem diante da divindade, subentendido através de barganhas e trocas de favores.¹⁰³ Tal abordagem justifica o poder simbólico carismático do pastor na atualidade.

Observando a participação das igrejas no campo político, a partir das assertivas de Hahn, identificamos duas propostas: a primeira, que os sistemas humanos podem ser reformados pela influência cristã pavimentando o reino de Deus na “cristianização” ideológica da cultura e, mais facilmente ainda percebido, identificamos o fisiologismo e a barganha política evangélica como jeitinho brasileiro no início da redemocratização. Esse assunto será abordado mais adiante nesse texto, ampliando o que Hahn apenas identificou e pontuou.

Sobre política, o autor¹⁰⁴ afirma: “O Brasil tem, de fato, sido uma democracia fraca”¹⁰⁵, intercalando curtos períodos de desenvolvimento democrático com rompimentos dos golpes autoritários. Outra afirmação confirma a teoria bourdieuana quando diz que o “pastor reflete a figura política e é zeloso de sua autoridade, seu prestígio e seu poder”.¹⁰⁶ Essa identidade do berço francês do “homem-forte” que busca a lealdade de seus seguidores. Por acaso, quem nunca ouviu a expressão religiosa evangélica que “ninguém pode se levantar contra o ungido do Senhor”? Essa é a mentalidade construída pelos pastores evangélicos no Brasil desde então.

O próximo texto é de Ducan Alexander Reily, que escreveu a obra *História Documental do Protestantismo no Brasil dos séculos XIX e XX* (1993). O livro é

¹⁰³ Ibid, p. 305.

¹⁰⁴ HAHN, Carl Joseph. **História do Culto Protestante no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1989.

¹⁰⁵ Ibid, p. 305

¹⁰⁶ Ibid. p.305

dividido em três partes: o período imperial (1808 a 1889), o período republicano (1889 a 1964) e o período da ditadura militar (1964 em diante¹⁰⁷).

O autor constrói uma história “essencialmente documental, mas sem a pretensão de expor todos os documentos”,¹⁰⁸ algo que é, absolutamente, impossível. Assim, ele trata as igrejas por “famílias”¹⁰⁹ ao invés de tratar individualmente. O texto também oculta o advento do neopentecostalismo¹¹⁰, uma vez que este surgiu no início da década de 1970 e pouco exerceu influência nesse momento da história. Dessa história, nos interessa, principalmente, o período do regime militar e seus desdobramentos na igreja evangélica já que a década de 1980 compreende a última fase do regime. No entanto, aqui citaremos alguns trechos relevantes para nossa análise.

Citando documentos das Igrejas Batista, Presbiteriana, Metodista e Luterana e o fenômeno pentecostal da época chegaram à conclusão de que a ditadura militar de 1964 foi, para muitas igrejas evangélicas, uma vitória da democracia sobre o comunismo. Em um parágrafo, resume todo o sentimento da igreja do tempo do golpe:

Houve um alto grau de aceitação da intervenção militar pelos protestantes, a princípio pelo medo de que João “Jango” Goulart estivesse conduzindo o país a um caos socialista e possivelmente a guerra civil. Nesse caso, o novo regime representava a salvação política a pátria. Medo da esquerda e simpatia pela direita parecem refletir fielmente a mentalidade protestante majoritária. Entretanto, em diversas denominações, particularmente nos seus movimentos de juventude e nos seus seminários teológicos, houve questionamento e confrontação; estes movimentos, porém não alcançaram a aprovação geral das igrejas e foram levados ao malogro, não raro com o fechamento de seminários. Por diversos motivos, uma geral apatia política se instalou nos meios evangélicos em razão da falta de experiência na política, que degenerou em desinteresse, preferência por assuntos espirituais, ou resignação frente a uma situação na qual aprecia que as minorias protestantes pouco poderiam influir. Via de regra as igrejas voltaram-se para problemas e assuntos internos (ortodoxia doutrinária, organização), campanhas evangelísticas no âmbito nacional, ou declarações ou proclamações.¹¹¹

Pelo menos cinco características nessa igreja do tempo do golpe são percebidas desse relato acima: 1) Eles repudiavam o socialismo e o comunismo

¹⁰⁷ Até o início da década de 1990.

¹⁰⁸ REILY, Duncan Alexander. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1993. p. 18

¹⁰⁹ Família batista, família presbiteriana...

¹¹⁰ Movimento que surgiu no início de 1970 com o acirramento da Teologia da Prosperidade.

¹¹¹ REILY, Duncan Alexander. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1993. p. 315

e acreditavam que João Goulart poderia levar o país à guerra civil e à submissão ao comunismo; 2) A igreja tinha uma tendência para a política de direita; 3) Para eles, a ditadura militar tinha características salvíficas; 4) Os movimentos de resistência dentro da igreja foram reprimidos; 5) Internamente, não se interessavam pelo tema político se voltando para questões moralistas, eclesiológicas e evangelísticas da própria igreja. Essa síntese mostra uma tendência que perdurou; no entanto, enfrentou, posteriormente, resistências e debates internos¹¹². Contudo, a igreja, de certa forma, considerava tais resistências como infiltrados dentro da membresia.¹¹³

O livro de Antônio Mendonça e Prócoro Velasques, talvez o mais conhecido de todos, é a “Introdução ao Protestantismo no Brasil” lançado em 1990 pela editora católica Loyola. O livro é resultado de uma monografia de pós-graduação em Ciências da Religião do Instituto Metodista de Ensino Superior e popularizou a ideia da configuração do protestantismo de imigração e de missões no Brasil.

O capítulo primeiro é a ênfase na configuração do protestantismo que resultou nas igrejas da década de 1980, muito significativo para entendermos aquele período. Nos últimos 30 anos, houve uma transformação considerável na configuração de Igrejas Protestantes no Brasil, saltando de 10% de membros na demografia brasileira na década de 1980 para quase 30% em 2021 em relação aos 220 milhões de habitantes na atualidade.¹¹⁴

Os capítulos IV e V fazem uma abordagem sobre o confessionalismo, o conservadorismo e o fundamentalismo que muito influenciou a postura política do protestantismo brasileiro, principalmente, sobre a pauta moralista e prosélita. Os capítulos VIII e IX explicam sobre a origem que levou à apatia cultural e, conseqüentemente, política das igrejas justificada pela disciplina rígida do isolacionismo cultural. A década de 1980 quebrou esse perfil e fez a igreja se envolver no processo político.

¹¹² Em 2001 foi criado a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça que levou a construção do documento Memórias Ecumênicas Protestantes; os protestantes e a ditadura: colaboração e resistência. Organizado por Zwinglio M Dias. que ouviu centenas de depoimentos de resistência protestante no período da ditadura.

¹¹³ *Jornal Batista*. 12/04/1964. p. 3

¹¹⁴ Pesquisa de 2020 do Instituto DataFolha. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/o-crescimento-evangelico-a-proxima-eleicao-e-o-pastor-no-stf/> Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

O livro de compilação *O que Deus tem feito* é um resumo da história da Junta de Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos sobre a evangelização do Brasil de 1881 a 1981 e trata do primeiro centenário da igreja no país falando dos primeiros pioneiros de 1889 a 1907 até as Assembleias Anuais da Convenção brasileira em 1982. O livro não é analítico sobre o tempo da ditadura militar nem do início da década de 1980, mas apresenta dados do crescimento da Igreja Batista por todo país nesse período enfatizando seus propósitos de evangelização e prioridade na educação religiosa. O que chama atenção é a presença marcante de missionários americanos em todas as Convenções Regionais do Brasil.

O Século do Espírito Santo escrito por Vinson Synan (2009) é uma história dos grandes avivamentos que abalaram o mundo. Segundo o autor, o século do Espírito Santo é histórico.¹¹⁵ Esse texto mostra como a pneumatologia¹¹⁶ interferiu nas denominações mais tradicionais e gerou os movimentos carismáticos e pentecostais no século XX.

O importante desse livro é sua narrativa da religião de poder que fez surgir as megas igrejas pentecostais do presente. Foram elas que alavancaram as temáticas moralistas de convergência para unidade das igrejas, como o alcoolismo, o tabaco, as drogas ilegais, o aborto, a pornografia e a homossexualidade.¹¹⁷ Além disso, mostra como a musicalidade interferiu nas décadas de 1970, 1980 e 1990 para consolidação de uma cultura jovem que influenciou dramaticamente o crescimento da igreja evangélica. Seguindo tal musicalidade, a partir de 1992, vieram as manifestações do avivamento nas igrejas como o “avivamento do riso santo”¹¹⁸ sob o argumento de justificativa da presença de Deus.¹¹⁹ Essas manifestações atraíam dezenas de pessoas para os eventos de rua chamados “cruzadas evangelísticas” e para as igrejas, dando a cada ministério e pastor autoridade e influência social.

¹¹⁵ SYNAN. Vinson. **O século do Espírito Santo**: 100 anos de avivamento pentecostal e carismático. São Paulo: Vida, 2009. p. 11

¹¹⁶ Disciplina que estuda a doutrina do Espírito Santo na cristandade.

¹¹⁷ SYNAN. Vinson. **O século do Espírito Santo**: 100 anos de avivamento pentecostal e carismático. São Paulo: Vida, 2009. p. 494

¹¹⁸ As pessoas tinham crise de sorrisos nos cultos.

¹¹⁹ SYNAN. Vinson. **O século do Espírito Santo**: 100 anos de avivamento pentecostal e carismático. São Paulo: Vida, 2009, p. 500

O livro de Leonildo Silveira Campos (1997) mostra como as “histórias de Deus” ressurgem no final do século XX sob a perspectiva e liderança do neo pentecostalismo. Trata de um texto que explica como o “Marketing do Sagrado” trouxe sucesso para as igrejas neopentecostais. É um texto baseado em dados empíricos que busca o rigor da explicação sociológica, segundo Antônio Gouveia, escritor do prefácio.¹²⁰ Campos analisa a origem e a expansão da Igreja Universal a partir do marketing, dando ênfase às necessidades do “consumidor religioso”.¹²¹ Talvez a síntese do livro seja a afirmação do pastor iurdiano¹²²: se você quer comprar carne vai ao açougue, remédios vai à farmácia, bênçãos, curas e milagres, na Igreja.¹²³ Também discute a expansão da igreja na década de 1980 com a aquisição de emissoras de rádio e televisão. É um livro importante para entendermos o poder da Igreja Universal, uma vez que ela se torna uma das protagonistas na política do Brasil a partir do final da década de 1980 até a atualidade.

Abordaremos agora o texto “Cristianismo e Política: teoria bíblica e prática histórica”¹²⁴ do progressista, pastor Episcopal Anglicano, Dom Robson Cavalcanti (2002). Ele também foi cientista político e professor da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Rural de Pernambuco com grande influência no meio progressista da igreja evangélica nas décadas de 1980 e 1990. A primeira edição do livro foi publicada em 1983, a segunda em 1988 e a terceira em 1994 com 11 mil exemplares vendidos.¹²⁵ Faz uma abordagem do tema sobre política na doutrina bíblica do Antigo e Novo Testamentos, aborda a política na história da Igreja cristã através dos séculos, finalizando seu texto com uma análise da igreja na política nacional brasileira. Sobre os anos 1980 escreve a respeito da desalienação da igreja e a participação política dos protestantes liberais que foram perseguidos durante a ditadura militar, fala sobre os

¹²⁰ CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, Templo e Mercado**: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. São Paulo, VOZES, 1997, p. 12

¹²¹ CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, Templo e Mercado**: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. São Paulo, VOZES, 1997, p. 221

¹²² Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus

¹²³ Id. p. 227

¹²⁴ CAVALCANTI, Robson. **Cristianismo e Política**: teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: ULTIMATO, 2002

¹²⁵ CAVALCANTI, Robson. **Cristianismo e Política**: teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: ULTIMATO, 2002. p. 9

evangélicos neofundamentalistas que tiveram de se reorientar com sua presença conservadora, dizendo agora que “crente se mete em política”.¹²⁶

Esse período de 1980 é marcado pelo crescimento da Teologia de Missão Integral com a organização da Comissão Brasileira de Evangelização (CBE), promotora do Congresso Nordestino de Evangelização (1988) e o Congresso Brasileiro de Evangelização (1993). A Teologia de Missão Integral também foi notificada pela Aliança Bíblica Universitária (ABU), Visão Mundial e a Vinde, entidades para-eclesiásticas que promoveram encontros, seminários e cursos de teologia, além de centenas de publicações de circulação nacional relacionados à doutrina cristã, política e a igreja. Entidades como Grupo Evangélico de Ação Política (GEAP) e Instituto Evangélico de Estudos Sociopolíticos (INESP) assumiram papel importante na formação e educação política dos evangélicos desse período.¹²⁷ Apresenta uma crítica sobre a ação política dos cristãos apontando para uma era de um Estado secular, materialista e hedonista, que poderia levar a igreja para uma espiritualidade farisaica.¹²⁸

Para finalizarmos essa apresentação cito os trabalhos acadêmicos de Paul Freston, chamado *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao impeachment* (1993); de Diemerson Saquetto, chamado *A Invenção do Pastor Político: Imaginários de Poder Político* construídos a partir da História das Bancadas (2007); e, o de Guilherme Esteves Galvão Lopes, intitulado *Evangélicos, Mídia e Poder: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte* (2017).

Freston “examina a face política desse processo multifacetado da expansão evangélica” como novo ator político no cenário brasileiro.¹²⁹ Apresenta o político evangélico como ênfase da hipocrisia dentro da desmoralizada classe política nacional, graças a sua postura fisiológica de fazer política.¹³⁰ Aponta as elites políticas e eclesásticas evangélicas, com ênfase nos pentecostais, afirmando a possibilidade do voto evangélico ter definido as eleições

¹²⁶ Ibid. p. 240

¹²⁷ CAVALCANTI, Robson. **Cristianismo e Política**: teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: ULTIMATO, 2002. p. 241

¹²⁸ Id. p. 262

¹²⁹ FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade estadual de Campinas. 1993. p. 22

¹³⁰ Ibid. p. 11

presidenciais de 1989.¹³¹ Afirma que seu crescimento não é explicação para a entrada na política,¹³² mas trata como característica e elemento importante para compreensão de sua política.¹³³ Na terceira parte do trabalho, faz um levantamento dos políticos protestantes da Primeira República à atualidade, dando ênfase à irrupção pentecostal a partir de 1986. Esse texto é muito significativo para o aprofundamento de nosso trabalho, uma vez que nos dará subsídio para a identificação dos parlamentares. A partir dessa identificação, poderemos levantar os pontos que interessam a nossa pesquisa, como a atuação e a experiência histórica da Bancada Evangélica dentro do campo político, que será abordado no terceiro capítulo.

O trabalho de Diemerson Saquetto, *A Invenção do Pastor Político: Imaginários de Poder Político* construídos a partir da História das Bancadas, ajudará na apresentação do tema “Religiosidade de poder: a igreja evangélica como religião de poder e sua relação com o poder político brasileiro” discorrido ainda nesse capítulo.

As igrejas evangélicas participam diretamente da vida dos membros de suas comunidades, influenciando muitas vezes o que vestir e comer, o que consumir, quando sair e com quem sair, com quem casar e em quem votar e apoiar politicamente. É sobre a reconstrução desse tecido social, conforme citação abaixo, que o livro analisa as bases do evangelicalismo na política.

O estudo deste universo de reconstrução do tecido social que as igrejas evangélicas promovem é parte importante do estudo das suas estratégias políticas, no sentido de que a sua legitimidade social junto às comunidades nas quais atua é a base sobre a qual esta mesma estratégia se sustenta. Eis a problemática na qual estamos motivados a trabalhar. Perceber tais nuances é de fundamental importância para a história política e social do Espírito Santo, movimento ainda mais necessário dentro do período que esperamos abarcar (o da redemocratização).¹³⁴

¹³¹ Id. p. 21

¹³² O censo de 1980 deu o total de 7.885.856 evangélicos, ou seja, 6,63% da população, ao passo que a PNAD de 1988 registrou 10,8% de evangélicos. Um crescimento anual de 1980 a 1988 acima de 8%. FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 28

¹³³ FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade estadual de Campinas. 1993, p. 27

¹³⁴ SAQUETTO, Diemerson. **A invenção do pastor político: imaginários de poder político** construídos a partir da história das bancadas evangélicas / Diemerson Saquetto. – 2007 Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações

O segundo capítulo lança as bases para a discussão sobre a religião de poder, em que as finalidades da sociedade são a prioridade. Deus, nesse contexto é um instrumento de transformação social materializada na vida da igreja através de suas lideranças e da própria instituição.¹³⁵ Como afirmou Saquetto, a religiosidade, enquanto *modus vivendi* e a instituição, contribui para a ordem política.¹³⁶ O povo entra nesse contexto para confirmar a “vontade de Deus” revelada a sua liderança. O poder é tipificado na imagem do pastor que tem de Deus a “autorização” para representá-lo, sendo ele o pastor político de Deus ou aquele que indicará em quem votar.

O trabalho de Lopez, *Evangélicos, Mídia e Poder: análise da atuação parlamentar na Assembleia Constituinte – 1987-1988*, tem a intenção de fazer o levantamento das ações parlamentares evangélicas no Congresso Nacional e no Senado, cuja disputa denunciou o fisiologismo evangélico para aquisição das concessões de rádio e televisão em todo o país. Texto útil para a formação do nosso terceiro capítulo.

Passaremos a analisar mais de perto o período que caracterizou a primeira metade da década de 1980 com o último presidente na ditadura militar, João Batista Figueredo (1979 – 1985).

1.3 A década de 1980: ditadura, democracia em conflito e memórias evangélicas

A década de 1980 foi marcada pelo fim da ditadura militar e o início da redemocratização do Brasil. Nesse período, estiveram no poder o general João Batista Figueiredo (1979 -1985), o vice-presidente José Sarney (1985-1990), vice-presidente do presidente eleito indiretamente Tancredo Neves, que faleceu antes de assumir a cadeira presidencial do Brasil.

A década de 1980 iniciou com o último militar na presidência, o general Figueiredo, que assumiu em 15 de março de 1979. Da posse, com discurso

Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Orientador: Profº Drº Estilaque Ferreira dos Santos - p. 19

¹³⁵ Ibid. p. 86

¹³⁶ Id. p. 87

diante do Congresso, em palavras deixou clara sua intenção de conduzir o país à reabertura, reafirmando seu propósito de “fazer desse país uma democracia”.

Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel. Reafirmo: é meu propósito inabalável — dentro daqueles princípios — fazer deste País uma democracia. As reformas do eminente Presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade. Reafirmo: sustentarei a independência dos poderes do Estado e sua harmonia, fortalecendo, para que atinja sua plenitude, a Federação sonhada pelos fundadores desta Pátria. Reafirmo: não descansarei até estar plenamente assegurado — sem sobressaltos — o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão, inscritos na Constituição.¹³⁷

A abertura não foi uma decisão apenas dos militares. Desse discurso de intenção, muitos questionamentos poderiam ser feitos se considerarmos as realizações do seu governo, ainda sustentando muito traços de autoritarismo, apesar do fato marcante que foi a extinção do bipartidarismo pela Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979, que favoreceu o processo de reabertura democrática, mesmo que a intenção fosse resolver a crise de legitimidade pela qual passava o regime militar.¹³⁸ Nada obstante, minha referência tem a intenção de pontuar sua chegada ao poder a fim de localizar no tempo o povo evangélico e sua participação política desse período. Afinal, o discurso de Figueiredo não anula e nem minimiza o histórico autoritarismo da ditadura militar.

Por esse tempo, um mês antes da posse de Figueiredo, de 29 de janeiro a 4 de fevereiro do ano de 1979, acontecia em São Paulo, aquele que seria um dos maiores eventos cristãos do segmento evangélico da época, o Congresso Geração 79, com a participação de muitas denominações evangélicas, com fiéis, pastores, missionários e obreiros vindos de todas as partes do Brasil, num conclave extremamente marcante da Mocidade para Cristo (MPC), com mais de 4 mil participantes.

¹³⁷ Presidência da República. Casa Civil. Secretaria de Administração. Diretoria de Gestão de Pessoas. Coordenação – Geral de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Biblioteca da Presidência da República, p. 5

¹³⁸ FREIRE, Américo. **A via partidária na transição política brasileira**. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

Esse evento ocorreu 28 dias, após a extinção feita por Geisel do Ato Institucional nº 5 (em 1º de janeiro), o que poderia sugerir aos evangélicos uma importante temática a ser discutida no encontro, uma vez que marcou a fase mais dura do regime militar. Além disso, Geisel era luterano e havia autorizado perseguições e execuções de opositores.¹³⁹ No entanto, o que percebemos foi um evento voltado para o universo jovem completamente desassociado da realidade nacional, mas justificado para o fortalecimento do seguimento evangélico. Nem a temática e nem os objetivos do encontro tocaram na realidade política, mas somente na ideologia religiosa evangélica para crescimento e fortalecimento da igreja.¹⁴⁰ Essa postura voltada para temas dentro da igreja permaneceu na Campanha Nacional de Evangelização (dos batistas) no ano de 1980, cuja preocupação era a evangelização de católicos¹⁴¹ e “macumbeiros”¹⁴², bem como o crescimento da igreja.

Esses eventos confirmaram tendências das lideranças se voltando para temas de dentro da igreja, principalmente, entre os batistas. Os batistas haviam declarado sua simpatia pela ditadura militar em documento de 1964 interpretado como uma “vitória da democracia sobre o comunismo”.¹⁴³

¹³⁹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/ernesto-geisel-as-igrejas-evangelicas-e-a-ditadura/> Acesso: 20/12/2022.

¹⁴⁰ Tema do congresso MPC (Mocidade Para Cristo): Unidos no corpo de Cristo. Objetivos: A conscientização do propósito de Deus para o corpo de Cristo (a igreja) em geral; A conscientização do propósito de Deus para cada membro do corpo em particular; O ensinamento bíblico sobre o aperfeiçoamento do corpo de Cristo; A preparação dos membros do corpo de Cristo para enfrentar a adversidade; A proclamação do evangelho pelo corpo de Cristo no Brasil. Esse congresso foi semelhante ao que fora realizado na Europa em 1975, chamado EUROFEST. Sua organização aconteceu pela Associação Evangélica Billy Graham e a convocação de várias lideranças brasileira presidida pelo Pastor Nilson do Amaral Fanini na sede da Junta Executiva Batista do Rio de Janeiro. A direção do congresso reuniu no conselho consultivo mais de 145 pastores de todo o Brasil para sua realização. FANINI, Nilson do Amaral. Congresso Geração 79. p. 2, 6, 9

¹⁴¹ Ano da visita do Papa João Paulo II ao Brasil.

¹⁴² “A situação do Brasil no momento atual é constrangedora. Não é preciso dizer o que faz e o que significa a Igreja Católica; a macumba se vai alastrando de tal maneira que dizem haver mais de trinta milhões de macumbeiros em nossa pátria... É a hora em que o povo evangélico deveria estar na maior atividade para transmitir a mensagem de Cristo, o único que salva”. REILY, Duncan Alexander. História Documental do Protestantismo no Brasil. São Paulo: ASTE, 1993. p. 328 - O termo é usado de forma pejorativa para designar os supostos seguidores do diabo. A macumba é nome popular dado a cultos afro-brasileiros de origem nagô cujas influências africana, católica, espírita, ocultista e ameríndia determinam sus rituais (essa consideração pode ser considerada ofensiva. Disponível em: veja.abril.com.br acesso em: 19/12/2022

¹⁴³ REILY, Duncan Alexander. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1993, p. 320

Outro grupo evangélico, a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, segundo suas memórias divulgadas em seu site oficial, nasceu como resposta à perseguição de pastores e lideranças que se manifestavam contra a ditadura.¹⁴⁴ Em breve edital do site oficial de apresentação da Igreja Presbiteriana Unida (IPU) foi dito sobre a fundação da igreja:

A Igreja Presbiteriana Unida do Brasil nasceu num encontro de pastores e igrejas que na década de setenta, em plena ditadura militar no país, também sofreram perseguição por não se calarem frente aos desmandos tanto dos governantes quanto da liderança da antiga denominação presbiteriana a que pertenciam.¹⁴⁵

A igreja em 1978 realizou o encontro de Atibaia, em São Paulo, para proclamar e denunciar seu sonho de um país sem ditadura.

E naquele encontro em Atibaia, SP, no dia 10 de setembro de 1978, pastores e lideranças de igrejas perseguidas de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo puderam, à semelhança do Rev. Martin Luther King, expressar em palavras: “Eu tenho um sonho...”¹⁴⁶

O evento de Atibaia gerou o Manifesto de Atibaia que pontuou sua posição de repúdio à influência secular corrupta do regime sobre a Igreja Presbiteriana.

Nós, abaixo assinados – pastores, presbíteros e povo presbiteriano, quase todos com dezenas de anos de trabalho fiel no seio da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) -, sentimos o imperioso dever de consciência cristã de elaborarmos este documento como fundamento das deliberações que tomamos nesta data. Há doze anos que a direção da IPB tomou um rumo inteiramente contrário à sua história no Brasil desde a sua fundação. Temos aguardado pacientemente durante todo este longo tempo, na pressuposição de que o bom senso voltaria a imperar na comunidade presbiteriana. Contudo, o que se observa é a formação de verdadeiro partido político no seio da Igreja, com normas de atuação próprias do meio secular, a fim de perpetuar o domínio de um grupo apenas.¹⁴⁷

Essa postura contrária às práticas seculares é uma demarcação de enfrentamento do regime feito por alguns membros da Igreja Presbiteriana.¹⁴⁸

¹⁴⁴ A afirmação no site pode ser simplesmente uma memória seletiva do passado que eles querem esquecer. Muitos que apoiaram a ditadura, tempos depois, criaram uma narrativa de que foram opositores.

¹⁴⁵ Disponível em: ipu.org.br/manifesto-de-atibaia/ Acesso em: 17 de janeiro de 2021

¹⁴⁶ Ibid

¹⁴⁷ Disponível em: ipu.org.br/manifesto-de-atibaia/ Acesso em: 17 de janeiro de 2021

¹⁴⁸ O documento mostra a exceção combatendo um sistema já estabelecido a 12 anos e adaptado as práticas seculares, obviamente, sob a influência do novo regime político que se instalou no país.

Contudo, por esse período, a maioria das lideranças eclesiásticas, a partir de seu conservadorismo, davam orientações direcionadas aos membros das igrejas privilegiando a ditadura militar.¹⁴⁹ No universo propriamente político, que abrigou evangélicos políticos dentro do sistema, havia parlamentares que declaravam sua tendência abertamente, já que boa parte deles estavam ligados aos setores conservadores do regime¹⁵⁰, o que nos obriga a pensar na forma como a igreja contribuiu para a construção do país e, depois, para sua redemocratização como uma religião de poder.

O ano de 1980 foi marcante porque começou com “terrorismo de direita, voltado para impedir que o país retornasse ao regime democrático”.¹⁵¹ Foi um ano marcado pela violência, quando ocorreram 25 atentados. O atentado de 27 e 28 de agosto de 1980, vitimou Dona Lídia Monteiro da Silva, secretária da OAB.¹⁵² Mesmo assim, medidas de abertura política foram sendo estabelecidas. Por exemplo, em novembro, foi aprovado no Congresso Nacional o princípio de eleições diretas para governos estaduais e decretado o fim da figura do senador eleito de forma indireta.¹⁵³

Mais dois importantes eventos marcaram o período. O primeiro deles foi a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de autorizar a fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) após negar a concessão da legenda do PTB para sua antiga liderança trabalhista Leonel Brizola¹⁵⁴, completando a gama de partidos políticos que se manteriam até as eleições de 1982, dentre eles PMDB,

¹⁴⁹ Encantados com o desenvolvimento e a segurança, bem como a liberdade religiosa, os evangélicos foram se tornando, a partir da década de 70, juntamente com os maçons e os kardecistas, sustentáculos civis do regime. CAVALCANTE, Robson. **Cristianismo e Política: Teoria bíblica e prática histórica**. Viçosa: Ultimato, 2002. p. 228

¹⁵⁰ Número de Parlamentares Evangélicos titulares e suplentes nas legislaturas: de 1979 a 1983 – 12 titulares e 13 suplentes; 1983 a 1987 – 12 titulares e 17 suplentes. FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 167, 168

¹⁵¹ Verbetes **FIGUEIREDO**, João Batista. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-oliveira-figueiredo> Acesso em: 26 de janeiro de 27 de janeiro de 2022. p. 10

¹⁵² Ibid. p10

¹⁵³ Verbetes **FIGUEIREDO**, João Batista. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-oliveira-figueiredo> Acesso em: 26 de janeiro de 27 de janeiro de 2022. p. 11

¹⁵⁴ MACEDO, Michelle Reis de. **Recusa do passado, disputa no presente. Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)**. Maceió: Edufal, 2015.

PP, PT e PDS, siglas que receberiam os parlamentares evangélicos.¹⁵⁵ E, por fim, a visita católica do Papa João Paulo II, causando grande constrangimento nos evangélicos, pois era uma figura considerada grande inimiga por eles.¹⁵⁶

Nesse ano de 1980, as Igrejas Evangélicas internacionalmente recebiam influência do Congresso de Hoddesdon, ocorrido na Inglaterra, com o Movimento do Estilo de Vida Simples.¹⁵⁷ Essa tendência alcançou a Fraternidade Teológica Latino Americana (fundada em 1970) e, conseqüentemente, alguns de seus membros influentes como o teólogo e missionário equatoriano René Padilha e, os peruanos, o teólogo Samuel Escobar e o pastor presbiteriano Pedro Arana Quiroz, que formularam a Teologia de Missões Integral¹⁵⁸ como uma alternativa de debate e contraponto à alienação social e o conservadorismo evangélicos e a Teologia da Libertação católica.¹⁵⁹ Desde a década de 1960, o mundo cristão católico e protestante vinha pensando sobre uma teologia política. Na Europa protestante, surgiu a Teologia Política (1965-1968), na América Latina Católica surgiu a Teologia da Libertação (década de 1970) e, no Brasil, sob a influência dos dois movimentos, surgiu a Teologia de Missão Integral (1980) para tratar da relação concreta entre a igreja e mundo.¹⁶⁰ Na medida em que a década avançava, amadurecia um cenário para a participação política dos evangélicos no Brasil, seja secularmente seja religiosamente.

Em 1981, o terrorismo voltou com o atentado do Riocentro, na Barra da Tijuca (RJ), no dia 30 de abril, quando duas bombas explodiram matando um

¹⁵⁵ CAVALCANTE, Robson. **Cristianismo e Política**: Teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: Ultimato, 2002. p. 231

¹⁵⁶ Durante 12 dias, percorreu aproximadamente 14 mil quilômetros, visitando Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Aparecida do Norte, Porto Alegre, Curitiba, Manaus, Recife, Salvador, Belém, Teresina e Fortaleza. A comoção da população foi tamanha que se calcula que 12 milhões de pessoas acompanharam a passagem do pontífice pelo Brasil. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/visitas-de-joao-paulo-ii-ao-brasil/> Acesso em: 28 de janeiro de 2022

¹⁵⁷ CAVALCANTE, Robson. **Cristianismo e Política**: Teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: Ultimato, 2002 - p. 230. Segundo o Portal Ultimato, o site vai resgatar documentos, artigos e devocionais sobre o tema "Simplicidade, Humildade e Integridade", publicados tanto na revista Ultimato, quanto em livros e outras publicações cristãs. Querendo encorajar a reflexão e a prática destes três valores/virtudes tão relevantes para as igrejas evangélicas em uma época de desperdício e consumismo. Disponível em: <https://www.ultimato.com.br/conteudo/por-um-estilo-de-vida-simples> - Acesso em: 11 de novembro de 2022

¹⁵⁸ Disponível em: <https://www.ultimato.com.br/conteudo/por-um-estilo-de-vida-simples> - Acesso em: 28 de janeiro de 2022

¹⁵⁹ CAVALCANTE, Robson. **Cristianismo e Política**: Teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: Ultimato, 2002. p. 230

¹⁶⁰ GIBELLINI, Rosino. **A Teologia do Século XX**. São Paulo: LOYOLA, 1998. p. 301

dos dois ocupantes do carro-bomba, ambos do CODI do Exército brasileiro. Enquanto o país vivenciava a crise que abalou o governo Figueiredo, fruto desse atentado, e o afastamento do presidente para se tratar da saúde de 6 de agosto a 12 novembro, a Revista *Veja* noticiava no dia 7 de outubro uma matéria sobre o avanço dos crentes no país. Dizia a matéria: “sob a Luz do Espírito Santo e com um código que proíbe o fumo e a bebida, o pentecostalismo já converteu 8,5 milhões de brasileiros.”¹⁶¹ Ainda nesse período, o Vaticano solicitou às Conferências Episcopais do Brasil informações sobre o avanço das seitas protestantes.¹⁶²

Segundo Freston, o “crescimento (numérico de evangélicos) não é explicação suficiente para a entrada na política”¹⁶³, o que pode ser questionável. Embora não discutido no início do trabalho sobre as razões da entrada dos evangélicos na política partidária, é mais um argumento (o quinto) para justificar sua entrada. Política é feita de números de votos, ou seja, quantidade de eleitores. Já em 1981 a igreja evangélica tinha eleitores suficientes para eleger seus representantes e fazer a diferença no meio político. Para Ricardo Mariano, a “acelerada expansão numérica dos evangélicos constitui fator dos mais relevantes para compreender parte das mudanças ocorridas recentemente nos campos religioso e político brasileiro.”¹⁶⁴

Os anos de 1982 a 1984 são considerados de grande importância para as mudanças eleitorais. Em 25 de junho de 1982, foi aprovado pelo Congresso Nacional o “emendão” que, além das muitas medidas que rasgaram direitos eleitorais no país, determinou a eleição do próximo presidente da República para 15 de janeiro de 1985.¹⁶⁵ No mês de novembro, no dia 15, houve a primeira

¹⁶¹ Disponível em: <https://portalpadom.com.br/o-avanco-dos-crentes-revista-veja-de-1981/> Acesso em: 28 de janeiro de 2022

¹⁶² FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 11

¹⁶³ FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 27

¹⁶⁴ MARIANO, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil. Disponível em: http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/M_autores/MARIANO_Ricardo_tit_Pentecostais-e-politica-no-Brasil.htm Acesso em: 27 de setembro de 2022.

¹⁶⁵ Verbete **FIGUEIREDO**, João Batista. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-oliveira-figueiredo> Acesso em: 26 de janeiro de 27 de janeiro de 2022. p. 14

eleição direta com o “voto vinculado”¹⁶⁶ para governador; a oposição garantiu a maioria no Congresso, mas tendo o PDS, partido do regime, com 12 governadores dos 22 eleitos. Assim também mantendo a maioria no Senado.

Segundo Lopes¹⁶⁷, 12 parlamentares evangélicos titulares e 17 suplentes foram eleitos para a Câmara de Deputados no pleito de 1982. Destes apenas 2 eram representantes pentecostais. Por sua vez, na contramão da política evangélica, foi noticiado *no Folha de São Paulo* em 10 de março de 1982, a proibição do Vaticano de impedir que sacerdotes católicos se envolvessem em política, com o tema “Religião e Política”:

A recente proibição oriunda do Vaticano quer reter o veto ao engajamento do clero em movimentos de natureza política indica que a disposição predominante no momento é de preservar a igreja de um movimento que possa prejudicar as tarefas inerentes a uma instituição essencialmente religiosa.¹⁶⁸

A matéria afirma a prioridade que é dada ao papel evangelizador da Igreja, uma vez que a ação social já estava inserida na postura religiosa. Portanto, essa mudança de foco católico coincide com o avanço evangélico, fruto da ação evangelizadora da década de 1980, evidenciada pelos grandes Congressos e Cruzadas evangélicas. Assim, a Igreja Católica passou a enfrentar os evangélicos que crescia numericamente, e que, agora, também passava a pensar no seu envolvimento político social.

Na matéria “Sacerdotes devem promover justiça, afirma a CNBB”, Dom Mauro Morelli¹⁶⁹ confirmou sua posição em relação a Sé:

Evidentemente, estou de pleno acordo com o documento da Sagrada Congregação do Clero. Aliás, ele reafirma a doutrina da Igreja sobre o assunto. Se o faz, é que havia necessidade de urgir sua aplicação.¹⁷⁰

¹⁶⁶ No “voto vinculado” o eleitor teria que escolher candidatos de um mesmo partido para todos os cargos em disputa.

¹⁶⁷ LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, Mídia e Poder**: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017, p. 167.

¹⁶⁸ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7976&anchor=4309918&origem=busca&originURL=Acesso em: 30 de janeiro de 2022>

¹⁶⁹ Dom Mauro Morelli é um bispo católico brasileiro. Foi bispo auxiliar da arquidiocese de São Paulo e é bispo emérito da diocese de Duque de Caxias. Em 12 de dezembro de 1974, foi nomeado bispo auxiliar de São Paulo pelo papa Paulo VI, recebendo a sagração episcopal de Dom Paulo Evaristo Arns em 25 de janeiro de 1975. Em 25 de maio de 1981, foi nomeado pelo papa João Paulo II o primeiro bispo da então criada Diocese de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, onde permaneceu até 12 de junho de 2005.

¹⁷⁰ Ibid. p. 6

E na mesma página também apresenta a matéria “Engajamento político divide protestantes”¹⁷¹, deixando subtendido que há uma divisão entre dois grupos, uma de teologia liberal e política socialista (progressistas) e outros de teologia conservadora e política liberal. As igrejas progressistas - a Igreja metodista, a Igreja Episcopal, Missão presbiterianos, a Igreja Pentecostal Brasil para Cristo, a Igreja de Confissão Luterana e a Federação das Igrejas Presbiterianas do Brasil eram ligadas ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a nível nacional, ligadas ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CLAI) e ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) da primeira tendência. O segundo grupo, da teologia conservadora e política liberal, a maioria das igrejas evangélicas do Brasil, está ligado à Confraternidade Evangélica Latino-Americana (CONELA). O ano de 1982 foi, para os evangélicos, um ano de definições e intrigas, marcado pela dúvida quanto ao engajamento político-ideológico e o engajamento político-partidário.¹⁷²

Os agitados anos de 1983 e 1984 foram marcados pelo início dos debates em torno da sucessão presidencial e o Movimentos das Diretas Já, começando em 31 de março de 1983 em Pernambuco com 100 participantes e encerrando em 16 de abril 1984 no Vale do Anhangabaú em São Paulo com 1 milhão e 500 mil participantes.¹⁷³ No Congresso Nacional (CN), a emenda das “Diretas Já” foi rejeitada em 25 de abril de 1984 e, menos um ano depois, no dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves, do PMDB, como o presidente civil do Brasil. Em meio a essas mudanças surgiu um cristianismo com uma religiosidade de dominação.¹⁷⁴

1.4 Religiosidade de dominação: a igreja evangélica e sua relação com o poder político brasileiro.

¹⁷¹ Ibid

¹⁷² CAVALCANTE, Robson. **Cristianismo e Política**: Teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: Ultimato, 2002. p. 232

¹⁷³ Votação da emenda da Diretas Já completa 30 anos. Jornal Hoje. 25 de abril de 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/04/votacao-da-emenda-da-diretas-ja-completa-30-anos.html> - Acesso em: 30 de janeiro de 2022

¹⁷⁴ Essa religiosidade acreditava que as igrejas também deveriam interferir no espaço de poder político.

Considero uma religiosidade de “poder político partidário” quando parlamentares evangélicos estão próximos do poder central executivo como base de apoio. Desta forma, os crentes se mantiveram sempre com voz de barganha para defender seus interesses denominacionalistas, conservadores e moralistas próximo de quem tem o poder Executivo. Do golpe de 1964 ao ano de 1990, podemos perceber tal façanha a partir do perfil traçado dos parlamentares no Congresso Nacional.

O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, se revestiu de discurso conservador social e político para defender a nação contra a corrupção e subversão.¹⁷⁵ Este AI nº 2 fechou todos os Partidos existentes,¹⁷⁶ atingindo 4.682 cassados dos direitos políticos: 1.261 militares, 500 legisladores eleitos, 300 professores e 50 chefes de Executivo.¹⁷⁷ Depois disso, dois Partidos surgiram com a extinção dos demais Partidos: a ARENA – Aliança Renovadora Nacional e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro. O primeiro de apoiadores do regime e o segundo com discordantes. Segundo relatório de Freston¹⁷⁸, a maioria dos deputados e senadores evangélicos fizeram parte da base de apoio dos militares no partido ARENA durante a ditadura militar.¹⁷⁹

Já para a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), no período da redemocratização, os protestantes formaram a Bancada Evangélica (1986), quarta maior do Congresso, se colocando como parte do Centrão¹⁸⁰, grupo famoso por se manter sempre perto do poder para defender seus interesses

¹⁷⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm - Acesso em: 30 de janeiro de 2022

¹⁷⁶ Partidos fechado: PSD – Partido Social Democrático, UDN – União Democrática Nacional, PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, PTN - Partido Trabalhista Nacional, PST - Partido Social Trabalhista, PRT - Partido Republicano Trabalhista, MTR - Movimento Trabalhista Renovador, PR - Partido Republicano, PSP - Partido Social Progressista, PDS - Partido Democrático Cristão, PRP - Partido de Representação Popular, PL - Partido Libertador e o PVB - Partido da Boa Vontade.

¹⁷⁷ CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**. 3ª edição. Brasília: UNB, 1998.p. 189

¹⁷⁸ FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993, p. 160 a 166.

¹⁷⁹ Adrião Bernardes, Aguinaldo Costa, Alberto Nunes, Alberto Holfmann, Arolde de Oliveira, Atos de Andrade, Autino Valois, Daso Coimbra, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Jeremias Fontes, Gioia Nunes, Henrique Lanstone, Igo Lessa, João Fagundes, Joel Ferreira, José Fernandes, Levy Dias, Levy Lavares, Luiz Bosso, Milton Cassel, Paulo Abreu, Paulo Freire, Teixeira Gueiros, Tuly Nassif.

¹⁸⁰ GALVÃO, Lopes Guilherme Esteves. **Evangélicos, Mídia e Poder**: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro, 2017. p. 66

fisiológicos.¹⁸¹ Esse termo apareceu pela primeira vez na matéria “Frias engorda bancada evangélica na Câmara” na *Tribuna da Imprensa*.¹⁸²

É esse poder numérico parlamentar representando seus 10 milhões¹⁸³ de crentes que torna o grupo evangélico poderoso. Segundo Aline Controt, “o cristão qualquer se tornou tão digno de interesse quanto os bispos ou as ordens religiosas”.¹⁸⁴ Daí entendermos, ainda citando Controt, que o avanço da história religiosa em relação a história política passa pela “dimensão quantitativa pela contagem sistemática de seus praticantes”.¹⁸⁵ A religiosidade de poder é a força numérica dos evangélicos que se faz notar já no início da redemocratização e seu poder de articulação para eleger seus representantes.

No ano de 1988, os religiosos protestantes se reuniram no II Encontro de Candidatos Políticos e Evangélicos para traçarem estratégias para eleger o máximo de representante parlamentares. Em matéria no jornal *Correio Brasiliense* é afirmado que os “evangélicos analisam seus votos” para buscar tal objetividade estratégica:

Os religiosos pretendem, ainda, estabelecer critérios para as campanhas de ciano e da sucessão presidencial. Não se sabe ainda quantos evangélicos disputarão o pleito de 88, mas existem capitais em que eles são mais de 20. Segundo o deputado goiano (Antônio de Jesus), objetivo do segundo congresso será traçar estratégias de ação que possam eleger um número máximo de evangélicos eles estão em busca da “objetividade”.¹⁸⁶

Com tamanha influência, não é incomum pastores se sentiram à vontade para declarar seu fisiologismo abertamente. O próprio Antônio de Jesus (PMDB–GO), segundo a matéria, disse: “é honroso, é bem aplicado trocar meu voto por benefícios para a comunidade”.¹⁸⁷ O poder político dos evangélicos é evidenciado nessas trocas de favores comumente noticiadas nos jornais da

¹⁸¹ Salvo as exceções, a maioria de seus membros mantinham atitudes que caracterizavam fisiologismo político.

¹⁸² O termo surge pela primeira vez na *Tribuna da Imprensa* em 1986. LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, Mídia e Poder**: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro, 2017. p. 59

¹⁸³ *Folha de São Paulo*. 8 de abril de 1986. p. 8

¹⁸⁴ CONTROT, Aline. **Por uma história Política**. REMOND, Réne. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. **Religião e Política** – p 332.

¹⁸⁵ *Ibid*

¹⁸⁶ **CORREIO BRASILIENSE**. 21 de agosto de 1988. Política

¹⁸⁷ *Ibid*

época, a despeito do próprio *Jornal do Brasil* que fez a matéria *Evangélicos trocam voto por vantagem*. Diz a matéria em um dos trechos:

Boa parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar nova constituição um grande lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benefícios para suas igrejas, e muitas vezes, para eles próprios [...] Um ano e meio depois de instalada a Assembleia Constituinte, a nova carta ainda não está pronta, mas já propiciou ao grupo comandado pelo pastor Gidel Dantas uma notável lista de ganhos, que incluem um canal de televisão, pelo menos meia dúzia de emissoras de rádio, importantes cargos no governo, benefício dos mais variados tipos e sobretudo dinheiro. Muito dinheiro.¹⁸⁸

Toda a expectativa para a participação dos evangélicos no poder para a construção de novos rumos para o país na Constituinte foi apresentado pelos jornais como um grande constrangimento. Mas não foi negado sua influência, seu envolvimento e articulação, seu poder de barganha e sua maneira de proteger seus interesses. A despeito do que falou Aline Controt que, “o modelo cristocêntrico de fazer política é Deus encarnado na história e, portanto, os homens reconciliados com o tempo”,¹⁸⁹ no Brasil, as práticas evangélicas de fazer política e sua relação com o poder apresentam pouco testemunho moral e ético em relação a teologia moral cristã.

Diante dos fatos, qual é a consciência religiosa cristã na ação dos políticos protestantes na década de 1980? Passaremos a analisar esse protestantismo no campo político como metodologia do tempo histórico.

1.5 Epistemologia do Tempo Histórico como análise da religião protestante no campo político

O que é a Igreja Protestante na década de 1980 e o que pretendia? Em sua história, como se comportou e o que faz naquele momento para que ganhasse notoriedade? A consciência religiosa é evocada na ação religiosa e suas consequências nos levam a refletir sobre o sentido da igreja evangélica naquele período. Segundo a apresentação de Reinhart Koselleck, a história vai além dos fatos, ela é “uma pesquisa de consciência humana no seu

¹⁸⁸ *Jornal do Brasil*. 7 de agosto de 1988.

¹⁸⁹ CONTROT, Aline. REMOND, Réne. **Por uma história Política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. *Religião e Política* – p 339.

enfrentamento com as condições de possibilidade de existência, daquilo que se é, e daquilo que se pode vir a ser”.¹⁹⁰

Após 500 anos de tradição protestante, o que é a igreja evangélica no contexto da redemocratização brasileira, uma vez que ela trouxe consigo conhecimento dogmático, um espiritualismo multifacetado, teologias diversas, liturgias distintas, gerenciamentos eclesiásticos numerosos, diversidade de identidade denominacional e enfrentamentos seculares que, em dados momentos, estão em conflito consigo própria e em outros, fazendo guerra contra o mundo e os “pagãos”? Trata-se de um cristianismo ou vários cristianismos buscando uma identidade que possa unir todos debaixo do mesmo guarda-chuva? Temos mais perguntas do que respostas a princípio. Mas esse é o desafio e a busca incansável por respostas, afinal, uma das exigências da religião é ter e dar respostas a seu tempo histórico, seja através da teologia ou da ortopraxia das instituições religiosas.¹⁹¹

Seja pela teologia, dogmática ou ortopraxia, uma igreja cristã de dois mil anos, agora na versão protestante, tem sua historicidade, sua identidade arrolada no passado como continuidade de sua origem no apostolado dito primitivo. Ela, como dissidência (século XVI) ou somente como um retorno à base de uma igreja de outrora (século I), como se colocou na história da Igreja Cristã, é uma continuidade daquilo inaugurado pelo Cristo. Portanto, chega ao século XX, na década de 1980 com legitimidade para ser considerada Igreja de Cristo. As novidades do tempo contemporâneo são novos desafios de sobrevivência, existência, identidade e alcance.

Assim, a igreja só estava se submetendo e se adaptando aos novos processos de identidade e existência determinados pelo seu tempo, mas sua essencialidade permanecia enquanto Igreja do Reino de Deus e do Cristo. Agora ela enfrentava os novos paradigmas de ideologização, democratização, novo republicanismo e temporalização. E neles procurava se autoafirmar o que de fato era enquanto ser no mundo, seja no contexto religioso, social, econômico ou

¹⁹⁰ KOSELLECK. Reinhard. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006. p. 9

¹⁹¹ Prática da fé.

político. Ela é mais que templo, ela é consciência daquilo que pode vir a ser – “católica”.¹⁹²

Segundo Koselleck, o tempo histórico na qual a Igreja se coloca e se adapta com sua participação existencial no tempo, como método de análise, pode ser entendido conforme afirmação abaixo:

O tempo histórico, caso o conceito tenha mesmo um sentido próprio, está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações.¹⁹³

Assim, não seria mais uma igreja inconsciente e ascética em relação à sociedade. Ela já vinha se transformando desde o início da década de 1980, na ditadura militar de João Batista Figueiredo, em uma igreja participativa socialmente, apostando na transformação da realidade através da espiritualidade e do domínio político. Basta pensarmos, por exemplo, nos encontros ecumênicos que existiram durante toda a década de 1980 e deram o significado e o sentido de sua participação política.

Aqui listamos as ações do período para demonstrar o quanto tentaram os evangélicos se organizar em torno da política. Um dos principais expoentes da militância desse tempo, Dom Robinson Cavalcanti, bispo metropolitano da América Latina da igreja Anglicana no Brasil em entrevista à revista *Ultimato* em outubro de 1985, de forma pessimista,¹⁹⁴ falava da participação da igreja na política. Ocasão em que deixava claro todo esforço nos anos anteriores para informar a comunidade através de documentos gerados em encontros ecumênicos que pensaram a política para o país. O primeiro deles foi organizado pela Fraternidade Teológica Latino Americana, localizada na cidade de Jarabacoa, na República Dominicana (1983), quando pensaram sobre o tema “A teologia e a Prática de Poder”. A consulta teológica de políticos gerou a

¹⁹² Não no sentido da Igreja Católica Romana, mas, no sentido de levar o evangelho a todos os povos em sua universalidade (catolicidade).

¹⁹³ KOSELLECK, Reinhard. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006, p. 14

¹⁹⁴ Ao responder à pergunta “Como se dá a participação evangélica na política no país?”, Robinson Cavalcanti deixa claro seu temor dos evangélicos se transformarem num retrocesso para o Brasil. **ULTIMATO, Nova Carta Constitucional**. Outubro de 1985 – Constituinte, protestantismo brasileiro e participação política.

Declaração de Jarabacoa, cujo documento deveria ser divulgado na América Latina e no Brasil, o que pouco foi feito no país.¹⁹⁵

Houve um outro encontro anterior ao de Jarabacoa, evento que aconteceu na cidade de Lausanne na Suíça (1974), onde estiveram presentes 2700 delegados de mais de 150 países. O documento trouxe a consciência da igreja sobre seu compromisso na evangelização e responsabilidade social cristã.¹⁹⁶

A Comissão de Lausanne para a Evangelização Mundial (Lausanne Committee for World Evangelization, LCWE), conhecida como o Movimento de Lausanne, se tornou um movimento evangélico global gerado no Congresso Internacional sobre Evangelização Mundial, organizado por Billy Graham e John Stott. Segundo Cavalcanti, o pacto de Lausanne trouxe diretrizes significativas para a igreja evangélica não se tornar uma comunidade marginal.¹⁹⁷

Com a Constituinte (1987-1988) e a necessidade da Igreja se organizar para participar, o Grupo Evangélico de Debates sobre a Constituinte formulou o documento “Evangélicos e Constituinte” que passou a ser distribuído nas igrejas evangélicas em 1986. A intenção era informar com 27 pontos sobre como deveriam proceder os evangélicos na política.¹⁹⁸

E, novamente, no ano de 1988, a Fraternidade Teológica Latino Americana, organizou o II Encontro Nacional de Candidatos e Políticos Evangélicos, promovidos pelo Grupo Evangélico de Ação Política (GEAP), em 26 e 27 de agosto, cujo documento revela suas reais intenções na política. Diz o documento:

Em Brasília, nos dias 26 e 27 de agosto de 1988, que congregou, também pastores e líderes, representantes de entidades evangélicas que desenvolvem ação social e política e representantes da imprensa evangélica, reunidos com o fim de refletir sobre a realidade política do país, bem como acerca de nossa atuação sobre tal realidade, como representantes ou representados, seja através da reflexão sobre os resultados da atuação Parlamentar dos evangélicos na Constituinte, seja através do **delineamento de um projeto estratégico de**

¹⁹⁵ CAVALCANTE, Robson. **Cristianismo e Política**: Teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: Ultimato, 2002. p.265

¹⁹⁶ Disponível em: <https://lausanne.org/pt-br/recursos-multimedia-pt-br/o-movimento-de-lausanne-e-o-evangelicalismo-global-distintivos-teologicos-e-impacto-missiológico> - Consultado em: 08/02/2022.

¹⁹⁷ ULTIMATO, **Nova Carta Constitucional**. Outubro de 1985 – Constituinte, protestantismo brasileiro e participação política.

¹⁹⁸ **Folha de São Paulo**. Terça-feira, 8 de abril de 1986. Política-Economia. Evangélico querem participação popular no Congresso constituinte. p. 8.

participação da comunidade na vida social e política do país,¹⁹⁹
assim também como nas próximas eleições municipal e presidencial.²⁰⁰

Esse documento revela explicitamente a intenção da comunidade evangélica em desenvolver um projeto de poder político quando se refere a um “delineamento de um projeto de participação da comunidade na vida social e política do país”. Intenção que resultou numa postura de apoio político à direita nacional representada pela candidatura de Fernando Collor de Melo em 1989. Em um dos trechos da declaração, o documento afirma claramente algo absolutamente significativo: “Declaramos que queremos assumir a história desse país [...]”.²⁰¹ Desta forma, a entrada da Igreja Evangélica na política nacional é meticulosamente pensada e programada para um projeto de nação e República sob o legado da Bíblia.

Entretanto, como contrapartida à decisão majoritária parlamentar de seguir uma tendência política liberal conservadora, o grupo progressista liderado pelo Bispo Dom Robinson Cavalcante e pela deputada Benedita da Silva da Assembleia de Deus criaram, no encontro de 6 e 7 de abril de 1990 no Rio de Janeiro, com a participação de vários representantes da igreja evangélica, as entidades evangélicas Visão Mundial e Vinde, o Movimento Evangélico Progressista (MEP), de natureza ecumênica para construção e promoção de um “protestantismo popular, socialmente consciente de seu papel na sociedade e esposando os elementos críticos da fé profética aprendida de Jesus Cristo e dos movimentos alternativos na história da igreja”.²⁰² Conseqüentemente, as Igrejas Evangélicas oficializaram duas tendências de lutas em seu seio: uma liberal, outra progressista.

Ainda naquele ano de 1990, nos dias 3 e 4 de agosto, foi realizado no Instituto Metodista Bennett, promovido pelo Movimento Evangélico Suprapartidário (MES)²⁰³, o encontro Teológico e Político para discutirem o tema

¹⁹⁹ Grifo meu.

²⁰⁰ Boletim Teológico. Nº 8. **Fraternidade Teológica Latino-americana**. São Leopoldo - RS. Declaração do II Encontro nacional de Candidatos e Políticos Evangélicos. Brasília, 27 de agosto de 1988. p. 56.

²⁰¹ Ibid. p. 58

²⁰² Jornal **Aconteceu no Mundo Evangélico**. Nº 84. Ano IX. Maio/90. Criado Movimento Evangélico Progressista. p. 6

²⁰³ Frente suprapartidária e interdenominacional criada para debater política dentro das igrejas evangélicas

“Evangélicos e sua Participação Política no Brasil”.²⁰⁴ O encontro constatou que a participação evangélica na política foi desastrosa na década de 1980. A natureza dos temas discutidos no encontro indica o engajamento da igreja para uma participação efetiva e consciente na política nacional, são eles: Presença da mulher evangélica na política; Atuação dos evangélicos na Constituinte; Teologia e Política; Participação dos evangélicos na política partidária; Evangélico: prática social e participação política; O significado político do ministério de Jesus; Crente vota em crente? Uma análise do voto evangélico; O embate ideológico na igreja evangélicas; Cristo não se envolve em política? E, mais: A questão política na literatura evangélica; Igreja evangélica e comunicação eclesial de base. Semelhanças e diferenças e, finalmente, A participação evangélica no movimento sindical.

Os debates daquele período marcaram uma busca de identidade a partir de uma reflexão que ampliou os horizontes de atuação da igreja nos mais variados setores da sociedade. Muito além de uma participação tímida, era um projeto de poder que poderia determinar o futuro da nação. Como expressou o organizador do evento, Carlos Alberto Cacau de Brito: “a igreja precisa ocupar corretamente o espaço político”.²⁰⁵

Diante de tantos pactos, acordos, debates e estudos sobre política e participação social na década de 1980, analisaremos no próximo capítulo, as identidades das Igrejas e seus atores políticos em face do novo tempo da República Democrática que se apresentava.

²⁰⁴ Jornal ***Aconteceu no Mundo Evangélico***. Nº 85. Ano IX. Junho/90. Evangélico e Participação Política. p. 6.

²⁰⁵ Jornal ***Aconteceu no Mundo Evangélico***. Nº 85. Ano IX. Junho/90. Evangélico e Participação Política. p. 6.

CAPÍTULO 2 – AS IGREJAS EVANGÉLICAS E OS ATORES POLÍTICOS DA BANCADA EVANGÉLICA.

Neste capítulo, ampliaremos as informações sobre as Igrejas Evangélicas, apresentando mais detalhes sobre as denominações e suas ações no campo político, apesar da laicidade²⁰⁶ do Estado brasileiro. Segundo Maria das Dores Campos Machado, o sucesso nas disputas eleitorais das igrejas evangélicas resultaria de:

Um rápido processo de formação de lideranças e de uma intensa socialização dos fiéis, fenômenos que expressam revisões nas concepções de política e de cidadania dos pentecostais, que se destacavam desde os anos 1980 como os grupos evangélicos mais competitivos e com maior capacidade de transferirem suas influências da esfera religiosa para a esfera política.²⁰⁷

Mas quem determina o que é religião para que haja uma influência na política? Para Paula Monteiro, é um resultado de um “processo histórico de alianças e conflitos entre atores religiosos e não religiosos”,²⁰⁸ conforme suas palavras:

Nesse processo, as formas religiosas foram se constituindo e se modificando em função de um jogo de forças que opôs a eficácia simbólica daquilo que contextualmente fosse definido como mágico e a legitimidade social do que fosse assumido como religioso. Assim, embora as análises antropológicas mais recentes tendam a fixar essas cosmovisões e seus rituais como inerentes às identidades religiosas — supondo implicitamente que essas práticas já nasceram como “religiões” definidas —, pode-se perceber a partir dos dados históricos apresentados pela literatura que as particularidades dos contextos locais, as personalidades e as trajetórias dos agentes mediadores que procuram institucionalizar certas práticas e os limites colocados pelas diretrizes jurídico-políticas do Estado promoveram arranjos muitas vezes difíceis de enquadrar nas tipologias religiosas produzidas pelos modelos acadêmicos.²⁰⁹

²⁰⁶ A noção de laicidade, de modo sucinto, recobre especificamente à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiais e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto. R. Mariano – **Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública**. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio-ago. 2011, p. 244

²⁰⁷ MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião, cultura e política**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 32(2): 29-56, 2012, p. 30

²⁰⁸ MONTERO, Paula. **Religião, pluralismo, secularismo e esfera pública no Brasil**. Novos Estudos, n74, março de 2006, p. 50

²⁰⁹ Ibid.

Portanto, nas igrejas evangélicas, nem sempre o que não é considerado parte das igrejas evangélicas é seita, mas dissidências.²¹⁰ Já a grande parte do senso comum parte de uma visão generalista e reducionista das igrejas evangélicas, colocando todas em uma mesma denominação, ignorando suas diferenças e divergências. Portanto, é importante a discussão das concepções do senso comum, dos religiosos evangélicos confessos e da academia.

Para o religioso, essa identidade evangélica define-se a partir da Bíblia, das Confissões e da Dogmática, bem como das relações da igreja com seus seguidores ao longo da sua vida eclesiástica. Para o historiador, a análise que interessa é o fenômeno religioso como prática cultural, sua importância identitária para a sociedade, as visões de “mundos religiosos” comumente conflitantes²¹¹, sua influência na comunidade confessional e sua relação sentimental com os cidadãos sem fazer juízo de valor sobre quem é legítimo cristianismo ou não.²¹² No entanto, sendo a história eclesiástica a essência da teologia, afirmavam os teólogos do século XIX,²¹³ esta história determina os rumos da igreja e, conseqüentemente, a ideologia política adotada. Por isso, esse capítulo analisará as igrejas e sua ideologia política no contexto do Brasil do último período da ditadura militar e, principalmente, do Brasil redemocratizado.

2.1 Várias Igrejas Evangélicas e uma Bancada Evangélica?

Notadamente a igreja evangélica tem, na segunda metade do século XX, seu lugar de expansão e consolidação enquanto fenômeno religioso. Segundo Freston²¹⁴, fazendo uma comparação do crescimento demográfico brasileiro com

²¹⁰ As Igrejas Evangélicas crescem a partir de cismas em suas Ordens e Convenções.

²¹¹ A própria cristandade, em sua pluralidade teológica e cosmovisão, diverge sobre a hermenêutica aplicada ao criacionismo.

²¹² No meio acadêmico, os pressupostos formadores da visão de mundo já estão previamente negociados, todo debate recaindo nas reestruturações trazidas pelas novas fontes ou revisões teóricas, que respondem a problemas do campo historiográfico ou questões sociais. SANTOS, Fabrício Lyrio e FILHO, A. D. Guerra Filho. Ensinar História no século XXI: dilemas e perspectivas. Cruz das Almas, Bahia: UFRB, 2019. p. 169

²¹³ DREHER, Martin N. História da igreja em debate. São Paulo: HASTE, 1994. p. 64

²¹⁴ FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 30

o crescimento protestante no país, enquanto o ritmo do crescimento populacional chegou ao apogeu na década de 1950 e depois diminuiu, os evangélicos seguiram firmes na sua evangelização expandido seu número de membresia. De 1950 a 1960 a população brasileira cresceu 35% enquanto os evangélicos cresciam 62%. A década seguinte, de 1960 a 1970, tem o crescimento populacional de 33% e o evangélico de 70%, de 1970 a 1980 o crescimento demográfico foi de 28% e dos evangélicos 64% e, de 1980 a 1990, o Brasil cresceu sua população em 21% enquanto os evangélicos cresciam 116%.²¹⁵

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, de 1988 demonstrou esse crescimento evangélico por região comparando com o ano de 1980. Na região Sul do país em 1980, eram 10,2% a população evangélica, enquanto no ano de 1988 subiu para 13,3%. No Nordeste em 1980, eram 3,4% de evangélicos e, no ano de 1988, dobrou para 6,9%. Na região Sudeste em 1980 eram 7,1% de evangélicos e, em 1988, cerca de 11,7%. No Centro-Oeste em 1980, eram 7,8% e, no ano de 1988, chegou a 12%. Na região Norte no início da década de 1980, eram 8,4% de evangélicos e, no final da década em 1988, cresceram para 12,1%. Segundo Freston, esse crescimento aconteceu entre tradicionais e pentecostais.²¹⁶

Vide quadro abaixo para melhor visualização do crescimento evangélico na década de 1980:

Região	1980	1988
Sul	10, 2%	13, 3%
Nordeste	3, 4%	6, 9%
Sudeste	7, 1%	11, 7%
Centro-Oeste	7, 8%	12%
Norte	8, 4%	12,1%

Em 1980, a população evangélica era de 7.885.650 de fiéis em todo o país. No censo de 1991, já apontava para um crescimento evangélico chegando

²¹⁵ Censos Demográficos, 1988. FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 30

²¹⁶ Ibid. p. 31

a 13 milhões de fiéis.²¹⁷ E nos anos posteriores de 1993 a 1995, os neopentecostais da Igreja Universal do Reino de Deus²¹⁸, considerados a terceira onda do pentecostalismo, apareceram no cenário nacional com uma população crescente considerável de 4 milhões de seguidores, adquirindo visibilidade no país com sua Teologia Econômica²¹⁹ que respondia aos anseios dos mais carentes.²²⁰ Com o crescimento nessa proporção, a religião evangélica deixa de ser uma religião periférica para um movimento de grande influência nacional.

Podemos reivindicar pelo menos 3 formas de identificação desses grupos evangélicos: o estabelecido por Émile Leonard, Duncan Reily e Antônio Mendonça; o estudo de Paul Freston (1993) e, o mais recente e completo, de Guilherme Lopes (2017).

O primeiro, o clássico, se baseia no protestantismo de missões e de imigração²²¹; grupos evangélicos que vieram da Europa e dos Estados Unidos para cumprir um plano de evangelização do Brasil ou como oportunidade decorrente da abertura comercial do início do século XIX. Os Luteranos se firmaram no Sul do país fundando a comunidade de São Leopoldo (1824).²²² Após eles criarem vários sínodos, fundaram a federação dos sínodos em 1849 recebendo a identidade de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).²²³ Os ingleses trouxeram a capelania anglicana para o país na forma de culto tradicional, no idioma inglês e usando o seu Livro de Oração Comum. Nesse primeiro momento não havia a pregação da fé protestante à população brasileira.²²⁴ A principal missão do capelão era cuidar dos marinheiros ingleses

²¹⁷ LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, Mídia e Poder**: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro, 2017. p. 30

²¹⁸ Identificados como lurdianos, ou seja, membros da Igreja Universal do Reino de Deus.

²¹⁹ Também conhecida como Teologia da Prosperidade, surgiu no início da década de 1970 nos Estados Unidos. Afirma que o crente deve prosperar economicamente para demonstrar sua comunhão com Deus.

²²⁰ CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, Templo e mercado**: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Simpósio editora Universidade metodista de São Paulo, 1997. p. 15.

²²¹ O protestantismo de Imigração se deu com a abertura econômica do Brasil em 1810. A partir desse período, imigrantes ingleses e alemães foram trazendo suas crenças protestantes para o território brasileiro, todavia, a realização de seus cultos era de forma restrita, direcionada para os fiéis de origem europeia em sua língua nativa

²²² MENDONÇA, Antônio Gouvêa e FILHO, Prócoro Velasques. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: LOYOLA, 1990. p. 27

²²³ Idem.

²²⁴ REILY, Duncan Alexander. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1993. p. 39

que chegavam no Brasil. Assim, o Tratado do Comércio e Navegação de 19 de fevereiro de 1810, entre Portugal e Inglaterra, outorgou a liberdade de culto nesse período aos ingleses e outros não católicos. Contudo, com restrições explícitas ao uso da simbologia da fé protestante na construção de seus templos. Assim, afirma o documento:

Sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal, declara, e seu obriga no seu próprio nome, e no de seus herdeiros e sucessores, que os vassallos de Sua Majestade Britânica, residentes nos seus territórios e domínios, não serão perturbados, inquietados, perseguidos, ou molestados por causa da sua religião, mas antes terão perfeita liberdade de consciência e licença para assistirem e celebrarem o serviço divino em honra do Todo-Poderoso Deus, quer seja dentro de suas casas particulares, quer nas suas igrejas e capelas, que Sua Alteza agora, e para sempre graciosamente lhes concede a permissão de edificarem e manterem dentro de seus domínios. Contanto, porém, que as sobreditas igrejas e capelas sejam construídas de tal modo que externamente se assemelhem a casa de habitação; e também que o uso dos sinos não lhes sejam permitidos para o fim de anunciarem publicamente as horas do serviço divino.²²⁵

A intenção do documento coíbe abertamente a ação prosélita protestante entre os brasileiros, priorizando o catolicismo como religião do Império.

Segundo Velasques e Gouvêa, o protestantismo de missão foi estabelecido na Conferência Protestante de Edimburgo²²⁶ no início do século XX, movidos pela expansão colonial do século anterior.

Na virada do século XIX, a expansão colonial do mundo anglo-saxão elevou o movimento missionário a escala mundial. Em 1910, a Conferência Missionária de Edimburgo forjou uma ideia de um *corpus christianum* mundial e procurou centralizar os objetivos missionários nos povos considerados pagãos, como asiáticos e africanos. A conferência de Edimburgo chocou-se com a mentalidade missionária desenvolvida durante o século XIX, que incluía os povos católicos entre os pagãos. Portanto, a América Latina, inteiramente católica, tinha, para os conservadores, de estar dentro dos objetivos missionários.²²⁷

Essa posição protestante acirrou o envio de missionários para o país. Várias igrejas assumiram esse papel de evangelização como “povo de Deus” escolhido para implantar o “Reino de Deus” na América Latina. Esse

²²⁵ Idem, p. 40.

²²⁶ Edinburgh (Escócia – Reino Unido) 1910: A primeira conferência ecumênica mundial de missões protestante, com cerca de 1400 participantes. Disponível em: <http://www.edinburgh2010.org/> consultado em: 08 de março de 2022.

²²⁷ MENDONÇA, Antônio Gouvêa e FILHO, Prócoro Velasques. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: LOYOLA, 1990. p. 31

protestantismo que chegou teve teologia, predominantemente, norte-americana de caráter wesleiana,²²⁸ dominada pela conversão individual, pela santificação progressiva isolacionista social e regras éticas rígidas.²²⁹ Já em grupos como os Presbiterianos, a teologia calvinista²³⁰ ainda prevalecia em seus núcleos de convivência e, nos luteranos, o pietismo²³¹ do século XVI e XVII. Esses grupos evangélicos de missões são identificados e classificados da seguinte forma: Igreja Congregacional fundada no Brasil em 1855 – teologia pietista; Igrejas Presbiterianas fundada no Brasil em 1859; Igrejas Metodistas fundada no Brasil em 1886; Igrejas Batistas fundada no Brasil em 1881; Igreja Episcopal fundada no Brasil em 1898. A expansão dessas igrejas se deu pela profissão de fé (conversão), a renúncia do catolicismo ou transferência de membros de outras comunidades evangélicas.²³²

Ainda sobre a pluralidade das igrejas evangélicas, Velasques e Gouvêa apresentam o Pentecostalismo brasileiro no seguinte esquema de formação das principais igrejas consideradas históricas: Assembleia de Deus, mais popular e numerosa do Brasil, de teologia arminiano²³³-wesleyana e eclesiologia batista chegou em 1911; Congregação Cristã no Brasil, de imigrantes italianos, de teologia e eclesiologia presbiterianas, cresceu em 1950; Igreja do Evangelho Quadrangular, de teologia arminiano-wesleyana e eclesiologia metodista, abriu as portas em 1952; Igreja o Brasil para Cristo, dissidência da Assembleia de Deus, surgiu em 1956.²³⁴ Essas igrejas exercem grande influência política desde a redemocratização do Brasil.

Freston (1993) afirma, sem a pretensão de fazer uma nova tipologia de identificação eclesiásticas, que o conhecimento da segmentação institucional do

²²⁸ De João Wesley, teólogo da Inglaterra, que desenvolveu a espiritualidade isolacionista social a partir do cumprimento de um corpo de regras éticas rígidas que distanciava o indivíduo de sua origem cultural.

²²⁹ Ibid. p. 32

²³⁰ O calvinismo é um movimento religioso protestante e um sistema teológico bíblico com raízes na Reforma Protestante, seu autor é o reformador João Calvino.

²³¹ O pietismo é um movimento oriundo do luteranismo que valoriza as experiências individuais do crente. Surgiu no século XVI como oposição à negligência da ortodoxia luterana. Seu auge foi entre 1650-1800.

²³² LÉONARD, Émile-G. **O Protestantismo no Brasil: estudo de eclesiologia e de história social.** 2ª edição. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1981. p. 93

²³³ Arminianismo é uma crença soteriológica (doutrina teológica da salvação) baseada nos estudos de Jacó Arminius, teólogo holandês (1560 – 1609), cujas ideias refutavam o calvinismo.

²³⁴ MENDONÇA, Antônio Gouvêa e FILHO, Prócoro Velasques. **Introdução ao protestantismo no Brasil.** São Paulo: LOYOLA, 1990. p. 48-53

protestantismo é importante para se compreender o processo político evangélico no Brasil.²³⁵ Conclui-se que a origem, a formação das igrejas e suas mudanças de comportamento podem interferir diretamente na relação que elas estabelecem com a sociedade, bem como manifestar sua ambição enquanto instituição, num momento se distanciando da sociedade e, num outro, se aproximando do processo político-social. Assim, em sua análise identifica a ampliação do universo protestante em sua diversidade e tipologia utilizando o critério organizacional, de antiguidade, teológico (dons carismáticos), litúrgico e político comparando Mendonça e Velasques com as tipologias do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI -1991)²³⁶ e de Brandão²³⁷ que divide o campo religioso em catolicismo, protestantismo e religiões mediúnicas.²³⁸ Seu exame e análise concentra nas seis maiores igrejas pentecostais que apresentam um protestantismo mais popular: Congregação Cristã do Brasil, Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja O Brasil para Cristo, Igreja Deus é Amor e Igreja Universal do Reino de Deus.

Lopes (2017) apresenta dois quadros tipológicos do protestantismo brasileiro: a divisão comum entre tradicionais e pentecostais²³⁹ e as divisões e subdivisões organizadas segundo a caracterização eclesial, litúrgica e administrativa de cada igreja: Protestantes de Missões, Protestantes de Migração, Pentecostalismo Clássico, Deuteropentecostalismo, Neopentecostalismo, Igrejas Renovadas e Pseudo-protestantes.²⁴⁰

²³⁵ FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 27

²³⁶ CEDI acrescenta aos Pentecostais a Igreja de Deus e a Igreja Pentecostal. Também na sua relação identifica os Pentecostais Autônomos: casa da Bênção, Deus é Amor, Maranata, Nova Vida, Universal do reino de Deus. Cria a tipologia Carismáticos identificadas como igreja renovadas: Batistas de Renovação, Cristã Presbiteriana, Metodista Wesleyana e, acrescenta os Pseudo-protestantes: Adventistas, Mórmons e Testemunhas de Jeová. FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 37

²³⁷ Identifica inúmeras seitas do pentecostalismo popular e os movimentos de cura divina. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Deuses do Povo**. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1986.

²³⁸ FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 39

²³⁹ LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, Mídia e Poder**: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro, 2017. p. 21

²⁴⁰ LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, Mídia e Poder**: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro, 2017. p. 22

Ainda dentro desse arcabouço plural de igrejas e denominações estão as atuais Igrejas Independentes²⁴¹ e os movimentos paraeclesiais²⁴² que são movimentos religiosos de grandes aglomerações como a Marcha para Jesus, Atletas de Cristo, Adhonep – Homens de Negócios, Campanhas e Congressos Evangélicos, dentre outros exemplos, e as inúmeras editoras de natureza privada-empresarial que promovem eventos anuais por todo o Brasil vendendo seus produtos religiosos.

Concluimos que o próprio termo “Evangélico” é discordante e genérico distinguindo de forma ampla o termo entre Reformados, Históricos ou Tradicionais, Pentecostais, Neopentecostais, Pseudo-protestantes e Independentes. Para uma melhor compreensão, a síntese é: Igrejas Reformadas são as igrejas que vieram e receberam influência da Reforma Protestante de 1517; Igrejas Históricas ou Tradicionais – são aquelas que nasceram pós Reforma, mas que, não possuem, necessariamente, a teologia reformada, embora, mantenham a liturgia reformada; as Igrejas Pentecostais são aquelas que receberam a influência da teologia do Espírito Santos do avivamento do dom de línguas estranhas (Glossolalia) de 1910; as Igrejas neopentecostais são aquelas que aderiram a Teologia da Prosperidade em 1969; as Igrejas consideradas pseudo evangélicas não são reconhecidas como igrejas cristãs evangélicas – são as igrejas das Testemunhas de Jeová; as Igrejas Independentes são dissidências que saíram das Convenções reconhecidas e passaram a viver sem vínculos com grupos oficiais já reconhecidos e aceitos pela sociedade.

Em seguida, serão identificados os políticos que representaram as Igrejas Evangélicas ao longo da década de 1980: nas eleições de 1982, na Constituinte de 1986-1987 e nas eleições de 1989.

2.1.1 Os parlamentares evangélicos nas eleições de 1982.

²⁴¹ São grupos dissidentes de igrejas já reconhecidas socialmente que constituíram novas igrejas sem ligação convencional a nenhum outro grupo. São abertas formando convenções próprias, verdadeiros patrimônios clericais, de modelo hereditário onde pastores administram de forma familiar, passando o patrimônio econômico e a autoridade pastoral de pai para filho.

²⁴² De sua origem a atualidade, se tornaram movimentos de captação de grandes recursos do governos ou das próprias igrejas e membros envolvidos.

Em 28 de agosto de 1979, a Lei nº 6.683 anistiou cerca de 4.650 pessoas que viviam sob a Lei de exceção de 9 de abril de 1964, da edição do AI-1. Conhecida como a Lei da Anistia, foi um dos pilares que preparou o caminho para o fim do bipartidarismo e da ditadura militar no Brasil.²⁴³ Essas datas são importantes porque determinaram a vida política do brasileiro, afundando o país numa ditadura e, depois, reabrindo o país para uma democracia.

Seguindo o projeto de distensão política, o presidente Figueiredo enviou mensagem ao Congresso para mudar o sistema político brasileiro:

Em 17 de outubro de 1979, Figueiredo enviou mensagem ao Congresso propondo a extinção da Arena e do MDB e a formação, em 18 meses, de novos partidos, que deveriam montar diretório em, pelo menos, 1/5 dos municípios de nove Estados.²⁴⁴

No mês seguinte, em novembro de 1979, acabou o bipartidarismo abrindo espaço para criação de vários partidos que disputaram as eleições de 1982: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Popular (PP), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Social (PDS) que era o antigo ARENA e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Muitos partidos podem significar divisão, ou seja, o possível enfraquecimento dos progressistas no país.

As eleições de 1982, para o mandato de 1983 a 1987, elegeram representantes de dez igrejas evangélicas para o Congresso. Embora os deputados federais evangélicos eleitos fossem 12, entre titulares e suplentes, 17 assumiram. A distribuição parlamentar, segundo Freston,²⁴⁵ ficou da seguinte forma conforme quadro abaixo:

²⁴³ O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm - Acesso em: 11 de março de 2022. (LEI No 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979).

²⁴⁴ JOAO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-oliveira-figueiredo> - Acesso em: 12 de março de 2022.

²⁴⁵ FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 170

Parlamentares	Igrejas
7	Batista
2	Metodista
1	Adventista
1	Assembleia de Deus
1	Congregacional
1	Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
1	Evangelho Quadrangular
1	Presbiteriana do Brasil
1	Presbiteriana Conservadora
1	Presbiteriana Independente

FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 170

Ainda nesse contexto de identificação, os partidos predominantes foram o PMDB - 7 parlamentares, PFL – 5 parlamentares, PDS – 3 parlamentares e PDT – 2 parlamentares.²⁴⁶

Vide tabela abaixo para melhor visualização sobre as eleições de 1982:

Igrejas	Parlamentares
Igreja Batista	Arolde de Oliveira (PDS/PFL) Enoc Vieira (PDS/PFL) Goiás Júnior (Arena/PDS) Luiz Batista (MDB/PMDB) Nelson Aguiar (PMDB) Sérgio Lombas (PDT)
Igreja Congregacional	Daso Coimbra (PP/PMDB)
Igreja Metodista	Estevam Galvão (PDS) João Fagundes (PDS)
Igreja Adventista	Eunice Michele (PDS/PFL)
Igreja Presbiteriana Independente	Pastor Francisco Dias (PMDB)

²⁴⁶ Ibid. p. 172

Igreja Presbiteriana do Brasil	Hélio Gueitos (MDB/PMDB)
Igreja Assembleia de Deus	Levy Dias (Arena/PDS)
Igreja do Evangelho Quadrangular	Pastor Mário de Oliveira (PMDB)
Igreja Episcopal de Confissão Luterana do Brasil	Sierghied Heuser (PMDB)

FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 170

Destes, 2 pastores e 7 estão ligados ao PDS, que possuía relação com os setores do regime autoritário, embora os evangélicos estivessem divididos entre apoiar ou não a ditadura militar.

Ainda, segundo Freston, na legislatura de 1983 a 1987, os Estados com representantes evangélicos foram: 3 do Rio de Janeiro, 3 de São Paulo, 2 do Amazonas, 2 do Espírito Santo, 1 da Bahia, 1 do Maranhão, 1 de Minas Gerais, 1 do Mato Grosso do Sul, 1 do Pará, 1 de Roraima e 1 do Rio Grande do Sul.²⁴⁷ Vide tabela abaixo:

Estados	Número de representantes Evangélicos
Rio de Janeiro	3
São Paulo	3
Amazonas	2
Espírito Santo	2
Bahia	1
Maranhão	1
Minas Gerais	1
Mato Grosso do Sul	1
Pará	1
Roraima	1
Rio Grande do Sul	1

FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 168.

²⁴⁷FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 168.

A influência protestante maior aconteceu na região Sudeste com 9 representantes, seguida do Norte com 4 representantes, depois o Nordeste com 2 e, finalmente, Centro-Oeste e Sul com 1 cada região.

Percebe-se o predomínio das igrejas tradicionais e históricas, voltadas mais à direita conservadora. Destes, 7 são representantes do PMDB, 5 do PFL, 3 do PDS e 2 do PDT.²⁴⁸

As Eleições Gerais de 15 de novembro de 1982 elegeram 479 deputados federais, 25 senadores, 22 governadores e 847 deputados estaduais envolvendo 58.616.588 eleitores.²⁴⁹ Foi a primeira eleição direta do processo de abertura da ditadura militar. No ano seguinte, no dia 15 de março de 1983, os primeiros governadores eleitos pelo voto direto tomaram posse. Governadores como Franco Montoro (SP), Leonel Brizola (RJ) e Tancredo Neves (MG) e outras personalidades políticas, incluindo Luís Inácio Lula da Silva (sindicalista) encabeçaram as manifestações das “Diretas já!”²⁵⁰, iniciadas em Pernambuco ainda em 1983, pregava a volta do voto direto para presidente da República. Esse movimento gerou a Emenda Dante de Oliveira pelo voto direto, rejeitada no dia 25 de abril de 1984 pelo Congresso Nacional.²⁵¹ A data também marca o fim do movimento das “Diretas Já”. Na ocasião, houve 298 votos a favor, 65 contra, 113 ausências e 3 abstenções.²⁵² Era necessário para a aprovação cerca de dois terços dos votos, ou seja, 320 votos.²⁵³ A Emenda foi rejeitada faltando apenas 22 votos.

Dos treze parlamentares que formavam o grupo evangélico para a votação da Emenda Dante de Oliveira, 7 votaram “sim” e 6 foram “ausentes”,²⁵⁴ deixando

²⁴⁸ FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 172.

²⁴⁹ Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. **Anuário Estatístico do Brasil - 1983**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, 1984. P. 351.

²⁵⁰ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/eleicoes-de-1982-foram-primeiro-passo-para-redemocratizacao-do-pais> Acesso em: 17 de março de 2022

²⁵¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/431737-diretas-ja-rejeicao-da-emenda-dante-de-oliveira-marca-a-historia-do-pais/> - Acessado em: 17 de março de 2022.

²⁵² Disponível em:

www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/04/10/interna_cidadesdf,843003/faltar-am-22-votos-para-o-sonho-das-diretas-ja.shtml - Acesso em: 17 de março de 2022.

²⁵³ Jornal **Folha de São Paulo** de 26 de abril de 1984.

²⁵⁴ FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 160-166

subtendido que o posicionamento estava dividido sobre essa questão, uma vez que a ausência, todas ligadas ao PDS e assim orientados, poderia simbolizar e significar uma decisão contrária ou uma dúvida sobre a própria democracia como a melhor escolha para alguns grupos evangélicos.

Desta forma, segundo o Jornal *Correio Braziliense*, o 25 de abril entrou para a história do Brasil como o dia que o Congresso Nacional disse não à nação.²⁵⁵

2.1.2 A bancada evangélica da Constituinte de 1986 e 1987.

Nas eleições de 1986, o PMDB foi o grande vencedor das eleições com uma vitória expressiva em todo o território nacional. O partido elegeu 22 dos 23 governadores de Estado, obteve 53% das cadeiras na Câmara dos Deputados Federais e conquistou 38 das 49 vagas disputadas no Senado (77,5%).²⁵⁶ Portanto, sua influência foi incontestável na Constituinte.

No dia 1º de fevereiro de 1987, foi aberta a primeira Sessão de Instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Na presença do presidente da República José Sarney, foi recebida pelo plenário com palmas prolongadas, a abertura da Assembleia Constituinte conduzida pelo Ministro José Carlos Moreira Alves, presidente da Assembleia. Em suas palavras, enfatizou que aquele momento seria uma sessão histórica para o Brasil:

Reservou-me o destino, no imponderável de suas imprevisões, a ventura de ocupar esse cargo, e de; por isso, presidir a esta sessão histórica. Será indispensável dizer da honra que sinto por fazê-la.²⁵⁷

Ainda em seu discurso de abertura, o Ministro reconheceu que o período identificado como ciclo revolucionário²⁵⁸ (1964) se encerrou com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

²⁵⁵ Disponível em:

www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/04/10/interna_cidadesdf,843003/faltar-am-22-votos-para-o-sonho-das-diretas-ja.shtml - Acesso em: 17 de março de 2022.

²⁵⁶ MOTTER, Paulino. **A batalha invisível da Constituinte**: Interesses privados versus caráter público da rádio difusão no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz: Edições Livres, 2019. p. 126

²⁵⁷ Ata da 1ª Sessão, **Instalação da Assembleia Nacional Constituinte**, de 1º de fevereiro de 1987. p. 3

²⁵⁸ O conceito pessoal do Ministro não caracteriza como verdadeiro o fato de 1964 como ciclo revolucionário. Portanto, visão interpretativa do Ministro.

Ao instalar se esta assembleia nacional constituinte, chega-se ao termo final do período da transição com que, sem ruptura constitucional e por via de conciliação, se encerra ciclo revolucionário.²⁵⁹

Após fazer uma rápida crítica ao antigo regime afirmando que a Constituição de 1967 deu força ao Executivo,²⁶⁰ suas palavras deixaram subentendido que a mudança de regime foi pacífica sem ruptura constitucional, através da conciliação entre os agentes do antigo regime e os que desejavam a redemocratização. Tal discurso manifesta a anistia por eles arranjada e a falta de responsabilização e punição àqueles que mantiveram a ditadura militar por 21 anos. Assim, a Constituinte foi inaugurada manifestando a cultura de impunidade.

No dia seguinte, em 2 de fevereiro de 1987, após eleito Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães, usando da linguagem do simbolismo religioso, deu nome ao seu discurso “Constituintes: os profetas do amanhã”, e, falando para os senhores constituintes e toda nação, “rogou a Deus que seu ofício de Coordenador fosse modelado na austeridade e na competência do exemplar republicano”.²⁶¹

O trabalho dos constituintes basicamente foi inaugurado com o discurso do presidente da Constituinte que enalteceu seus pares como os “profetas do amanhã”²⁶² ao propor elaborar uma Constituição que pensasse no futuro dos filhos da nação. Sob o apelo de que a Nação queria mudança,²⁶³ estabeleceu seu pensamento sobre o fundamento republicano da liberdade, da restauração da democracia, da justiça social e soberania do Estado.²⁶⁴ E, apelando novamente para o sentimento religioso, fundamenta seus argumentos do grande ideal de igualdade e fraternidade como vontade divina cristã.

²⁵⁹ Ata da 1ª Sessão, **Instalação da Assembleia nacional Constituinte**, de 1º de fevereiro de 1987. p. 5

²⁶⁰ Ibid.

²⁶¹ **CONSTITUINTES: os profetas do amanhã**. Assembleia Nacional Constituinte – Posse do Presidente da Assembleia Nacional Constituinte – Discurso do Deputado Ulysses Guimarães após eleito presidente da ANC, em 2 de fevereiro de 1987. p. 33

²⁶² Ibid. p.1

²⁶³ **CONSTITUINTES: os profetas do amanhã**. Assembleia Nacional Constituinte – Posse do Presidente da Assembleia Nacional Constituinte – Discurso do Deputado Ulysses Guimarães após eleito presidente da ANC, em 2 de fevereiro de 1987.

²⁶⁴ Idem

Prevalece a incessante expedição da humanidade para a realização do Reino de Deus entre os homens, conforme a grandeza política. Conduzir essa caminhada é tarefa política. Sem esse ideal maior, a política desce de sua grandeza à superfície das disputas menores, do jogo ridículo do poder pessoal, a acanhada busca de glórias pálidas e efêmeras.²⁶⁵

Essa construção simbólica para abrir os trabalhos da Constituinte não perdeu de vista os valores morais que deveriam estar por trás das letras da Constituição, a ética para todos os homens. Assim, Ulisses Guimarães, novamente, apela para o texto cristão:

No versículo da Bíblia está decretado que Deus criou a terra para que nela o homem trabalhasse, e não a saqueasse e violentasse, ameaçando a qualidade de vida, que deve ter no Estatuto Cívico Supremo seu guardião.²⁶⁶

Instalada a Assembleia Nacional Constituinte sob a direção do deputado Ulisses Guimarães, iniciaram os trabalhos dos constituintes com a casa composta conforme apresentação abaixo:

Participaram na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, 594 Parlamentares constituintes, sendo 559 titulares e 35 suplentes, assim representados: 512 Deputados constituintes, sendo 487 eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986 e 25 suplentes; 82 Senadores constituintes, sendo 49 eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986, 23 eleitos em 1982, além de 10 suplentes. Os trabalhos foram conduzidos pela Mesa Diretora formada pelos seguintes representantes eleitos pela Assembleia Nacional Constituinte de 1987: Presidente: Ulysses Guimarães; 1º Vice-Presidente: Mauro Benevides; 2º Vice-Presidente: Jorge Arbage; 1º Secretário: Marcelo Cordeiro; 2º Secretário: Mário Maia; 3º Secretário: Arnaldo Faria de Sá. Suplentes: Benedita da Silva, Luís Soyer e Sotero Cunha.²⁶⁷

Dos 512 deputados eleitos para o Congresso Nacional, 33 formaram a bancada evangélica. Naquela ocasião, foi considerada a quarta maior bancada²⁶⁸ do Congresso Nacional em termos de influência e poder. Filiados ao PMDB, PFL, PT, PTB, PDT e PDC ficou assim constituído.²⁶⁹

²⁶⁵ Ibid. p. 35

²⁶⁶ Id. p. 38

²⁶⁷ Disponível em:

www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituuintes – Acesso em: 18 de março de 2022.

²⁶⁸ *Jornal de Brasília*, nº 4326. 01/02/1987. p. 3 – fica atrás das bancadas do PMDB, PFL e PDS.

²⁶⁹ *Jornal do Brasil*. nº 121. Domingo, 7 de agosto de 1988. Caderno B/Especial. p. 6

Vide tabela abaixo:

Igrejas	Parlamentares
Igreja Batista	Arolde de Oliveira (PFL-RJ) Edvaldo Holanda (PFL-MA) Enoch Vieira (PFL-MA) Eraldo Tinoco (PFL-BA) Fausto Rocha (PFL-SP) Edesio Frias (PDT-RJ) Nelson Aguiar (PMDB-ES)
Igreja Batista Renovada	Roberto Vital (PMDB-MG)
Igreja Assembleia de Deus	Antônio de Jesus (PMDB-GO) Costa Ferreira (PFL-RJ) Eliel Rodrigues (PMDB-PA) Gidel Dantas (PDC-CE) João de Deus (PT-SP) José Viana (PMDB-RO) Manoel Moreira (PMDB-SP) Matheus Insen (PMDB-PR) Milton Barbosa (PMDB-BA) Orlando Pacheco (PFL-SC) Salatíel Carvalho (PFL-PE) Sotero Cunha (PDC-RJ) Benedita da Silva (PT-RJ) José Fernandes (PDT-AM)
Igreja Congregacional	Daso Coimbra (PMDB-RJ)
Igreja Adventista	Eunice Micheles (PFL-AM)
Igreja do Evangelho Quadrangular	Jaime Paliarin (PTB-SP) Mário de Oliveira (PMD-MG)
Igreja Cristã Evangélica	Naphtali Alves (PMD-GO)
Igreja Universal do Reino de Deus	Roberto Augusto (PTB-RJ)
Igreja Presbiteriana Independente	Levy Dias (PFL-MS)
	Rubem Branquinho (PMDB-AC)

Igreja Presbiteriana	Celso Dourado (PMDB-BA) Lezio Sathler (PMDB-ES) Lysaneas Maciel (PDT-ES)
-----------------------------	--

Jornal do Brasil. nº 121. Domingo, 7 de agosto de 1988. Caderno B/Especial, p. 6

Segundo reportagem do *Jornal do Brasil*, 26 parlamentares evangélicos se filiaram ao Centrão e atuaram em bloco no Congresso Nacional, 10 foram filiados ao PFL, 11 ao PMDB, 3 do PTB e 2 do PDC. Destes, pelo menos 10 parlamentares seguiram incondicionalmente a liderança de Gidel Dantas²⁷⁰, são eles: Costa Ferreira, Eliel Rodrigues, Mário de Oliveira, Matheus Insen, Milton Barbosa, Orlando Pacheco, Roberto Vital, Rubem Branquinho, Salatiel Carvalho e Sotero Cunha. Por sua vez, sete são dissidentes formando a linha progressista de deputados federais: Benedita da Silva, Celso Dourado, Edesio Frias, José Fernandes, Lezio Sathler, Lysaneas Maciel e Nelson Aguiar.

A liderança de Gidel Dantas (pastor da Igreja Assembleia de Deus no Ceará) no Centrão representando alguns evangélicos foi destaque porque ele, juntamente com seu grupo de apoiadores, segundo o *Jornal do Brasil*, era frequentador assíduo do gabinete do presidente da República com barganhas continuadas para satisfazer seu apetite fisiológico.²⁷¹ No entanto, após a definição e aprovação dos cinco anos para o mandato de presidente,²⁷² José Sarney não mais recebeu os pastores e nem a Confederação Evangélica Brasileira²⁷³ em seu gabinete.²⁷⁴ Mas enquanto não se definia essa questão do tempo do mandato para a presidência da República, o presidente se tornou refém da barganha evangélica.

O deputado do PFL, José Lourenço, em suas palavras considerava Gidel como “o chefe da gang” evangélica.²⁷⁵ Outro deputado que tinha muitas queixas contra Gidel e seu grupo era o deputado Ricardo Fiuza (PFL/PE), que chegou a dizer que não aguentava mais os evangélicos, pois só queriam tirar vantagem.²⁷⁶

²⁷⁰ *Jornal do Brasil*. nº 121. Domingo, 7 de agosto de 1988. Caderno B/Especial. p. 6

²⁷¹ *Jornal do Brasil*. nº 121. Domingo, 7 de agosto de 1988. Caderno B/Especial, p. 5 e 6

²⁷² Ibid

²⁷³ A CEB, grupo pentecostal, queria ter a hegemonia representativa dos evangélicos no Congresso e junto ao gabinete do presidente da República, mas sofria forte oposição do CONIC.

²⁷⁴ *Jornal do Brasil*. nº 121. Domingo, 7 de agosto de 1988. Caderno B/Especial. p. 6

²⁷⁵ Ibid. p. 5 Nº 2, de 1987.

²⁷⁶ Id. p.5

O deputado evangélico Lysâneas Maciel (PDT/RJ) afirmou que o grupo era “reacionário” e “abandonou sua missão profética” enquanto evangélicos.²⁷⁷

A posição de Gidel representa o coronelismo religioso implantado no seio do protestantismo e na sociedade brasileira sob o pretexto religioso e desejo de uma política teocrática. Assim, não foi uma questão sem críticas e oposição, uma vez que, tanto deputados do Centrão insatisfeitos com os parlamentares evangélicos, bem como o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), composto deputados progressistas e as igrejas históricas e tradicionais, se colocaram contra o fisiologismo de Gidel e seu grupo pentecostal que compunham uma parte da bancada evangélica.²⁷⁸

Deste grupo do Centrão, destacamos três situações de notória relevância: primeiro o deputado Matheus Iensen (PMDB/PR) merece destaque, pois, foi o autor da Emenda Parlamentar que deu cinco anos de mandato para o presidente José Sarney²⁷⁹; depois, o deputado Antônio de Jesus (PMDB/GO), que fez a Emenda Substitutiva do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte prevendo colocar na mesa da Assembleia Nacional Constituinte a Bíblia Sagrada, a fim de que permanecesse à disposição de quem dela quisesse fazer uso²⁸⁰; finalmente, a autoria do preâmbulo que acrescentou a expressão “sob a proteção de Deus”, texto da emenda coletiva do Centrão encabeçado pelo parlamentar constituinte, o advogado, Aluizio Campos (PMDB/PB) e inspirado no anteprojeto de Constituição elaborado pela Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo senador Afonso Arinos (PFL/RJ), que gerou polêmica para sua aprovação.²⁸¹

Sobre o último destaque, na ocasião da votação, o constituinte Haroldo Lima, líder do PC do B, embora tivesse retirado sua emenda supressiva sobre a questão, continuou trazendo a polêmica ao debate sobre a expressão que enaltece Deus no preâmbulo do texto Constitucional. Segundo os argumentos

²⁷⁷ Revista *Aconteceu no Mundo Evangélico*. Nº 67, de junho de 1988 – Ano VII. p. 4

²⁷⁸ *Jornal do Brasil*. nº 121. Domingo, 7 de agosto de 1988. Caderno B/Especial. p. 6

²⁷⁹ Revista *Aconteceu no Mundo Evangélico*. Nº 67, de junho de 1988 – Ano VII. p. 4

²⁸⁰ Projeto de Resolução Nº 2-A, de 1987 – I

²⁸¹ Na ocasião da aprovação, verificou-se a presença de 484 constituintes, mas o quórum de aprovação não foi suficiente. A emenda substitutiva ao projeto de Constituição alcançou apenas 248 votos favoráveis, contra 227, registrando-se 9 abstenções. Faltaram, portanto, 75 constituintes, o que obrigou a suspensão da sessão por 24 horas. Na segunda votação para aprovação o quórum foi de 504 parlamentares presentes, 487 disseram SIM, 15 NÃO, e, 2 abstenções. *Jornal da Constituinte*, nº 34 – de 1º a 7 de fevereiro de 1988. Volume 374. p. 3 e 4

do parlamentar, a expressão “sob a proteção de Deus” foi desconstruída pela própria história:

Observou o parlamentar que muitas outras constituições usaram o nome de Deus em seus preâmbulos e “foram rudemente desmascarados pela história, como a brasileira de 1824, que, em nome da Santíssima Trindade, aceitou a escravidão”. Para o representante da Bahia, percebeu-se que o nome de Deus quase sempre é usado para sugerir uma origem divina visando interesses terrestres e muitas vezes mesquinhos.²⁸²

Apesar da discussão, o texto foi aprovado sob o argumento de apoio e manutenção da expressão. O parlamentar, deputado federal José Maria Eymael (PDC/SP), falando pela liderança do PDC, sintetizou a vontade da maioria:

[...] os constituintes “terão a favor todos os cristãos do país e do mundo”. “Por acreditarmos profundamente nisso – afirmou o parlamentar – não abrimos mão de invocar o nome de Deus.”²⁸³

Os parlamentares evangélicos deram sua contribuição na Constituinte. Foram apresentadas o total de 62.014 emendas e desse número significativo, 16.936 foram aprovadas, 33.343 foram rejeitadas e 11.735 foram prejudicadas por duplicidade. Ao longo desse período, foram pronunciados 7.674 discursos na plenária, cerca de 14 discursos por parlamentar. Além disso, foram aperfeiçoados 2.994 anteprojetos e 1.206 projetos completos.²⁸⁴

Os evangélicos lograram aproveitamento integral em emendas aprovadas por parte do substitutivo do relator da Comissão de sistematização como segue na apresentação em ordem decrescente.²⁸⁵ Vide quadro abaixo:

Parlamentar	Emendas Aprovadas
Sotero Cunha	77
Naphtali Alves	49
Eliel Rodrigues	42
Eunice Micheles	54
Eraldo Tinoco	49

²⁸² *Jornal da Constituinte*, nº 34 – de 1º a 7 de fevereiro de 1988. Volume 374. Deus gera polêmica, mas é mantido. p. 4

²⁸³ *Ibid.* p.4

²⁸⁴ *Jornal da Constituinte*. Volume 364. de 9 a 15 de novembro de 1987. Nº 24. p. 4

²⁸⁵ *Jornal da Constituinte*. Volume 364. de 9 a 15 de novembro de 1987. Nº 24. p. 4 e 5

Salatiel Carvalho	46
Matheus Iensen	44
Enoc Vieira	44
Costa Ferreira	40
Antônio de Jesus	32
Aluízio Campos	30
Lysâneas Maciel	30
Fausto Rocha	28
José Fernandes	28
Arolde de Oliveira	24
Daso Coimbra	23
Benedita da Silva	24
Rubem Branquinho	22
João de Deus Antunes	19
Nelson Aguiar	13
Roberto Augusto	11
Roberto Vital	10
Orlando Pacheco	9
Gidel Dantas	8
Edésio Frias	5
Celso Dourado	4
Levy Dias	4
Milton Barbosa	2
Mário de Oliveira	2
Lezio Sathler	1
Jayme Paliarin	1

Jornal da Constituinte. Volume 364. de 9 a 15 de novembro de 1987. Nº 24. p. 4 e 5

O que tornou peculiar a participação evangélica na Constituinte? Em matéria especial do número 121, o *Jornal do Brasil* repercutiu a participação dos evangélicos com a manchete “Evangélicos trocam voto por vantagens”²⁸⁶ e

²⁸⁶ *Jornal do Brasil*. Nº 121 – 7 de agosto de 1988. Caderno B. p. 3

seguiu dizendo em suas páginas sobre o “desembaraçado fisiologismo praticado em nome de Deus” pela Confederação Evangélica Brasileira.²⁸⁷

Enquadrando como “esquema”, o presidente do Grupo Evangélico de Ação Política (GEAP), Euler Lázaro de Moraes, qualificou tais atitudes como “comportamentos condenáveis”.²⁸⁸ Uma semana após a matéria-denúncia do *Jornal do Brasil*, líderes evangélicos se reuniram no dia 15 de agosto de 1988, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com o objetivo de abrir denúncia formal contra os parlamentares evangélicos que praticaram o fisiologismo na Constituinte. A reunião aconteceu sob o clima de discussões acirradas e troca de ofensas pessoais.²⁸⁹

As igrejas adentraram a política para dela usar seus poderes e fortalecer suas fronteiras denominacionais prosélicas, em especial, fazendo uso de concessões de rádio e TV e enriquecendo pastores midiáticos de grande influência e eloquência carismática junto ao povo evangélico. Tal participação deixou claro a política neoclientelista do governo José Sarney e a sede de poder e dinheiro dos líderes evangélicos, principalmente, de origem pentecostal. Para o pastor Caio Fábio²⁹⁰, a maioria dos parlamentares evangélicos não tinha consciência cristã política para representar a cidadania de maneira adulta.²⁹¹ E vai além, afirmando que eram indivíduos inexperientes e, do ponto de vista ético, usando eufemismo, pessoas rarefeitas, sem nenhum conteúdo.²⁹² Assim, apresentou a ideia de uma bancada parlamentar evangélica desqualificada pela sua superficialidade em lidar com a própria moral cristã, com a sociedade e a democracia. Ainda por esse período de 1986 a 1988, passou a aparecer, de forma agressiva, a Igreja Universal do Reino de Deus com a Teologia da Prosperidade, que, segundo Caio Fábio, deu ainda mais notoriedade aos evangélicos:

Outro fator que deu notoriedade aos evangélicos naquele período foi o aparecimento agressivo da Igreja Universal do Reino de Deus. Foi uma Igreja que surgiu liderada pelo Edir Macedo, que, do ponto de vista empresarial, é uma águia, espertíssima, ágil, e que monta uma Igreja baseada no sincretismo entre a fé evangélica e as crenças populares

²⁸⁷ Ibid. p. 6

²⁸⁸ Id. p.6

²⁸⁹ **O Globo**. 16 de agosto de 1988. p. 3

²⁹⁰ Pastor Presbiterianos e presidente da VINDE.

²⁹¹ Brasil, um país evangélico. - **Revista ISTO É** nº 1321 - 25/01/1995. p. 5

²⁹² I Brasil, um país evangélico. - **Revista ISTO É** nº 1321 - 25/01/1995. p. 5

brasileiras. Ele se apodera de elementos como o sal grosso para jogar fora os espíritos maus; a arruda; uma quantidade enorme de pedras de toque. Tudo isso tomado de uma fé bastante agressiva. Houve invasões de casas de macumba para quebrar ídolos, espetáculos televisivos onde se quebravam as imagens de demônios. Há uma guerra simbólica e poderosa com outros grupos religiosos. Além disso, esse indivíduo constrói uma Igreja com ênfase enorme na questão das riquezas materiais, como sinônimo da benção de Deus e como uma chave que abre completamente a prosperidade pessoal. Se você está em estado de pobreza é porque há alguma maldição na sua vida. E a única maneira de sair desse estado é doando muito. A construção dessa arquitetura religiosa e social é tão controversa que esse homem atraiu uma atenção brutal para si e para o seu grupo que deu uma visibilidade terrível aos evangélicos como um todo.²⁹³

Tanto as eleições de 1982 quanto os trabalhos da Constituinte demonstram que a década de 1980 foi marcante para a expansão do protestantismo no Brasil. Houve a inserção na política a partir da instrumentalização religiosa do voto, a evangelização agressividade pentecostal e neopentecostal contra as religiões católicas e afrodescendentes e a Teologia da Prosperidade como mensagem sedutora para atrair novos seguidores, a hermenêutica literal fundamentalista e as exegeses particulares dos líderes midiáticos escolhidos por Deus. Gedeon Freire de Alencar²⁹⁴ associou essa postura do protestantismo à influência do determinismo e exclusivismo do calvinismo:

A presunção estupidamente divinizada dos líderes eclesiásticos, do alto de suas ignorâncias políticas permeadas por interesses escusos, proclamarem para suas igrejas que “Deus me indicou esse candidato”, ou “aquele partido ou candidato é do Diabo”. Ora, se fosse assim, com Deus escolhendo, qual seria a necessidade de eleições? Deus vota? Segundo a doutrina calvinista, tudo acontece segundo sua vontade, escolhendo os eleitos e os perdidos. Afinal, se ele (Deus) tem o controle da “eleição da vida eterna”, por que não teria controle da eleição terrena?²⁹⁵

A igreja evangélica é um complexo de contradições onde os pentecostalismos brasileiros são arminianos em aspectos doutrinários como proclamação da evangelização e soteriologia²⁹⁶, mas calvinistas nas doutrinas

²⁹³ Ibid.

²⁹⁴ Doutor em Ciências da Religião – PUC-SP; é autor dos livros *Protestantismo Tupiniquim. Hipóteses sobre a (não) contribuição à cultura brasileira e Assembleias de Deus. Origem, militância e construção – 1911-1946* (Arte Editorial), e *Matriz Pentecostal Brasileira. Assembleias de Deus - 1911-2011* (Novos Diálogos Editora), tem diversos textos publicados em revistas acadêmicas.

²⁹⁵ **OBSERVATÓRIO DA RELIGIÃO**. E-ISSN 2358-6087. Volume 2, no. 02, jul.-dez. 2015, p.

139

²⁹⁶ Doutrina da Salvação do indivíduo.

acerca da soberania de Deus, colocando todas as decisões sob o controle absoluto de Deus. Desta forma, a orientação eclesiástica na política se torna, basicamente, uma determinação da vontade divina e o uso dos templos e dos púlpitos, além da proclamação, um novo perfil de local de campanha e infração eleitoral. Essa posição é vista em todas as eleições da década.

2.1.3 Os evangélicos nas eleições de 1989 e 1990.

O Brasil vinha da eleição de Tancredo Neves pela via indireta, mas com a morte de Tancredo, José Sarney foi levado à presidência da República. Mas, agora, as eleições de 1989 iriam eleger o presidente pela via das eleições diretas. Naquela ocasião, o conservadorismo, o eleitor e o político de direita ainda mobilizavam o fantasma ameaçador da esquerda comunista, associando-os aos nomes de Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva, presentes na disputa eleitoral. O país não havia se desvinculado dos paradigmas discursivos do militarismo e, apesar da nova Constituição, setores da sociedade brasileira ainda eram amedrontados com mentiras e boatos que afirmavam a tomada da propriedade privada se a esquerda obtivesse a vitória.²⁹⁷ No Brasil da redemocratização, nas eleições de 1989, todos os partidos queriam participar da corrida eleitoral chegando ao número de 22 candidatos à presidência²⁹⁸ para a disputa da preferência dos 82 milhões de eleitores.

Depois da frustração da pré-candidatura evangélica à presidência da República do Ministro da Agricultura e primeiro governador protestante a governar um Estado pelo voto direto, Íris Rezende (PMDB), as igrejas evangélicas se posicionaram para eleger, no segundo turno, o candidato da direita: Fernando Collor de Melo.

Em votação de dois turnos, para a disputa de 66,2 milhões dos votos válidos, no primeiro turno, em 15 de novembro, Collor obteve 22,6 milhões de

²⁹⁷ Disponível em: www.pragmatismopolitico.com.br/2014/09/especial-25-anos-das-eleicoes-de-1989 Acesso em: 28 de março de 2022.

²⁹⁸ Candidatos à presidência da República em 1989: Lula – 13, Marronzinho – 42, Zamir – 31, Afif – 22, Roberto Freire – 23, PG – 54, Aureliano Chaves – 25, Brizola – 12, Gabeira – 43, Pedreira – 16, Manoel Horta – 57, Corrêa – 26, Celso Brant – 33, Maluf – 11, Mário Covas – 45, Livia Maria – 27, Collor – 20, Affonso Camargo – 14, Enéas – 56, Ulysses Guimarães – 15, Ronaldo Caiado – 51, Eudes Matar – 55. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imagens/imagens/cedula-eleitoral-de-1989-eleicao-presidencial-1o-turno>. Acesso em: 28 de março de 2022.

votos (28,52%) e Lula, 11,6 milhões (16%), superando Brizola com 500 mil votos. No segundo turno, em 17 de dezembro, com 35 milhões de votos (53%), Collor foi eleito e Lula, em segundo, recebeu 31 milhões (47%) dos votos válidos. Os documentos daquele tempo estão distantes, mas nós somos o “presente-futuro” que ainda sofre as consequências daquelas decisões históricas-sociais. Portanto, é um passado que insiste em ser presente. Quantos perderam suas economias na década de 1990 e nunca se recuperaram? As eleições de 1989 representou uma tragédia para o futuro de muitos²⁹⁹. Em relação à igreja evangélica, pode ser considerado uma continuidade de um projeto de envolvimento político.

Segundo Ricardo Mariano e Antônio Pierucci, os candidatos a presidente na eleição de 1989 fizeram incursões nas igrejas pentecostais.³⁰⁰ Em busca do voto, os candidatos procuraram pastores e líderes de igrejas para firmarem seus compromissos com as instituições religiosas. Por sua vez, o uso considerado teologicamente indevido³⁰¹ do discurso espiritual era manifestado pelas lideranças religiosas atribuindo a Deus a vontade divina para eleger seu protegido. O Bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal, justificando sua decisão de apoio a seu candidato afirmou: “após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido”.³⁰² A igreja estava em notória expansão, certamente, explicará tais revelações.

Por isso, nesse período, Collor participou de vários programas de rádio da Igreja Universal prometendo que iria reconstruir o Brasil se unindo ao povo evangélico.³⁰³ A intenção de participar das eleições é clara para as lideranças evangélicas, influenciando o voto de seus membros:

É claro que os líderes pentecostais não se restringiram a atitude Gentil de receber candidatos em seus templos e os “apresentar”, o maior ou menor fervor, aos fiéis reunidos em cultos. Participaram ativamente

²⁹⁹ Entre infartos, falências e suicídios: os 30 anos do confisco da poupança... – Disponível em: www.economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/03/17/entre-infartos-falencias-e-suicidios-os-30-anos-do-confisco-da-poupanca. Acesso em: 04 de abril de 2022.

³⁰⁰ **NOVOS ESTUDOS**. Nº 34. Volume 3, novembro de 1992. p. 94

³⁰¹ A finalidade religiosa cristã consiste em proclamar o evangelho e não em escolher políticos – a passagem bíblica de Mateus 28:19 pode evidenciar uma certa contradição com o que de fato é praticado.

³⁰² **NOVOS ESTUDOS**. Nº 34. Volume 3, novembro de 1992. p. 94

³⁰³ *Ibid.* p. 94

da campanha no intuito de exercer influência sobre o destino do voto dos crentes – um voto que eles esperavam dócil e obediente –, quando não os envolveram diretamente como ativistas de campanha.³⁰⁴

Essa orientação direta das lideranças na Igreja Pentecostal recomendava que seus fiéis não votassem em extremistas da esquerda. Tal posição passava pelo medo do comunismo associado à esquerda, amplamente repudiada pela Igreja Evangélica.³⁰⁵ Consequentemente, o segundo turno das eleições para presidente, polarizada entre Lula do PT e Collor do PRN, facilitou a decisão da igreja evangélica pelo apoio ao candidato da direita. Nesse caso, segundo Mariano e Pierucci, nem as divergências denominacionais e teológicas impediram o consenso político – a igreja pentecostal foi Collor.³⁰⁶

A maioria dos evangélicos optaram por Collor nas eleições presidenciais de 1989, Lula recebeu apoio de uma parcela de evangélicos progressistas e ativistas,³⁰⁷ que criou, segundo *O Globo*, o Movimento Evangélico com Lula para defender o voto no candidato do PT através de carta aberta.

O movimento evangélico com Lula começou a distribuir ontem, em todo o país, 200 mil cartas abertas assinadas por cento e trinta e dois líderes e fiéis defendendo o voto do candidato do PT e desmentindo especulações de que ele, no governo, acabará com a liberdade religiosa. Outras sete mil cartas foram enviadas a líderes evangélicos.³⁰⁸

Apesar desse apoio à candidatura de Lula, os boatos da época diziam que o “candidato comunista”, se fosse eleito, acabaria com as igrejas evangélicas fechando seus templos.³⁰⁹ *O Globo*, do dia 12 de dezembro de 1989, deixa claro o tipo de disputa agressiva feita entre Lula e Collor. Para demonizar o candidato da esquerda, foi vinculado a sua imagem à ditadura do comunismo stalinista, o terror grevista dos sindicatos e até o congelamento das cadernetas de poupança.³¹⁰ Por sua vez, Lula argumentou que a “disputa é entre o novo e o velho”, satirizando Collor como o “filhote da ditadura”.³¹¹ Esse mesmo argumento do “novo contra o velho” foi usado por Collor para dissuadir os eleitores do voto

³⁰⁴ **NOVOS ESTUDOS**. Nº 34. Volume 3, novembro de 1992. p. 95

³⁰⁵ Ibid. 95

³⁰⁶ Id. p. 95

³⁰⁷ Id. p.97

³⁰⁸ **O Globo** - 12 de dezembro de 1989, Matutina, O País, p. 7

³⁰⁹ Id. p. 97

³¹⁰ **O Globo** - 12 de dezembro de 1989, Matutina, O País, p. 7

³¹¹ Ibid. p. 6

na esquerda.³¹² Desta forma, nas igrejas evangélicas, Lula era apresentado, nos meios pentecostais e neo pentecostais em especial, como a própria encarnação do mal.³¹³

Entre os católicos, o próprio Secretário Geral da CNBB já havia declarado seu voto no candidato do PT – Lula. A igreja também usou do expediente de “Carta Aberta”, católica e ecumênica, para comunicar sua tendência.

Mas duas cartas pastorais de apoio aberto ao candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, estão sendo divulgadas desde ontem na grande São Paulo. A primeira foi feita por padres religiosos e leigos da nova diocese do Campo Limpo, zona Sul Paulista. E a segunda, de caráter ecumênico, foi redigida por sacerdotes e pastores da diocese de Guarulhos, município a noroeste de São Paulo. Além da arquidiocese paulistana já divulgaram antes cartas pastorais para Lula a diocese de Osasco e São Miguel Paulista. Três dos seis bispos auxiliares paulistanos – entre os quais o secretário-geral da CNBB, Dom Celso Queiroz – também já declararam seu voto para Lula.³¹⁴

As cartas declaravam que Lula era um bom administrador e simbolizava o “companheiro de esperança na caminhada”, atribuindo a ele o “caminho da vida” como oposição ao “caminho da morte”, de Collor, candidato das elites opressoras.

Chamando Lula de “companheiro de esperança” na caminhada, a carta pastoral da diocese de Campo Limpo afirma que o deputado petista “mostrou ser bom administrador” quando dirigiu o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP). Diz, depois que o Brasil está hoje “em uma encruzilhada de sua história” e que há só dois caminhos: “o caminho da morte com ricos mandando e trazendo inflação e arrocho salarial, ou, por outro lado, o caminho da vida”.³¹⁵

Apesar dessas manifestações pró-Lula, a grande maioria das igrejas evangélicas se envolveram na campanha de Collor, em que foi selecionado o deputado federal Salatiel Carvalho (PRN/PE), da Igreja Assembleia de Deus, para organizar a campanha nacional junto aos evangélicos.³¹⁶ Segundo o deputado, no período da campanha ele percorreu 22 estados e 94 das principais cidades brasileiras, empenhado a convencer o povo evangélico do voto em Collor.³¹⁷ Além deste, o deputado federal Gidel Dantas (PDC/CE) e o deputado

³¹² *Folha de São Paulo*. 12 de dezembro de 1989 - Diretas. B - p.7

³¹³ *Folha de São Paulo*. 17 de setembro de 1995.

³¹⁴ *O Globo*. 2 de dezembro de 1989, Matutina, O País, p. 7

³¹⁵ *Ibid.* p. 7

³¹⁶ *NOVOS ESTUDOS*. Nº 34. Volume 3, novembro de 1992. p. 100

³¹⁷ *Ibid.* p. 100

estadual Daniel Martins (PDT/SP) assumiram posição de destaque na coordenação da campanha evangélica de Collor.³¹⁸

Collor saiu vencedor da disputa eleitoral com a promessa de combater a corrupção nacional sob o slogan de “o caçador de marajás”,³¹⁹ mas herdou um país de fome e misérias com uma inflação, em dezembro de 1989, de 53,55% e o acumulado anual com recorde inflacionário de 1.764,86%, uma taxa de crescimento de 0,02% no seu PIB, uma dívida interna crescida de 175% chegando a 110 bilhões de dólares e um país dividido entre forças progressistas e esquerdistas e setores de direita baseada em promessas políticas de abertura econômica neoliberal e de união nacional.³²⁰ Assim, nesse primeiro contexto de eleições, as igrejas evangélicas saíram vitoriosas, elegendo seu candidato à presidência com o discurso de defesa da bandeira da liberdade religiosa.³²¹

O ano seguinte de 1990 que já se aproximava, trazia consigo novas eleições para o Brasil e uma reformulação do cenário político para os religiosos evangélicos.

Para os cargos legislativos federais (Senado e Câmara Federal) e estaduais (Deputado Estadual/ Distrital/ de Território), houve a eleição direta no dia 3 de outubro e para o Executivo Estadual (Governador), além do primeiro turno no dia 3 de outubro, também existiu o segundo turno no dia 25 de novembro. Elegeram-se, de forma geral, deputados para ocupação de 503 cadeiras federais e 31 cadeiras das 81 para o Senado, cerca de 1.059 deputados estaduais e 27 governadores.³²² Para essa disputa, o Movimento Evangélico Suprapartidário (MESP), de natureza progressista, realizou um evento entre os dias 3 e 4 de agosto no Instituto Metodista Bennett, no Rio de Janeiro, justamente para discutir, analisar e avaliar a participação dos evangélicos na política de 1990, uma vez que foi considerada desastrosa na década anterior.³²³ Por outro lado, o PRN³²⁴ do Rio de Janeiro foi presidido pelo Pastor Evangélico Clécio Gaspar de Sá Freire que presenteou o presidente Collor com uma Bíblia no

³¹⁸ Id. p. 100

³¹⁹ **O Globo**. 29 de dezembro de 1989. Caderno 2. p. 5

³²⁰ **O Globo**. 29 de dezembro de 1989. p. 1

³²¹ **NOVOS ESTUDOS**. Nº 34. Volume 3, novembro de 1992. p. 106

³²² Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/cronologia-das-eleicoes> - Acesso em: 19 de abril de 2022

³²³ **Aconteceu no Mundo Evangélico**. Nº 85 – junho de 1990, Ano IX. p. 6

³²⁴ Partido de Fernando Collor - Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

prédio anexo ao Itamaraty e que integra a tesouraria da Executiva Nacional e a Comissão do Código de Ética do partido, orgulhosamente, afirmou ter saído dele o movimento que desaguou na eleição de Collor: “partiu de nós o bonito movimento que acabou gerando o PRN e a consequente eleição do presidente Fernando Collor de Melo”.³²⁵

A bancada evangélica, de maioria liberal, era de direita e extrema direita. Grande parte dela foi reeleita através de uma estratégia que conseguiu encobrir seus desmandos da década de 1980. Usaram do clientelismo e do corporativismo para alcançar o sucesso para a legislatura de 1991 a 1995. Mesmo tendo uma redução em relação aos Constituintes de 1987 (33 parlamentares eleitos), ela ainda conseguiu se manter forte e expressiva chegando a ser a segunda bancada mais substancial do Congresso com 23 deputados federais eleitos e 12 suplentes, índice de 65% dos deputados, em disputa, reeleitos.³²⁶ A representação de igrejas foi reduzida para 12 em relação ao pleito da Constituinte que representava 14 igrejas, mas isso não caracterizou malogro da igreja evangélica. Foram eleitos para representar as igrejas: 13 deputados da Igreja Assembleia de Deus, 5 deputados da Igreja Batista, 3 deputados da Igreja Universal do Reino de Deus, 2 deputados da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, 1 deputado da Igreja Adventista, 1 deputado da Igreja Batista Regular, 1 deputado da Igreja Congregação Cristã, 1 deputado da Igreja Cristã de Confissão Reformada, 1 deputado da Igreja Cristã Evangélica, 1 deputado da Igreja do evangelho Quadrangular, 1 deputado da Igreja Presbiteriana Independente e 1 deputado da Igreja Metodista.³²⁷

Esse envolvimento dos evangélicos na política brasileira também motivou a elaboração do evento da Segunda³²⁸ Consulta Continental sobre a Participação dos Evangélicos na Política na América Latina que foi realizada em

³²⁵ Aconteceu no Mudo Evangélico. Nº 85 – junho de 1990, Ano IX. p. 10

³²⁶ DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Religião e Política**: ideologia e ação da bancada evangélica na Câmara Federal. Tese apresentada a banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutorado em psicologia social, sob a orientação do professor doutor Salvador Antônio Mireles Sandoval. São Paulo: 2011. p. 27

³²⁷ FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p. 191

³²⁸ A primeira foi realizada na República Dominicana em 1983.

Buenos Aires, Argentina, nos dias 24 e 28 de outubro de 1991.³²⁹ Participaram mais de 60 políticos e pensadores cristãos de 16 países, discutindo sobre o tema referente à participação dos evangélicos na política na América Latina.

O evento reforçou e reafirmou alguns delineamentos já elaborados na primeira versão do evento em 1983. Cinco destaques foram afirmados no evento: os valores éticos para uma ação política evangélica – o serviço, a honestidade, a eficiência, a justiça, o amor, a liberdade e a paz; a luta contra a pobreza; a absolutização dos sistemas econômicos e sociais; a relevância da fé; a experiência criativa fundadas em Deus.³³⁰

Os dois dias de eventos fizeram chegar a mais cinco conclusões acerca dessa participação evangélica na política: a vocação do serviço deve ser instaurado a partir do amor que servirá como base da atividade e da ação política; os valores do reino de Deus devem ser aplicados na política; a pluralidade das tradições culturais e nacionais, e as circunstâncias históricas devem ser respeitadas e assumidas como enriquecimento político; é preciso delinear estratégias globais para um ordenamento político, econômico e social enraizados na relação bíblica; constituir uma organização que permita a vinculação pessoal, institucional e internacional dos evangélicos na atividade política.³³¹

As discussões, promovidas pela ala progressista, foi uma ação para minimizar o impacto da inclusão dos evangélicos nos quadros clientelistas da política nacional dominada pelas famílias tradicionais conservadoras decepcionadas com a Igreja Católica que criou a Teologia da Libertação nos idos dos anos de 1970.³³²

O que um dia foi apresentado como sinônimo de liberalismo (protestantismo calvinista) e desenvolvimento moderno com a ideia de progresso e educação vinculados à religião evangélica nos modelos americanos, o que se seguiu no período da redemocratização na década de 1980 e no amadurecimento da democracia no início dos anos 90, foi uma caracterização

³²⁹ **Revista Boletim Teológico**. Nº 18. Ano VI. São Paulo: fraternidade Teológica Latino Americana – Seção Brasil, novembro de 1992. p. 63 e 64

³³⁰ **Revista Boletim Teológico**. Nº 18. Ano VI. São Paulo: fraternidade Teológica Latino Americana – Seção Brasil, novembro de 1992. p. 63

³³¹ *Ibid.* p. 64

³³² **Revista Boletim Teológico**. Nº 18. Ano VI. São Paulo: **Fraternidade Teológica Latino Americana** – Seção Brasil, novembro de 1992. p. 34

do crescente fisiologismo religioso protestante e a consolidação da corrupção no universo religioso evangélico noticiados a partir de escândalos morais e éticos.³³³ Apesar dos escândalos religiosos no meio político, o que pode ser verificado nessa nova participação política é a ousada proposta de penetração da religião no espaço público com o mesmo perfil de dominação do Estado, fazendo o papel inverso de regulação da vida dos cidadãos – o Estado regulava a vida da igreja. De tal modo, significa que a igreja evangélica reguladora da vida dos membros da igreja, agora, com sua participação na política tenta regular a vida do povo brasileiro com uma ideia de teocracia. A Bancada Evangélica e a Frente Parlamentar Evangélica composta por parlamentares de esquerda, unidos fragilmente³³⁴ por uma pauta em defesa dos interesses institucionais religiosos, princípios cristãos e orientações doutrinárias caracterizaram os novos atores políticos identificados como conservadores e progressistas.

2.2. Bancada Evangélica: atores Conservadores e atores Progressistas

Nessa história do tempo presente, como testemunha e ator do “meu tempo”, sendo o passado próximo do objeto de meu estudo, tenho o exemplo desse passado “insistindo” em se relacionar inexoravelmente à dimensão temporal presencial do “agora”. Na 136ª Sessão Deliberativa Ordinária, no dia 19 de outubro de 2021, no Senado Federal foi realizada a leitura, pelo deputado federal Eduardo Girão, uma nota de indignação do Movimento Conservador Cristão de Ação Social e Política, da Ordem dos Ministros Evangélicos do Ceará e do Movimento Ceará Livre, pela demora na realização da sabatina pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Sr. André Mendonça,³³⁵ indicado para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).³³⁶ Na ocasião, disse o deputado Girão:

"O Movimento Conservador Cristão de Ação Social e Política, a Ordem dos Ministros Evangélicos do Ceará e o Movimento Ceará Livre vêm manifestar indignação diante da morosidade que a Comissão de Constituição e Justiça, na pessoa do seu Presidente, Senador Davi

³³³ Ibid. p. 38

³³⁴ Na prática, as pautas morais eram o principal elo dessa união.

³³⁵ Ex-Ministro da Justiça e ex-Advogado Geral da União do governo Bolsonaro.

³³⁶ Disponível em: www.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/484457 - Acessado em: 19 de abril de 2022.

Alcolumbre, tem demonstrado em ouvir o indicado à vaga do Supremo Tribunal Federal, Dr. André Mendonça. Uma vez que a Constituição Federal, em seu art. 101, prevê os critérios da indicação, não há justificativa plausível para que a Comissão de Constituição e Justiça, a CCJ, não apresente o nome em questão para a apreciação e sabatina. É bem verdade que a Carta Magna garante que, abro aspas, 'ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir a prestação alternativa, fixada em lei', fecho aspas, (art. 5º, inciso VIII).³³⁷

Percebe-se que o passado estudado persevera em ser presente na documentação que hoje é analisada como dimensões sobrepostas ao passado. Acima vimos um exemplo das reivindicações evangélicas em nome de um conservadorismo evocado para o cumprimento das garantias dos direitos daqueles que se autointitulam e se identificam como religiosos sobre a indicação evangélica para o STF.

Notadamente, inferindo, as testemunhas continuam vivas e ainda não se “transformaram em arquivos”, ou seja, nas igrejas evangélicas de hoje ainda encontramos muitos dos mesmos atores das Igrejas de 1980, intervindo nos poderes republicanos. Não obstante, os parlamentares evangélicos não constituem um bloco ou uma bancada monolítica, a diversidade é uma característica marcante do evangelicalismo. Deste modo, desde a redemocratização, os parlamentares evangélicos se denominam ou conservadores ou progressistas.³³⁸

Os evangélicos conservadores, viam tal situação significando mais do que uma ideologia, significava uma conduta, um comportamento para fazer certas

³³⁷ Ibid.

³³⁸ A segunda matéria da série de reportagens especiais sobre a religiosidade do brasileiro mostra o quanto é difícil conciliar os anseios individuais e coletivos da população com os dogmas religiosos. As mais recentes pesquisas de opinião feitas no Brasil revelam inquietações entre a vida cotidiana e a prática religiosa. O cientista político e sociólogo da Universidade Federal de Pernambuco, Joanildo Burity, reconhece o dilema desses anseios da população diante do conservadorismo das religiões. "O discurso religioso predominante é moralmente conservador. Em termos de orientação geral, não distoia se a gente estiver falando de católicos, evangélicos ou espíritas. O que aparece socialmente é um discurso muito preocupado com a recuperação, o resgate, a proteção de valores tradicionais." O conflito entre os anseios do mundo moderno e o culto ao sagrado tem sido enfrentado de várias formas pelas religiões. Joanildo Burity identifica a atuação de minorias mais progressistas e críticas, como os setores remanescentes da Teologia da Libertação, no catolicismo; a ala ecumênica do protestantismo mais tradicional; e um setor moderado das igrejas pentecostais. "Esses são os campos em que o discurso mais ético e preocupado com as bases, com a organização popular, com manifestações de ação coletiva, pode dar uma contribuição bem mais interessante para a solução desses grandes problemas nacionais e globais que estão colocados." Extraído da Rádio Câmara. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/284933-especial-religiosidade-2-a-dificuldade-de-se-conciliar-anseios-individuais-e-coletivos-com-dogmas-> Acesso em: 20 de abril de 2022.

escolhas que valorizassem a continuidade das coisas, principalmente aquelas que estão vinculadas ao dogma. A partir desse pensamento, as “coisas” de Deus, que são consideradas “perfeitas” são imutáveis, portanto, devem ser preservadas como identidade de grupo. Segundo Michael Oakeshott³³⁹, abaixo citado, o conservador chegará à conclusão de que a inovação ocasionará ganhos e perdas, por isso, deve ser feita num ritmo mais lento:

Primeiro, a inovação acarreta certas perdas e um possível ganho; portanto, o ônus da prova, para demonstrar que a mudança proposta pode ser considerada benéfica em geral, cabe ao proponente da inovação. Segundo, acredita que quanto mais a inovação se assemelha ao crescimento, isto é, quanto mais ela seja parte da situação, e não simplesmente imposta a ela, menos provável será que insulte uma preponderância de perdas. Terceiro, acho que a inovação que responda algum defeito específico, e se destine a consertar algum desequilíbrio em particular, é mais valiosa do que a originada na noção de melhoria generalizada das circunstâncias humanas, e é muito mais desejável do que decorre de um desejo de perfeição. Conseqüentemente, prefere as inovações pequenas e limitadas às grandes e definidas. Em quarto lugar, prefere o ritmo lento ao rápido, e faz pausas para observar as conseqüências e fazer os ajustamentos necessários. E, finalmente, acredita na importância da oportunidade; mantidos constantes os demais fatores, considera que a ocasião mais favorável para inovação é o momento em que a modificação projetada tem maiores possibilidades de limitar-se ao que se pretende e menores possibilidades de ser corrompida por circunstâncias indesejáveis e fora de controle.³⁴⁰

Desta forma, o conhecido, para o conservador, deve ser mantido. Os valores e princípios que norteiam a sociedade não podem ser mudados pelo desconhecido, uma vez que, esse conhecido é considerado como parte essencial da natureza humana.³⁴¹ Do mesmo modo como o céu é, deve ser a experiência terrena; “o céu é o sonho de um mundo não apenas perfeito, mas imutável”.³⁴² Essa concepção gera uma sensação de segurança e conformidade que a religião afirma ser a melhor alternativa como modelo de existência porque se apresenta como natural. Não se pode mudar o que é natureza, natural e essencial para a sobrevivência humana.

³³⁹ Catedrático de Ciências Política na London School of Economics.

³⁴⁰ CRESPIGNY, Anthony de e CRONIN, Jeremy. **Ideologia e Políticas**. 2ª edição. Brasília: UNB, 1999. p. 24

³⁴¹ Ibid. p. 25

³⁴² Id. p. 25

Na política, para o religioso cristão, isso se proporciona como o divino estabelecendo sua vontade sobre o homem.³⁴³ Embora Oakeshott pense o contrário sobre a ordem providencial da religião³⁴⁴, ele comunga com a ideia da escolha mínima da frustração³⁴⁵, sem muitas ou grandes transformações sociais, opta pela ideia da imutabilidade social mantendo o controle sobre as regras do jogo social. Essa primeira concepção vai de encontro à ideologia progressista que prezam pelas mudanças e transformações sociais.

No contexto geral da Constituinte (1987-1988), o estudo de Leôncio Martins Rodrigues (1987), exhibe o quadro em que os deputados se auto identificaram da seguinte forma: centro 37%, esquerda moderada ou centro esquerda 52% e esquerda radical 5%.³⁴⁶ Dentre os constituintes evangélicos, o *Jornal do Brasil* (7 de agosto de 1988), apresentou um quadro de dissidentes progressistas de 20% e conservadores ligados ao centro de 80%.³⁴⁷ Já o *Jornal Folha de São Paulo*, afirmou que a maioria deles são “conservadores e anticomunistas”, além de integrarem o bloco do Centrão no Congresso e cincoanistas³⁴⁸ em relação ao mandato do presidente José Sarney.³⁴⁹ Ainda, segundo o jornal, estes pertenciam à Confederação Evangélica do Brasil (CEB) tendo o terceiro vice-presidente, o deputado Daso Coimbra (PMDB/RJ), da Igreja Congregacional, como um dos principais articuladores do Centrão para o mandato prolongado do presidente Sarney.³⁵⁰

³⁴³ **BÍBLIA**, Versão Atualizada – Romanos 13 - Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus. Por isso quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. Porque os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres tu, pois, não temer a potestade? Faze o bem, e terás louvor dela. Porque ela é ministro de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz de balde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o que faz o mal. Portanto é necessário que lhe estejais sujeitos, não somente pelo castigo, mas também pela consciência. Por esta razão também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo sempre a isto mesmo. Portanto, daí a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra. A ninguém devais coisa alguma, a não ser o amor com que vos ameis uns aos outros; porque quem ama aos outros cumpriu a lei.

³⁴⁴ CRESPIGNY, Anthony de e CRONIN, Jeremy. **Ideologia e Políticas**. 2ª edição. Brasília: UNB, 1999. p. 33

³⁴⁵ Para ele a mudança gera frustração, portanto, deve ser vista com prudência e pouco almejada.

³⁴⁶ MELO, Sidnei. **Pelo centro, contra a esquerda**. Revista Brasileira de Ciência Política. nº 33, 2020, p. 1-49

³⁴⁷ *Jornal do Brasil*. de 7 de agosto de 1988. nº 121. p.48

³⁴⁸ Defensores dos 5 anos de mandato do presidente José Sarney

³⁴⁹ *Jornal Folha de São Paulo*, 10 de julho de 1988. Política. 1º caderno. p. 11

³⁵⁰ *Ibid.* p. 11

Para o pastor Luiz Longuini da Igreja Presbiteriana do Brasil e membro da equipe do programa de Assessoria à Pastoral do CEDI, nas eleições presidenciais, as igrejas evangélicas foram da alienação política ao oportunismo político, sendo contaminados pela ideologia política conservadora dos velhos hábitos corruptos:

A chamada bancada evangélica no Congresso Nacional tem sido um exemplo de escândalos, com raras exceções. Consta-se o despreparo intelectual daqueles parlamentares, a ingenuidade política, o fisiologismo partidário, uma visão distorcida de serviço, pensando em benefício próprio ou no interesse dos enriquecidos [...]. As últimas eleições presidenciais mostraram que existe uma ala das igrejas evangélicas no Brasil que se deixam manipular pelos políticos conservadores, esses mesmos que estão no poder há quase 30 anos e ainda fortalece os interesses hegemônicos de uma minoria enriquecida e que quer enriquecer esse cada vez mais.³⁵¹

Por sua vez, identifica setores das igrejas caminhando em direção contrária, deixando subentendido que fazem parte de uma linha mais progressista.

Existem setores evangélicos que notadamente amadurecido em direção de um compromisso político autêntico. Existem também setores que se aliam a candidatos comprometidos com a maioria carente da nossa população, com os movimentos populares e que lutam pelos valores do Reino de Deus. Vários movimentos pululam aqui e acolá: "Movimento Evangélico Progressista", "Movimento Evangélico Suprapartidário", "Evangélicos pela Paz e Justiça". Congressos são realizados para debater a participação política dos cristãos a uma nova consciência tomando conta de importantes setores do protestantismo brasileiro. Queira Deus que isso cresça!³⁵²

E continua denunciando firmemente tais candidatos, líderes, pastores e políticos envolvidos com toda sorte de falcatrua que os velhos hábitos da política nacional proporcionam.

Ao lado dessa nova consciência podemos perceber também a repetição dos antigos erros. Caciques eclesiais, não satisfeitos com a sua situação do coronelismo em suas próprias igrejas, cabresteam o povo, como sempre fizeram e lançam-se candidatos a cargos públicos. Uma pequena olhadela e podemos identificar a trajetória desses homens e dessas mulheres que agora se vinculam a partir do surgidos na calada da noite, sobre o auspício da ditadura

³⁵¹ Revista **Aconteceu no Mundo Evangélico**. Nº 85, junho de 1990 - Ano IX. p. 12

³⁵² Revista **Aconteceu no Mundo Evangélico**. Nº 85, junho de 1990 - Ano IX. p. 12

militar, partidos políticos dirigido por oportunistas e filhos e fisiologistas.³⁵³

Por fim, faz um apelo corajoso em nome de uma igreja cristã evangélica que deveria primar pela ética e a moral na política.

Tenhamos a coragem de, nas próximas eleições, fazermos uma avaliação honesta dessas candidaturas evangélicas. Deixemos de servir como massa de manobra. Bichinhos de servir como única e última reserva ideológica de apoio a um governo que dirige o país levando cada vez mais para desgraça. Deixemos de servir de ao próprio ao povo brasileiro. Recuperemos nossa identidade como cristãos evangélicos escolhendo candidaturas realmente comprometidos com a causas populares e que possui uma história de serviço ao próximo.³⁵⁴

Apesar do apelo dos parlamentares para uma posição ao centro-direita e centro-esquerda, o PMDB³⁵⁵, partido menos conservador, passou a incorporar a ala dos políticos conservadores de origem arenista. Assim, a conclusão é que são políticos conservadores em partidos menos conservadores. Isso justifica o tipo de tratamento que fora dado aos muitos adeptos da ditadura militar que não tiveram seus crimes devidamente punidos, bem como a manutenção das práticas corruptas identificadas na política brasileira. Muitos deles não foram destituídos de suas posições governamentais³⁵⁶, continuando alinhados na ocupação do poder.³⁵⁷

Os grupos evangélicos progressistas se organizaram a partir de diálogos de lideranças evangélicas nacionais. A deputada federal petista da Igreja Assembleia de Deus, a irmã Benedita da Silva, o pastor e bispo episcopal metropolitano da América Latina da Igreja Anglicana Robinson Cavalcanti e o pastor Caio Fábio, presidente e fundador da Associação Evangélica Brasileira (AEVB) e idealizador da Visão Nacional de Evangelização (VINDE) juntos com outras lideranças, formaram o Movimento Evangélico Progressista em consequência do encontro realizado nos dias 6 e 7 de abril de 1990, no Rio de

³⁵³ Revista **Aconteceu no Mundo Evangélico**. Nº 85, junho de 1990 - Ano IX. p. 12

³⁵⁴ Ibid. p.12

³⁵⁵ A maioria dos políticos evangélicos pertenciam ao PMDB e PFL. Dos 7 dissidentes, 3 pertenciam ao PMDB, 1 ao PT e 3 ao PDT. (*Jornal do Brasil* – 7 de agosto de 1988)

³⁵⁶ Dentre tantos, ACM na Bahia e Maluf em São Paulo, são exemplos disso.

³⁵⁷ MELO, Sidnei. **Pelo centro, contra a esquerda**. Revista Brasileira de Ciência Política. nº 33, 2020, p. 16

Janeiro.³⁵⁸ Esse movimento ecumênico tinha alguns objetivos sobre o papel evangélico na política:

Garantir um espaço democrático para cristãos comprometidos com transformações sociais políticas econômicas tecnológicas e culturais no Brasil; repensar as implicações concretas da Fé envolvidas no engajamento político; posicionar-se concretamente sobre questões que afligem o povo brasileiro, de modo a convocar o segmento evangélico assumir sua vocação Profética na sociedade; atuar com outros movimentos em defesa das causas populares na denúncia de injustiça contra as minorias oprimidas e na apresentação de propostas alternativas.³⁵⁹

Segundo o pastor Robson Cavalcanti, com essa postura, se pretendia criar um “protestantismo popular” que se assemelhasse ao movimento de Jesus Cristo do Novo testamento, “socialmente consciente de seu papel na sociedade e esposando os elementos críticos da Fé Profética apreendida de Jesus Cristo e dos movimentos alternativos da história da Igreja Cristã”.³⁶⁰

Também veremos os posicionamentos das Congregações Evangélicas no país a respeito das mudanças políticas provocadas pela redemocratização, sobre as transformações econômicas a partir do governo Sarney e sobre a questão social. Analisaremos como essas Igrejas se comportaram diante do exposto, quais suas diretrizes e opiniões para que o povo evangélico se norteasse, bem como deveria o Governo Federal se comportar.

2. 2. 1 Os Metodistas

A Igreja Metodista, do pregador John Wesley (1703-1791), teve sua origem na Inglaterra e buscou uma fé mais existencial e atuante, conforme a estratégia do pietismo.³⁶¹ O metodismo³⁶² trouxe a renovação da espiritualidade da igreja inglesa, bem como uma reforma dos usos e costumes do povo inglês como

³⁵⁸ Revista **Aconteceu no Mundo Evangélico**. Nº 84, maio de 1990, ano IX. p. 6

³⁵⁹ Ibid. p.6

³⁶⁰ Id. p. 6

³⁶¹ O pietismo é um movimento oriundo do luteranismo que valoriza as experiências individuais do crente. O movimento surgiu no século XVI, como oposição à negligência da ortodoxia luterana para com a dimensão pessoal da religião, e teve seu auge entre 1650-1800

³⁶² Movimento de avivamento espiritual cristão ocorrido na Inglaterra do século XVIII que deu origem a Igreja Metodista em 1739 e enfatizou a relação íntima do indivíduo com Deus, iniciando-se com uma conversão pessoal e seguindo uma vida de ética e moral cristã elevada.

reforma social.³⁶³ A Igreja Metodista chegou no Brasil em 29 de abril de 1836 através do missionário Justin Spaulding e sua família. Reunidos no Rio de Janeiro, fundou um trabalho que logo cresceu acomodando de 150 a 200 pessoas num salão alugado.³⁶⁴ Segundo o próprio site da igreja, “Junius Estaham Newman, pastor metodista e Superintendente Distrital, foi o pioneiro da obra metodista permanente no Brasil”.³⁶⁵

J. E. Newman e sua família mudaram-se para Piracicaba, SP, onde permaneceram entre 1879 e 1880, quando as filhas de Newman, Annie e Mary, organizaram um internato e externato. O “Colégio Newman” é considerado precursor do Colégio Piracicabano, hoje UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba).³⁶⁶

A igreja organizada através de seus cânones, no capítulo III trata do seu Credo Social, em que expressa no ponto 3 a sua “Ordem Político-Social e Econômica”, no ponto 4 o direcionamento sobre sua “Responsabilidade Civil” e no ponto 5 sobre os “Problemas Sociais”, definindo o rumo da igreja.³⁶⁷ Esse

³⁶³ REILY, Duncan Alexander. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1993. p. 89

³⁶⁴ Ibid. p. 92

³⁶⁵ Disponível em: <https://www.metodista.org.br/historico-metodismo-no-brasil> - Acesso em: 25 de abril de 2022

³⁶⁶ Ibid

³⁶⁷ CÂNONES da Igreja Metodista. 2017 - **Colégio Episcopal da Igreja Metodista**. São Paulo: Ed. Angular, 2019. p.39 - A natureza social do homem e da mulher procede da ordem da criação e significa que sua plena realização só é alcançada na vida em comunidade. A comunidade familiar, resultante da natureza humana, a ordem econômica, resultante do conjunto das atividades humanas de produção, consumo e comércio de bens, e a ordem política expressam exigências da própria ordem da criação divina. O Estado é exigência básica, não só para a defesa da vida e liberdade da pessoa humana, mas para a promoção do bem-comum mediante o desenvolvimento da justiça e da paz na ordem social. Os quesitos do Bem-Estar Social (saúde, segurança, educação, etc.) são direitos garantidos a todo e qualquer cidadão e a toda e qualquer cidadã. O ser humano tem o dever de administrar a terra e seus recursos, que Deus lhe confiou, segundo os critérios do Senhor. Um dos caminhos para a efetiva atuação na transformação da sociedade é a participação na elaboração de políticas públicas justas. Em cada época e lugar surgem problemas, crises e desafios através dos quais Deus chama a Igreja a servir. A Igreja, guiada pelo Espírito Santo, consciente de sua própria culpabilidade e instruída por todo conhecimento competente, busca discernir e obedecer à vontade de Deus nessas situações específicas. A Igreja Metodista considera, na presente situação do país e do mundo, como de particular importância para sua responsabilidade social o discernimento das seguintes realidades: Deus criou os povos para constituir uma família universal. Seu amor reconciliador em Jesus Cristo vence barreiras entre irmãos e irmãs e destrói toda forma de discriminação entre os homens e as mulheres. A Igreja é chamada a conduzir todos e todas a se receberem e a se afirmarem uns aos outros e umas às outras como pessoas em todas as suas relações na família, na comunidade, no trabalho, na educação, no lazer, na religião e no exercício dos direitos políticos. A reconciliação do mundo em Jesus Cristo é a fonte da justiça, da paz e da liberdade entre as nações; todas as estruturas e poderes da sociedade são chamados a participar dessa nova ordem. A Igreja é a comunidade que exemplifica essas relações novas do perdão, da justiça e da liberdade, recomendando-as aos governos e nações como caminho para uma política

pacto social adotado pela Assembleia Metodista, desde dezembro de 1969, influenciará sobre o documento “A Mensagem Pastoral do Colégio Episcopal da Igreja Metodista Face à Nova Realidade Econômica”, de 9 de março de 1986, como resposta à nova realidade econômica e política do país promovida pelo governo de José Sarney, e, pronunciado pelo deputado Francisco Dias (PMDB/SP), na 23ª Sessão Conjunta da Assembleia Legislativa do Congresso Nacional, em 19 de março de 1986.³⁶⁸ Diz o texto inicial:

A 28 de fevereiro de 1986 o governo da República o nome medidas de natureza econômica de enorme repercussão em todos os segmentos da sociedade brasileira. A reforma econômica que extinguiu o Cruzeiro, instituindo uma nova moeda, encontrou surpreendente e extraordinária e aceitação no meio do povo que ansiava por mudanças que propiciassem a superação de uma sua premente situação em instante inflação imposta a nação nos últimos anos [...] O Colégio Episcopal da Igreja Metodista, face essa nova conjuntura econômica, social e política, no exercício do seu ministério docente, fundamentado nas Sagradas Escrituras, fiel a gloriosa herança social metodista inaugurado por João Wesley, movido pelo espírito santo a discernir os sinais dos tempos, tornando atual o ensino do Credo Social e do Plano Para a Vida e a Missão da Igreja, dirige à Igreja Metodista e ao povo brasileiro a seguinte mensagem.³⁶⁹

A mensagem revela a preocupação da Igreja em relação aos salários dos trabalhadores, que tiveram uma perda significativa no governo de José Sarney,

responsável de cooperação e paz. A reconciliação das nações se torna especialmente urgente num tempo em que países desenvolvem armas nucleares, químicas e biológicas, desviando recursos ponderáveis de fins construtivos e pondo em risco a humanidade. A reconciliação do homem e da mulher em Jesus Cristo torna claro que a pobreza escravizadora em um mundo de abundância é uma grave violação da ordem de Deus; a identificação de Jesus Cristo com o necessitado e com a necessitada e com os oprimidos e as oprimidas, a prioridade da justiça nas Escrituras, proclama que a causa dos/das pobres do mundo é a causa dos Seus discípulos. A pobreza de imenso contingente da família humana, fruto dos desequilíbrios econômicos, de estruturas sociais injustas, da exploração dos indefesos e das indefesas, da carência de conhecimentos, é uma grave negação da justiça de Deus. As excessivas disparidades culturais, sociais e econômicas negam a justiça e põem em perigo a paz, exigindo da sociedade, como um todo, intervenção competente com planejamento eficaz para vencê-las. É injusto aumentar a riqueza dos ricos e das ricas e poder dos/das fortes confirmando a miséria dos/das pobres e oprimidos e oprimidas. Os programas para aumentar a renda nacional precisam criar distribuição equitativa de recursos, combater discriminações, vencer injustiças econômicas e libertar o homem da pobreza. No individualismo e no coletivismo, tanto quanto em programas de crescimento econômico e justiça social, encontramos os riscos de humanismos parciais. Urge que se promova o humanismo pleno. A plena dimensão humana só se encontra nas novas relações criadas por Deus em Jesus Cristo. A Igreja Metodista reconhece os relevantes serviços da Organização das Nações Unidas no aprimoramento e defesa dos Direitos Humanos, assim como seus esforços em favor da justiça e da paz entre as nações. Recomenda como extremamente oportunos a Declaração Universal dos Direitos Humanos e documento sobre Desenvolvimento e Progresso Social, adotado pela Assembleia em dezembro de 1969.

³⁶⁸ Diário do Congresso Nacional. Ano XLI – Nº 013. 20 de março de 1989. p. 128 e 129

³⁶⁹ **Diário do Congresso Nacional.** Ano XLI – Nº 013. 20 de março de 1989. p. 128

retratando, de forma positiva, a atitude acertada dos congelamentos dos preços como ação que asseguraria a justiça e a paz social. Assim, enaltece a ação governamental da garantia do seguro-desemprego aos trabalhadores como uma conquista social da classe trabalhadora e critica radicalmente a especulação financeira e imobiliária que prejudica diretamente a classe pobre do país. Além disso, defende a Educação Profissional no Brasil, exigindo a participação governamental com investimentos financeiros para garantir a estabilidade educacional dessas instituições, faz apelo para que o governo intervenha no controle dos juros altos e abusivos, pede o saneamento da dívida pública e alerta as autoridades sobre a dívida externa, e, por último, exige a urgente redistribuição da renda nacional.³⁷⁰

Também proclama a Reforma Agrária e os Direitos das Minorias Raciais³⁷¹, e, no último ponto, faz uma declaração de esperança ao povo brasileiro, alertando sobre a necessidade de que todos deveriam fazer seu sacrifício para o bem comum da nação.

Estamos certos de que vivemos no Brasil uma nova e extraordinária experiência. O governo federal está conclamando o povo a participar ativamente ao processo de transformação hora em andamento. Alguns sacrifícios deverão ser feitos por todos os segmentos da sociedade para que a nação alcance a estabilidade econômica tão necessária e desejada. Temos esperanças!³⁷²

Apesar do discurso de esperança em dado momento, a carta, direcionada ao Congresso, fazia crítica à classe dominante do Brasil; afirmava que o povo sofria por causa da falta de consciência moral e social de grande parte dos políticos, e, também, devido a ganância e avareza da elite brasileira e dos interesses individuais sobrepostos aos interesses da nação. Por conseguinte, fazia um apelo para que não se permitisse que os homens gananciosos destruíssem o futuro da nação se colocando ao lado do governo como apoiadores de seu projeto econômico.

Esperamos que cada metodistas uma nova postura para com os destinos da nossa pátria, cumprindo sua parte de maneira consciente nessa nova realidade na qual a glória estamos vivendo. Que todos se

³⁷⁰ Ibid. p 129

³⁷¹ Ibid

³⁷² **Diário do Congresso Nacional**. Ano XLI – Nº 013. 20 de março de 1989. p. 129

tornem participantes desse processo acompanhando vigiando cobrando fiscalizando e tomando as iniciativas que beneficiam a vida pessoal familiar e comunitária de todo nosso povo.

Por fim, conclama o povo brasileiro para viver dentro da dimensão dos valores do Reino de Deus para a efetivação e realização da justiça e da paz. E, chama diretamente o “povo metodista, em nome do evangelho de Jesus Cristo, para participar da luta para redenção da pátria brasileira”.³⁷³ Segundo o presidente da Igreja Metodista, o Bispo Nelson Luiz Campos Leite, essa será a postura assumida pela Igreja Metodista nessa década de reconstrução e eleições para um novo Brasil.³⁷⁴

2.2.2 Os Luteranos

As primeiras comunidades evangélicas Luteranas do Brasil foram estabelecidas no Rio Grande do Sul (1886), em Santa Catarina e no Paraná em 1911 e no Rio de Janeiro no ano de 1823. A Federação Sinodal foi estabelecida no ano de 1949 criando uma igreja nacional, tendo seu primeiro Concílio em 1950. Mas somente no segundo Concílio, em 1954, que a Igreja ficou identificada e conhecida como “Igreja Brasileira de Confissão Luterana do Brasil”.³⁷⁵

É uma igreja que tem suas raízes, herança e legado na Reforma Protestante de 1517. A Confissão de Augsburg, de 25 de junho de 1530, foi adotada pela maioria das Igrejas Evangélicas Luteranas compondo o eixo central de sua doutrinação.³⁷⁶ No Artigo 16, da Ordem Política e do Governo Civil, é dito que toda autoridade, ordem política e governo civil não podem ser abolidas, pelo contrário, foram instituídas por Deus.

Da ordem política do governo civil se ensina que toda autoridade no mundo e todos os governos e leis ordenados são ordenações boas, criadas e instituídas por Deus, e que cristãos podem, sem pecado, ocupar o cargo de autoridade, de príncipe, e de juiz, proferir sentença e julgar segundo as leis imperiais e outras leis em vigor, punir malfeitores com a espada, fazer guerras justas, combater, comprar e

³⁷³ **Diário do Congresso Nacional**. Ano XLI – Nº 013. 20 de março de 1989. p. 129

³⁷⁴ *Ibid.* p. 129

³⁷⁵ REILY, Duncan Alexander. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1993. p. 207

³⁷⁶ Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/conteudo/identidade> - Acesso em: 26 de abril de 2022.

vender, fazer juramentos requeridos, possui propriedade, casar, e etc.³⁷⁷

Portanto, o cristão deve obedecer às autoridades constituídas, mas desde que elas não estejam cometendo pecado contra os princípios de Deus.

Os cristãos têm o dever de estar sujeitos a autoridade e de obedecer-lhe aos mandamentos e leis em tudo que não envolva pecado. Porque se não é possível obedecer à ordem da autoridade sem pecar, mais importa obedecer a Deus do que aos homens – Atos 5.

Baseada nos princípios luteranos, a Igreja da década de 1980 e 1990, emitiu documentos para nortear a vida política de seus membros. Pelo menos, temos conhecimento de três documentos escritos de Porto Alegre/RS, pelo Pastor Presidente, Dr. Gottfried Brakemeier, nas datas de 16 de agosto de 1988 de orientação pré-eleitoral (Igreja e Política-1988), de 24 de agosto de 1989 para as eleições presidenciais (Eleições 1989) e de 4 de setembro de 1992 para eleições municipais (Eleições 1992).

Todos os documentos manifestam relativa preocupação com a tensão gerada decorrente do assunto, “saudado por alguns, deplorado por outros” na Igreja Luterana.³⁷⁸ As cartas propõem motivar os membros a assumirem uma atitude de responsabilidade e participação nos processos eleitorais do país. Desta forma, apresentam várias orientações teológicas e éticas a serem praticadas por seus membros. São algumas dessas orientações: o engajamento político, o empenho pelo bem comum, a defesa da justiça e o serviço as pessoas; o combate as injustiças, a corrupção, a violência e a fome; priorizar a ética cristã e a democracia; se separar da política ideológica; contribuir para a formação de uma consciência política responsável a partir do Evangelho e a comunidade deve prestar assessoria crítica aos candidatos.³⁷⁹

A Carta Luterana de 1989 revela a preocupação dos pastores sobre as tensões sociais e a manutenção da jovem democracia com as eleições presidenciais. Por isso, a motivação da escrita foi o compromisso político com a democracia e com o bem estar da sociedade. Quatro razões são apresentadas para um debate e defesa mais ampla no campo político: a elevação e proteção

³⁷⁷ Confissão de Augsburg. Artigo 16. p. 10

³⁷⁸ DOC – Carta Pastoral da Presidência da Igreja Luterana - Igreja e Política – 1988. p. 1

³⁷⁹ DOC – Carta Pastoral da Presidência da Igreja Luterana - Igreja e Política 1988.

dos salários, mais justiça, melhor distribuição de renda e defesa da propriedade. A Igreja também se comprometeu a combater a fome e os políticos enganosos, demagogos e traidores. E, finaliza, exortando a igreja sobre quatro princípios a serem seguidos: a Igreja deveria se posicionar porque a política é uma exigência de Deus; defendeu o regime democrático e o sufrágio universal; buscou a melhor proposta de governo como orientação do voto consciente.³⁸⁰

A Igreja Luterana nas eleições presidências de 1989 e nas eleições de 1992, mais uma vez, priorizou a ética, se opondo à corrupção, à fome, ao crime, a violência e ao fisiologismo evangélico, que tanto envergonhou e maculou a história da igreja evangélica no início da redemocratização do Brasil. Assim, impõe, sobre seus membros, o dever ético do voto consciente privilegiando candidatos com integridade moral e competências administrativas. Também orienta sobre o repúdio à compra e barganhas de votos, bem como, a necessidade de uma moralização na política. Finalmente, eles enxergaram que a política é uma “exigência de Deus e uma maneira de render-lhe culto”.³⁸¹

2.2.3 Os Batistas

A análise proposta se resumirá à fonte do *O Jornal Batista*, Órgão Oficial da Convenção Batista Brasileira (CBB), de circulação nacional em todo território, nos anos de 1988 e 1989. Em duas frentes eram discutidos temas sobre a política nacional: no espaço editorial do jornal e nos estudos doutrinários. Nesse período, quatro temas se destacaram em especial: Os Evangélicos e a República, A liberdade religiosa e a futura Constituição (Acompanhando as votações da Constituinte), Os cristãos e as Eleições, Por que não sou comunista. Analisaremos cada das frentes em discussão.

Os editoriais eram escritos por Nilson Dimarzio,³⁸² pastor e editor de *O Jornal Batista* entre os anos de 1988 e 1995. No ano das eleições presidenciais

³⁸⁰ DOC – Carta Pastoral da Presidência da Igreja Luterana - **Eleições 1989**.

³⁸¹ DOC – Carta Pastoral da Presidência da Igreja Luterana - **Eleições 1992**.

³⁸² Pastor Nilson Dimarzio exerceu grande influência na denominação Batista em todas as regiões por onde passou, como presidente de várias Associações Regionais e de Convenção Estadual, de várias Juntas Estaduais e da CBB (como as antigas JURATEL e JUERP). Foi presidente da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil - Seção do Rio de Janeiro, em dois mandatos. Durante sete anos foi o editor de **O Jornal Batista**, entre os anos de 1988 e 1995. Disponível em: <http://www.convencaobatista.com.br/> - Acesso em: 26 de abril de 2022.

(1989), três editoriais foram produzidos próximos do pleito eleitoral: “Em quem votar?” (01/10/89), “Campanha de Moralização” (0/11/89) e “Às vésperas da eleição” (12/11/89), com a finalidade de levar a Igreja Batista a pensar sobre quem seria o candidato digno de receber o voto cristão e como “proceder o eleitor crente, membro de uma igreja de Jesus Cristo, cidadão brasileiro, mas também comprometido com o reino dos céus”.³⁸³ Como a disputa presidencial de 1989 ficou polarizada entre Collor e Lula, a Igreja Batista, de forma indireta sem citar nomes, fez campanha antipetista associando o comunismo e o ateísmo ao candidato de esquerda.

Nesta fase de reflexão e análise da campanha eleitoral, há que se atentar para a ideologia dos candidatos, para não se cair no erro de dar o voto alguém que, uma vez eleito, poderá se tornar um instrumento de perseguição e intolerância em relação aos cristãos de modo geral, desde que defenda os postulados de um partido de esquerda... Como é, de todos sabido, há poucos dias um candidato comunista conversor publicamente o seu ateísmo. Qual candidato foi sincero e coerente com a ideologia do seu partido. Comunismo nega a existência de Deus. E vai além. Persegue as religiões e os religiosos de modo geral. Em que pese o valor da Perestroika, ainda padres, pastores, rabinos e outros religiosos sendo presos, torturados e mortos nas prisões comunistas. Portanto, votar em comunista, nem pensar!³⁸⁴

A exortação à análise mais acurada que os cristãos deveriam fazer era para que não houvesse grandes surpresas no final do pleito eleitoral dando a vitória para a esquerda comunista. Ainda no editorial do dia primeiro de outubro, mais enfático foi na sua radicalização, quando definiu a ótica cristã evangélica para o voto ideal, associando ao candidato que fosse um cristão autêntico, ou seja, um irmão em Cristo, que não se dobrasse a outras religiões, não tivesse parte com os idólatras³⁸⁵, e, principalmente, que não se associassem com aqueles de matriz afrodescendente, que fossem dos orixás.

Assim, apresenta-se como imperativa a necessidade de se conhecer os candidatos, sua vida pregressa e suas ideias. Compará-los. E escolher aquele que, A nossa ótica evangélica, os pares reúne condições de reconduzir o país ao caminho do desenvolvimento em todos os sentidos. Essa linha de pensamento, o ideal seria poder votar no candidato que, além das qualidades retromencionados, fosse um cristão autêntico, um irmão em Cristo, que não se dobrasse diante de

³⁸³ **O Jornal Batista**. 01/10/1989. p. 3

³⁸⁴ Ibid. p. 3. Também no outro edital do dia 12/11 é enfatizado a ideia anticomunista em relação as eleições presidenciais.

³⁸⁵ Particularmente creio que esteja se referindo aos católicos, uma vez que a igreja batista, historicamente, sempre a considerou inimiga.

Baal e não fizesse couro com os idólatras, com adeptos dos orixás, além de outras atitudes destocantes com evangelho.³⁸⁶

Segundo Nilson Dimarzio, o crente evangélico só deveria dar seu voto a alguém que reunisse as qualidades indispensáveis ao bom desempenho do mandato.³⁸⁷ Esse candidato não poderia ter promessas eleitoreiras nem demagógicas, não poderia visar o interesse próprio (pessoal) e nem beneficiar os amigos. Deveria ter qualidades morais, intelectuais e experiência política, além de lutar para melhorar a vida dos brasileiros, combater a inflação, o desemprego e a miséria. Mas que, acima de tudo, defendesse os direitos humanos e a liberdade religiosa e de culto.³⁸⁸ Assim foi orientada a igreja evangélica da Convenção Batista Brasileira (CBB) a escolher seu candidato a presidente da República em 1989.

A partir do editorial, em se tratando de notícias e estudos direcionados ao público crente batista, acerca das eleições presidenciais do dia 15 de novembro daquele ano, a página de capa de *O Jornal Batista*, do dia 02 de julho de 1989, apresenta uma exortação aos crentes sobre em quem votar com o seguinte anúncio: “Todo cuidado é pouco”, deixando claro em quem não votar. Diz o texto de Nazareno Cerqueira, pastor da Primeira Igreja Batista de Maceió/AL:

Diante do momento, aqui vai uma palavra pessoal. Se alguém me perguntasse, hoje, a respeito de meu candidato, eu não teria resposta positiva. Sim, não sei em quem votar. Não vi um sequer que inspirasse confiança. Mas já sei em quem não votar! Não votarei em candidatos da linha esquerda radical, comunistas, nem comprometidos com a corrupção, nem de passado comprometedor.³⁸⁹

Vale salientar a postura antiesquerdista e anticomunista³⁹⁰ com a tendência mais à direita, claramente defendida nas páginas do jornal, como posição pastoral. E novamente, a Igreja Batista, através de seus representantes legais, confirmou o que foi dito antes nos editoriais do jornal: o candidato ideal seria um crente, ou, como identificaram, um “homem de Deus”. “Um dia, quem sabe, teremos um homem de Deus dirigindo este país, com justiça, para que o

³⁸⁶ *O Jornal Batista*. 01/10/1989. p. 3

³⁸⁷ *Ibid.* p.3

³⁸⁸ *O Jornal Batista*. 12/11/1989. p. 3

³⁸⁹ *O Jornal Batista*. Nº 27 - 02 de julho de 1989. p. 1

³⁹⁰ Salientando que na edição do dia 26 de novembro de 1989, o Pastor Lourino Jesus de Albuquerque, da Igreja em Amambaí (MS) escreve sobre “Porque não sou comunista”.

nosso povo tenha uma vida quieta e sossegada. Por enquanto, todo cuidado é pouco!”³⁹¹

Nessa mesma edição do jornal, é noticiado que a Faculdade de Teologia Batista promoveu uma semana de estudos sobre política entre o dia 08 e 12 de maio de 1989. A orientação do encontro foi para que os pastores guiassem seus membros sobre as eleições presidenciais. Houve uma clara consciência de que a igreja é absolutamente alienada sobre a questão política. O Pastor e Reitor da Faculdade Teológica Batista de Brasília (DF) afirmou: “Tem havido muita alienação em nosso meio. Uma causa justa (a supremacia do Reino de Deus sobre o reino terrestre) tem produzido uma situação iníqua: o alheamento da vida real”³⁹³

No encontro, a despeito da alienação da membresia e do desinteresse pelo tema político, as lideranças fizeram um esforço para orientar seus membros, convidando alguns nomes importantes para discutirem o assunto – o Ministro Aldo Fagundes, do Supremo Tribunal Militar (membro da Igreja Metodista), para falar sobre “O cristão e a Política”; o Pastor Batista Júlio Borges de Macedo Filho para falar sobre “A Igreja e a Política”; o Professor Rubem Amorese, Assessor do Congresso Nacional, para falar sobre “Ester – Um Modelo para os Cristãos”; e, finalmente, o Pastor Batista Éber Vasconcelos para falar sobre os “Critérios para a escolha de Candidatos”.

O *Jornal Batista* de 8, 15, 22 e 29 do mês de outubro de 1989³⁹⁵ seguiu com os estudos sobre “Os Cristãos e as Eleições”, sendo a temática de caráter para a votação da eleição presidencial. O estudo do pastor Carlos César Novaes, da Primeira Igreja Batista em Inhaúma- RJ, apresentou várias considerações sobre o voto cristão, das quais destacou as seguintes: o voto do cristão deveria refletir a seriedade do ato de votar; deveria ser um voto consciente; precisariam refletir claramente sua melhor opção; não poderiam ser influenciados pelas pesquisas de opinião, divulgadas através dos meios de comunicação; e, por fim, deveria favorecer o candidato que possuía as qualificações essenciais e indispensáveis de um líder.³⁹⁶

³⁹¹ Salientando que na edição do dia 26 de novembro de 1989, o Pastor Lourino Jesus de Albuquerque, da Igreja em Amambaí (MS) escreve sobre “Porque não sou comunista”.

³⁹³ Ibid. p. 11

³⁹⁵ Na ordem das datas, **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, números 41, 42, 43, 44 e 45.

³⁹⁶ Ibid.

Num outro momento, o pastor Carlos Novaes mostra as qualidades indispensáveis do candidato em relação à questão moral:

O candidato sem os subsídios fundamentais da moralidade é um político que não terá nenhuma vergonha de fraudar documentos, beneficiar somente os parentes na distribuição dos cargos políticos, omitir-se diante dos abusos administrativos aceitando subornos e propinas, negociar sua participação nos lucros de negócios ilegais, provocar os caos econômico para obter vantagens pessoais, unir-se as oligarquias que exploram os mais necessitados, monopolizar os poderosos para não perder a posição conquistada e comprar os meios de comunicação para divulgar falsas notícias acerca da sua atuação. A visão que o candidato cultivava a respeito da honestidade, da integridade, da justiça, dos direitos e dos deveres tornou-se um elemento utilíssimo para definição da nossa escolha.³⁹⁷

E continua sua orientação mostrando as qualidades do candidato em relação à família e à vida religiosa:

Alguém que não consegue liderar a sua própria casa não tem condições de liderar um país, um estado ou município. Nem mesmo uma vila. Quando determinado candidato se declara ateu costumamos fugir dele. Mas não apenas adianta fugir nos ateus teóricos. É preciso fugir, também, dos ateus práticos: aqueles que dizem crer na existência de Deus e na verdade vivem como se Deus não existisse.³⁹⁸

Para os batistas, o candidato político deveria ser uma pessoa que se enquadrasse dentro da ética cristã. O pastor do Rio de Janeiro Sebastião Peixoto da Silva afirmou, após orações, que: “não será eleito meu candidato, mas o candidato escolhido por Deus”.³⁹⁹

Claramente se percebe um destoamento entre o que se dizia e o que era ensinado nos púlpitos das igrejas com a prática política de muitos candidatos e parlamentares evangélicos. A convivência com a corrupção, outrora estimulada pela impunidade, agredia diretamente os princípios, a dignidade, a compostura e a moral cristã.

No ano anterior de 1988, já identificado esse mal, pela igreja, na política nacional e nos meios evangélicos, para ser combatido, a Convenção Batista Brasileira, lançou o Movimento Político de Inspiração Cristã no dia 1º de agosto.⁴⁰⁰ O Movimento da Igreja Batista teve a motivação eleitoral culminando

³⁹⁷ **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, nº 45. 5 de novembro de 1989. p.1

³⁹⁸ *Ibid.* p.1

³⁹⁹ **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, nº 45. 5 de novembro de 1989. p.3

⁴⁰⁰ **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1988. p.4

no lançamento do seu próprio candidato a deputado federal, pelo Rio de Janeiro, para a disputa de 1990 – o Pastor José Carlos de Medeiros Torres.⁴⁰¹ Ainda naquele ano, a igreja também acompanhou as votações da Constituinte divulgando suas ações e tecendo comentários sobre os mais variados temas, trouxe luz e conhecimento político ao povo cristão, em vários artigos que foram publicados no jornal Batista.⁴⁰²

2.2.4 Os Assembleianos

A Igreja Assembleia de Deus chegou no Brasil por volta de 1911. Ela se firmou no Nordeste e depois foi lentamente para o Sul do país. Chegou em São Paulo em 1927. A denominação cresceu, principalmente, nas capitais entre pessoas de baixa renda. Tendo teologia conversionista⁴⁰³ logo ganhou o interior e a simpatia das pessoas por causa de sua espiritualidade conservadora de ética e moral exigentes e a mística do pentecostalismo clássico, ou seja, dos dons espirituais, fundamentalmente, da glossolalia que representa o dom de falar línguas estranhas e desconhecidas.⁴⁰⁴

O que significa “moral” para um grupo religioso impor sobre a nação seu moralismo, ao ponto de, enquanto igreja que se identifica cristã, defender a censura e o uso da força para impor sua vontade? Essa foi a postura da Igreja Assembleia de Deus no período da ditadura militar. Pastores deram a Bíblia ao presidente Figueiredo enquanto defendiam e estimulavam a censura e o uso da força para estabelecer o moralismo religioso. Incoerentemente, em nome da “democracia”, dos bons costumes e da decência, enviaram uma carta ao presidente militar, datada de 16 de março de 1982, com a seguinte redação:

Com o devido respeito, venho a sua presença para lhe dizer que me agradou, grandemente, interesse pelo problema da degradação moral no país. Abusos como tais, o que são abusos de liberdade, são ofensas à integridade moral da pátria, àqueles que dirigem a nação; a democracia, aos bons costumes e a tudo que se diz instituição que prima pela decência e pela preservação de todos os atributos que

⁴⁰¹ **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1988. p.10

⁴⁰² **O Jornal Batista**. 10/07/1988, 28/08/1988, 24/09/1988, 02/10/1988 e 16/10/1988.

⁴⁰³ As pessoas se convertiam através do apelo nos púlpitos das igrejas.

⁴⁰⁴ MENDONÇA, Antônio e VELASQUES, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990. p. 50

edificam o homem e sua alma. O senhor certamente sabe que um país de moral, e costumes elevados, é um país que se preocupa com o seu futuro, sua segurança interna e externa, uma boa formação, sua educação, sua prosperidade seu bom exemplo entre outros povos. Este mal pode, ainda, ser cortado pela raiz, a tempo, senhor quiser. Que sejam aplicados todos os dispositivos legais em vigor, a lei da censura e o código penal; até com força se for preciso. Bons brasileiros que o cercam, de perto e de longe, aonde ajudá-lo na sua árdua tarefa de promover a louvável limpeza que se faz urgente e inadiável.⁴⁰⁵

A igreja Assembleia de Deus, juntamente com outras igrejas evangélicas, tiveram acesso a ditadura militar. Segundo o jornal *Mensageiro da paz*, naquele ano de 1982, os evangélicos se encontraram com o presidente Figueiredo no dia 15 de abril, em Niterói/RJ, e, no dia 19 de abril em Brasília com o propósito de fazer orações pelo presidente e por sua administração frente ao governo brasileiro.⁴⁰⁶

A partir do jornal *Mensageiro da Paz*, da Igreja Assembleia de Deus, passaremos a analisar como a igreja se comportou diante dos governos da ditadura militar e do período da redemocratização. A princípio, vimos acima, atitudes, em nome da religião, que deixam questões sobre um possível alinhamento com a ditadura militar. Como se comportou essa igreja evangélica na década de 1980, marcada pela transição de um regime autoritário para outro democrático?

Ao longo da década, de 1981 a 1990, o Jornal Mensageiro da Paz, publicou, entre editoriais, notícias e artigos, cerca de 27 publicações referentes a política.⁴⁰⁷ Vale salientar que o Jornal no início da década chegou à tiragem de

⁴⁰⁵ *Mensageiro da Paz*. nº 1143. julho de 1988. p.4

⁴⁰⁶ *Ibid.* p. 4

⁴⁰⁷ *Mensageiro da Paz*: novembro de 1981 – Realidade democrática; julho de 1982 – Pastores dão a Bíblia ao presidente Figueiredo/ Uma carta ao Presidente; fevereiro de 1985 – Tancredo Neves, o mais novo sócio da ADHONEP/ maio de 1985 – Os nossos representante na Constituinte / junho de 198 – A morte de Tancredo neves/ outubro de 1985 – O que é a Constituinte?; fevereiro de 1986 – Evangélicos encaminham documento a Sarney/ abril de 1986 – Os evangélicos e as novas medidas econômicas/ julho de 1986 – No país do Cruzado, surge uma esperança: Deus seja louvado/ Cristianismo e Comunismo podem caminhar juntos?/ setembro de 1986 – O que os evangélicos pensam sobre a Constituinte?/ outubro de 1986 – Como será a nova Constituição?/ novembro de 1986 – Constituinte e oração; janeiro de 1987 – Astros confundem políticos brasileiros/ Assembleia de deus elegem 13 Deputados Federais/ junho de 1987 – Quem pode salvar o Brasil?/ Ação Social é também papel do crente?/ julho de 1987 – Direitos e Garantias individuais/ setembro de 1987 – O perfil dos evangélicos na Constituinte/ novembro de 1987 – Constituição nasce sob a proteção de Deus/ dezembro de 1987 – Bíblia introduzida no Legislativo Fluminense; fevereiro de 1988 – Na reta final da Constituinte/ junho de 1988 – Qual a solução para o Brasil/ setembro de 1988 – A responsabilidade de uma missão integral/ outubro de 1988 – Líderes declaram apoio aos

90.330 exemplares para serem destinadas a 60 igrejas principais em todo território nacional.⁴⁰⁸ Em 1986, o jornal teve uma tiragem de 230 mil exemplares para um milhão de leitores.⁴⁰⁹ Isso significava que muitas decisões das lideranças eram comunicadas através do jornal ao longo do ano, bem como, suas atividades oficiais eclesiais e de suas lideranças junto as instituições republicanas e as autoridades políticas.⁴¹⁰

Destaco, nesse contexto, o encontro que representantes da Igreja tiveram no dia 20 de dezembro de 1984 com o parlamentar Tancredo Neves, passando na ocasião às suas mãos um documento com três reivindicações que consideravam importantes. São elas: a) estreitar as relações do Brasil com Israel; b) retirar da moeda os símbolos utilizados em cultos ao afro-brasileiros; c) criar o Dia Nacional de Jejum e Oração.⁴¹¹

Essa postura de aproximação com o poder político visa o interesse exclusivo religioso evangélico em detrimento do Estado laico que a todos recebe. A sugestão repressiva aos símbolos religiosos da cultura afro-brasileira e a sugestão ao dia nacional de jejum e oração evangélicos demonstraram a intenção por trás da ação, indicando quem deveria prevalecer no Estado brasileiro e quem deveria ser excluído.

A convocação para uma Assembleia Nacional Constituinte, segundo Nemuel Kessler,⁴¹² é ponto pacífico para consolidação da Nova República,⁴¹³ e, também, pacífico para a Assembleia de Deus se envolver na política. As pretensões políticas da igreja, acima indicadas, chegavam à ousada marca de colocar um representante de cada Estado, “mais de 20 nomes ligados à vida das Assembleias de Deus”⁴¹⁴, para o parlamento que seria eleito em 1986. Esse seria o início de uma “guerra santa”, amplamente discutido pelas igrejas evangélicas,

Parlamentares Evangélicos/ a esperança de um novo início/ novembro de 1988 – A Constituição sem reforma/ Os jovens evangélicos e as eleições presidenciais/ dezembro de 1988 – Evangélicos invocam a proteção de Deus para uma nova Constituição; julho de 1989 – Assembleia de Deus e opção política; janeiro de 1990 – O Brasil está enfermo/ novembro de 1990 – Púlpito versus Tribuna.

⁴⁰⁸ *Mensagem da Paz*. Nº 1135, novembro de 1981. p.1

⁴⁰⁹ *Mensagem da Paz*. Nº 1191, julho de 1986. p. 4

⁴¹⁰ *Mensagem da Paz*. Nº 1135, novembro de 1981. p. 1

⁴¹¹ *Mensagem da paz*. Nº 1174, fevereiro de 1985. p.5

⁴¹² Pastor escritor dos editoriais do jornal *Mensagem da Paz*.

⁴¹³ *Mensagem da paz*. Nº 1177, maio de 1985. p. 2

⁴¹⁴ *Mensagem da paz*. Nº 1177, maio de 1985. p. 1

contra o espiritismo, o catolicismo e as religiões afro-brasileiras, vistas pelos evangélicos como malditos.

O assunto interessa de peças evangélicas e foi amplamente discutido em Brasília no encontro de líderes das assembleias de deus procurando se estabelecer o posicionamento da igreja em face da questão além de ter sido verificada a possibilidade de elegermos os nossos próprios representantes. O problema precisa ser tratado com muita seriedade, pois, além do exposto verifica-se nos mais altos escalões a presença de homens públicos e influenciados pelo espiritismo e cujo comportamento por razões óbvias vai beneficiar sua própria causa. E o que dizer das bençãos papais para o Brasil ao longo dos anos que só trouxeram na audição? Segundo o pastor Lauro de Barros Campos o Papa João Paulo segundo esteve no Brasil a Fabi e simpático beijo no nosso solo conseguir um feriado para quadrilha e nos deu a benção então começaram nossas desgraças.⁴¹⁵

Portanto, para tal realização, segundo o Deputado Federal José Fernandes, membro da Assembleia de Deus de Manaus/AM, seria essencial a participação dos evangélicos na Constituinte, com sua influência cristã, na formação da nova carta constitucional.

Concluindo, devemos pensar – a despeito da limitada participação que os evangélicos deram, no passado, ao poder constituinte e as suas ações legislativas, em geral – o que é de fundamental importância comparecer nos com nossas ideias cristãs, através de legítimos representantes da fé que professamos, aos trabalhos de elaboração da nova carta constitucional do Brasil pela assembleia nacional constituinte, que irá se reunir a partir do fim do ano de 1987.⁴¹⁶

Em 1985, ano dos debates evangélicos sobre a Constituinte, da morte de Tancredo Neves e do seu sucessor, José Sarney, assumir o poder, verificamos os primeiros indícios dessa guerra santa travada pelos evangélicos e o questionamento sobre o que se esperar do novo presidente.

Para os evangélicos, a guerra santa é travada em relação a “unidade religiosa e dos credos” em torno das preces feitas para a recuperação do então presidente eleito moribundo. A crítica vem em tom evangélico:

Durante mais de um mês brasileiros de todos os créditos roubaram a sua maneira pela recuperação de Tancredo. Nunca, Brasil, tantas preces foram feitas em tão pouco tempo. Mas o que parecia ser uma demonstração de religiosidade, patenteou ante os nossos olhos as reais condições espirituais da nossa gente. As calçadas em frente ao

⁴¹⁵ *Mensageiro da paz*. Nº 1177, maio de 1985. p. 2

⁴¹⁶ *Mensageiro da paz*. Nº 1182, outubro de 1985. p. 10

Instituto do coração constituíram-se um retrato fiel do sincretismo absurdo que ainda impregna A grande maioria do povo, cujas preces eram dirigidas, indistintamente, aos santos católicos e orixás africanos, a menina ilusão de que todas as religiões conduzem o homem a Deus.⁴¹⁷

José Sarney assumiu a presidência sem nenhum trauma institucional, mas asseverado pela necessidade de traçar um novo programa político-econômico para o país. Com a mudança presidencial, os evangélicos mantiveram o documento anterior passado a Tancredo para responsabilidade de Sarney.⁴¹⁸ Posteriormente, no dia 3 de dezembro de 1985, os evangélicos⁴¹⁹ encaminharam um novo documento ao presidente da República, com a exortação de “que os brasileiros esqueçam os ídolos e os demônios e reconheçam que só o Senhor (Jesus) é Deus” e veja a opinião dos evangélicos sobre os mais importantes temas debatidos no país.⁴²⁰ Essa foi a recomendação das lideranças evangélicas para as igrejas.

Esse documento pretende nortear a vida da igreja e da nação no quesito social-político, tendo sua síntese no texto bíblico de I Timóteo 2:1-3, que pede para os crentes orarem pelos representantes políticos, a fim de lhes assegurar uma vida tranquila e mansa, com toda piedade e respeito. Também confirma que o poder é constituído por Deus, portanto, o presidente deve se submeter à soberania divina. Assim, o texto destaca 7 preocupações discutidas pelos evangélicos: 1) liberdade religiosa; 2) preservação da autonomia Igreja/Estado; 3) autoridade moral e ética em todos os níveis da vida nacional; 4) liberdade com responsabilidade, não a confundindo com licenciosidade; 5) equilíbrio econômico-social, na busca da justiça social; 6) combater a corrupção em todos os níveis; 7) combater o uso indevido dos meios de comunicação, muitas vezes abusivos em relação a lei e aos valores morais.⁴²¹

⁴¹⁷ **Mensagem da Paz.** Nº 1178, junho de 1985. p. 10

⁴¹⁸ **Mensagem da Paz.** Nº 1178, junho de 1985. p. 10

⁴¹⁹ **Mensagem da Paz.** Nº 1186. fevereiro de 1986. p. 12 - Assinaram o documento representantes das mais variadas denominações tradicionais e pentecostais: Assembleia de Deus, Igreja Batista, Igreja Metodista, Igreja do Exército da Salvação, Igreja Presbiteriana Fundamentalista, Igreja O Brasil Para Cristo, Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil, Igreja Presbiteriana Independente, Movimento de Liderança Cristã, Convenção Batista Fluminense, Igreja Congregacional, Igreja Presbiteriana do Brasil, Igreja Presbiteriana Independente de Brasília.

⁴²⁰ **Mensagem da Paz.** Nº1186, fevereiro de 1986. p. 11

⁴²¹ **Mensagem da Paz.** Nº1186, fevereiro de 1986. p. 12

Por causa de seu contingente elevado de membros e parlamentares eleitos, a Igreja Assembleia de Deus exerceu significativa influência sobre a política brasileira nesse período de redemocratização. Desta forma, as medidas econômicas implantadas pelo governo Sarney receberam integral apoio da Igreja.⁴²² Considerando uma “cruzada de fé” do presidente, declarou total apoio aos seus atos. Em matéria de julho de 1986, abraçou a mudança da moeda como se fosse uma cruzada religiosa cristã contra as religiões de matriz africana, já que no antigo cruzeiro existia um símbolo umbandista, considerado pelos evangélicos, diabólico.

Durante o último governo do regime passado, começaram a ser cunhadas moedas com símbolos umbandistas. O que pretendiam os responsáveis por essa decisão? Agradar os seguidores das religiões afro-brasileiras? Pedir ajuda dos guias e orixás para solucionar os nossos graves problemas? Com essa atitude, só conseguia agravá-los. Milhões de imagens demoníacas foram espalhados por todo o Brasil, disseminando superstições, mentiras e desafios a Deus.⁴²³

Essa atitude de Sarney respondia à solicitação feita anteriormente a Tancredo, algo que parecia impossível se concretizar, agora cunhada na nova moeda – Cruzado, como solução dos problemas da economia nacional, recebida pela igreja com louvores e orações.

O senhor há de abençoar de ministração de Sarney se ele permanecer fiel. Presidente tem demonstrado o temor a Deus, sabedoria equilíbrio administrativo. Mordomo do altíssimo, a sua obrigação é, justamente, promover o bem comum. Toda autoridade procede e depende do Senhor! Por que, então, dar honra ao demônio? Com a circulação do cruzado todos conscientizar-se-ão: “Há um Deus no céu”. Do Cruzeiro, restarão apenas cinzas, restos do despacho em uma encruzilhada de frustração e perplexidade!⁴²⁴

Para a igreja evangélica, uma atitude que significa mudanças de prosperidade para o país, pois os “grotescos e diabólicos totens das religiões afro-brasileiras serão substituídos por uma declaração de fé no Todo-Poderoso: ‘Deus seja louvado’”.⁴²⁵

⁴²² *Mensageiro da Paz*. Nº1188, abril de 1986. p. 2

⁴²³ *Mensageiro da Paz*. Nº1191, julho de 1986. p. 8

⁴²⁴ *Mensageiro da Paz*. Nº1191, julho de 1986. p. 8

⁴²⁵ *Ibid.* p. 8

2.2.5 Os Presbiterianos

Os presbiterianos são uns dos principais seguidores do calvinismo inglês e da Confissão de Westminster (1646). Essa igreja protestante começou no Brasil em 1861, na cidade do Rio de Janeiro/RJ através da pregação de Ashbel Green Simonton.⁴²⁶ A fundação do presbitério do Rio de Janeiro com as igrejas do Rio de Janeiro, São Paulo e Brotas ocorreu entre 15 e 16 de dezembro de 1865. Todavia, só teve aprovação de propriedade em nome da igreja em 15 de julho de 1871.⁴²⁷ O império brasileiro começava a abrir as portas para outras religiões não católicas que, por sua vez, nutriam aversão a tudo que fosse de origem católica, a começar pelo próprio uso do crucifixo.⁴²⁸ Em 1888, foi criado no país o Sínodo da Igreja Presbiteriana no Brasil, unificando as igrejas do Rio de Janeiro, de Campinas, do Oeste de Minas e de Pernambuco.

Na década de 1980, o presbiterianismo no Brasil já identificava inúmeros seguimentos: Igreja Presbiteriana Fundamentalista, Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil, Igreja Presbiteriana Independente, Igreja Presbiteriana do Brasil, Igreja Presbiteriana Independente de Brasília, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil. Tais igrejas assinaram o documento de 3 de dezembro de 1985, que foi entregue ao presidente José Sarney, anteriormente citado.⁴²⁹

Essas igrejas seguem a Confissão de Westminster e sobre ele tem o direcionamento básico da sua postura política. No Capítulo XXIII da Confissão – Do Magistrado Civil, se diz:

I) Deus, o Senhor Supremo e Rei de todo mundo, para sua própria glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis, a ele sujeitos, e para este fim, os armou com poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores; II) Aos cristãos é lícito aceitar ou exercer o ofício de magistrado sendo para ele chamados; em sua administração, como deve especialmente manter a piedade, a justiça e a paz, segundo as leis salutareis de cada Estado, eles, sob a dispensação do Novo Testamento, e para esse fim, podem licitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias; III) Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da Palavra e dos Sacramentos ou poder das chaves do Reino dos céus, nem de modo algum interferir em matéria de fé [...]; IV) É dever do povo orar pelos magistrados, honra a pessoa deles, pagar tributos e

⁴²⁶ REILY, Duncan Alexander. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1993. p. 118

⁴²⁷ Ibid. p. 120

⁴²⁸ Id. p. 124

⁴²⁹ **Mensageiro da Paz**. Nº 1186. fevereiro de 1986. p. 12

outros impostos, obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se a sua autoridade, e tudo isso por dever de consciência [...].⁴³⁰

Segundo o editor, Claudio Antônio Batista Marra, falando do valor da Confissão publicada em 2001, para a Igreja Presbiteriana que é confessional, a aceitação da Confissão é a defesa de seus símbolos de fé com a intenção de propagação da melhor sistematização da teologia para os tempos atuais.⁴³¹ A sua contribuição é de notória importância para o direcionamento desses novos seguimentos, que vão surgindo ao longo da história presbiteriana, mantendo assim o “embasamento na Palavra de Deus, na regra única e infalível de fé e prática” de origem Reformada.⁴³²

A Igreja Presbiteriana Independente (IPI), apresentou no seu jornal *O Estandarte*, de janeiro de 1986, a diferença entre ser conservador e liberal. Segundo a diaconisa Ercilia Pollice, o conservador é de direita, mantém os valores da ordem, da autoridade, da coesão social. Ele tem medo do novo, buscando o tradicional e os princípios e valores antigos. Já o liberal é considerado indivíduo de esquerda, que admite as mudanças e transformações sociais, luta pela igualdade, faz reivindicações sociais, lutas pelos Direitos Humanos e por maior distribuição de renda. Ele se apresenta como ativista ou não, mas sempre vibra o que desestabiliza a ordem existente.⁴³³ Por fim, a matéria conclui que, para o cristão, pouco importa ser de direita ou de esquerda, porque a virtude sempre estará no equilíbrio entre os dois polos.

A falta de definição política entre esquerda e direita da Igreja é quebrada na publicação de novembro de 1986 quando discute sobre “As eleições de 15 de novembro”.⁴³⁴ Mas começa o assunto afirmando que, entre eles, há muitas igrejas que o Conselho Administrativo Deliberativo já fechou a questão “não permitindo fala em política” na igreja. Outros, no entanto, tentam conscientizar seus membros sobre seus deveres de cidadão. De forma simples e direta, orienta:

Esperamos apenas que os nossos leitores se comprometem os seus deveres de cidadãos e se interessam pelos destinos do nosso país. Somos cidadãos do Reino de Deus, mas não deixamos de ser

⁴³⁰ **A Confissão de Westminster**. 17ª edição. São Paulo: Cultura Cristã, 2001. p. 185

⁴³¹ *Ibid.* p. 5

⁴³² *Id.* p. 6

⁴³³ **O ESTANDARTE**, janeiro de 1986. p. 19

⁴³⁴ **O ESTANDARTE**, novembro de 1986. p. 7

cidadãos do mundo. Tanto a cidadania espiritual como a civil, serão devidamente cumpridas se atribuirmos a Deus o que Lhe é devido. A lição de Cristo permanece nos nossos dias: "...dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus".⁴³⁵

A exortação da igreja é para que em tudo os membros obedeçam a Deus e não aos homens. "Não poderá haver domínio das conveniências, interesses particulares ou outros que não aqueles de quê: 'devemos antes obedecer a Deus do que aos homens'". Tal postura religiosa se identifica com o isolacionismo social "essênio" que considera tudo associado ao mundo de imundo. Como disse Freston, "há uma ideologia anti-Estado em vários artigos do Brasil Presbiteriano"⁴³⁶, mas, também, dos escritos das Igrejas Presbiterianas.

Vale destacar que tais orientações se estendem para as igrejas como princípios invioláveis, por isso, ao candidato político cabe ser íntegro a Deus, fiel ao serviço político agindo com disposição, ânimo e inspiração em Deus. Tendo formação cultural e vocação para as funções pleiteadas, vendo tudo como dom de Deus. Por sua vez, sua pauta deve ser a de "combater os males sociais, como a prostituição, jogo, alcoolismo, drogas" e buscar o "maior amparo as crianças".⁴³⁷ Assim, a pauta moral tem prevalecido, em detrimento dos temas problemáticos, que atormentam o país como a pauta econômica.

A IPI também enviou aos parlamentares eleitos de 1986, através do seu presbitério na liderança do pastor presidente, reverendo Odilon de Carvalho, no dia 8 de janeiro de 1987, uma carta para felicitá-los por tão grande tarefa, elaborar a nova Constituição e, também, no sentido de se acharem dignos dessa vocação.⁴³⁸ Um mês antes, na edição de janeiro, o colaborador de *O Estandarte*, Paulo Rodrigues da Costas, escreveu o artigo "A Política e os Evangélicos", lamentando o fato de terem sido poucos os evangélicos eleitos, "já que somos uma plêiade de evangélicos espalhados por esse país populoso".⁴³⁹ Para ele, o campo político é um lugar de evangelização e testemunho cristão para levar as pessoas a se amoldarem aos preceitos religiosos.

⁴³⁵ Ibid.

⁴³⁶ FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993, p. 254

⁴³⁷ Id.

⁴³⁸ **O ESTANDARTE**, fevereiro de 1987. p. 12

⁴³⁹ **O ESTANDARTE**, janeiro de 1987.p. 23

A caridade cristã deve imperar. E para isso precisamos de coordenação como crentes políticos, procurando fazer com que as consciências humanas se amoldem aos preceitos religiosos. Para tanto, é preciso lá fora, nos setores políticos, ter nossos representantes. Não um ou dois, mas vários, espalhados por todos os Estados brasileiros, somente assim poderemos realizar a verdadeira missão, que Cristo iniciou no passado pregar o evangelho a todas as criaturas. [...]Não nos afastemos, furtivamente dessa missão, pois então estaremos deixando de pregar o evangelho, aqui também os apóstolo levavam aos povos do passados baseados nos ditames de Jesus Cristo.⁴⁴⁰

Para o presbiteriano, o crente poderia e deveria ser político para que o país soubesse que os crentes não se envergonhavam do Evangelho de Jesus Cristo. Assim, o campo político nacional ganhou um novo ator com novo discurso – a tentativa de espiritualização do ambiente parlamentar.

No ano das eleições presidenciais (1989), a Secretaria de Diaconia da IPI promoveu o III Encontro de Diaconal Política, no dia 13 de maio, para discutirem a situação do país. O que chamou a atenção do evento foi a ênfase no desejo de enterrar, definitivamente, os tempos em que se dizia que “crente não se mete em política ou que lugar de pastor é na igreja”.⁴⁴¹ Havia uma preocupação em promover na igreja um saber político aos membros que trouxesse luz sobre a realidade da prática da fé e da política no meio religioso.

Nosso povo precisa de esclarecimento e de informação e seria ótimo se as igrejas locais dessem sua contribuição, organizando eventos como esse, ao longo deste ano. Este é a sugestão da Secretaria de Diaconia.⁴⁴²

Finalmente, no editorial de agosto de 1989, “Ou votar por uma pátria livre, ou morrer pelo Brasil”, o jornal *O Estandarte* fez uma síntese da realidade política do país e da oposição religiosa dos crentes, apresentando as principais opiniões dos principais jornais e revistas evangélicas. Construiu uma crítica salutar ao momento vivido por todos, deixando subentendido a necessidade de todos os evangélicos participarem do sufrágio, sob o risco de se tornarem culpados pela manutenção do estado calamitoso que o Brasil passa.⁴⁴³

⁴⁴⁰ **O ESTANDARTE**, janeiro de 1987.p. 23

⁴⁴¹ **O ESTANDARTE**, junho de 1989.p. 7

⁴⁴² *Ibid.* p. 7

⁴⁴³ **O ESTANDARTE**, agosto de 1989.p. 2

A hora e a vez do voto chegaram, se ela for desperdiçada, a opressão do povo continuará e os evangélicos, com ovo também, amistoso que agora enfrentamos.⁴⁴⁴

Discutiremos essas críticas levantadas pelo jornal, de forma mais aprofunda, na conclusão desse trabalho.

⁴⁴⁴ Ibid. p.2

CAPÍTULO 3 - A ATUAÇÃO HISTÓRICA DA BANCADA EVANGÉLICA NO CAMPO POLÍTICO.

A Bancada Evangélica eleita em 1986 ocupou a tribuna da Câmara e do Senado, levou pautas religiosas, moralistas e éticas. Os discursos foram proferidos em nome do Deus cristão. Eles criaram leis, negociaram favores para a igreja, trocaram votos, ganharam recursos, fizeram crescer igrejas com suas influências parlamentares, conquistaram espaços de poder. Fizeram apologia e proselitismo em relação à sua fé, combateram o que consideravam inimigos políticos de esquerda e recriaram o comunismo. Defenderam a família identificada como tradicional e mantiveram seu conservadorismo intelectual, criaram inimigos religiosos como as religiões afro brasileiras e o catolicismo. Tornaram-se fortes ao ponto de barganharem concessões de rádio e TV, fizeram parte de composições de Comissões na Câmara e participaram diretamente da elaboração da Nova Constituição e, finalmente, apoiaram e derrubaram governos.

Passaremos a estudar a experiência histórica dos evangélicos políticos⁴⁴⁵ e dos políticos evangélicos no campo da política institucional. Analisaremos algumas dessas situações acima citadas, principalmente, as atividades parlamentares, seus mandatos, discursos e teses defendidas. Sua relação com as igrejas que representavam e os anseios diante das oportunidades de negociação com o poder.

Diante da complexidade que envolve uma atividade parlamentar – elaboração da Constituição, construção de Emendas Parlamentares, Projetos de Lei, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Leis de Conversão, Medidas Provisórias, Decretos Legislativos, Resoluções, deliberações na Câmara, debates, Comissões, Requerimentos, dentre outras atividades, buscaremos uma síntese daquilo que foi produzido nos mandatos evangélicos no período da redemocratização. Por sua vez, os parlamentares evangélicos não atuaram somente em relação ao tema e à área religiosa, mas transitaram nas questões administrativas, econômicas, sociais, político-institucionais, homenagens e tudo que possa introduzir na discussão a ética cristã evangélica.

⁴⁴⁵ Pastores que se tornaram parlamentares em especial.

Segundo Dermi Azevedo, do jornal *Folha de São Paulo*, a maioria dos deputados que formaram a bancada evangélica do mandato de 1987 a 1990 são conservadores⁴⁴⁶ e anticomunistas, compondo a base do bloco do Centrão.⁴⁴⁷

Assim, cada parlamentar atuou e desenvolveu sua intervenção e participação na política nacional nesse período inicial da nova República democrática do Brasil.⁴⁴⁸

As ações parlamentares por um lado favoreceram o discurso religioso, mas também contemplaram pautas seculares. No Congresso Nacional, a natureza econômica das decisões pendeu para a consolidação do capitalismo e o beneficiamento da elite ruralista do Brasil. Mas, ainda assim, a causa do trabalhador também avançou em algumas conquistas sociais.

A Constituição foi elaborada por uma variedade de representantes da sociedade, dentre eles os evangélicos que, dialogaram nas mais variadas áreas. Notadamente, interferiram diretamente nas Comissões da Família, Cultura Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Essa possibilidade se deveu à liberdade e à democracia ou, às negociações, que orientaram os trabalhos da Constituinte a partir das forças do capital, dos lobbies ou do trabalho do interesse das igrejas.

Passaremos, a seguir, a análise dos assuntos mais controversos da bancada evangélica e como ela interferiu no processo dentro do Parlamento.

3.1 A pauta evangélica no Congresso.

De maneira geral, foram oferecidas ao longo da Constituinte, numerosas emendas, cujos alguns assuntos foram destacados pelo *Jornal da Constituinte*, aqueles que receberam maior notoriedade: religião, idosos, educação, prisão, ensino, exportação, casamento, soberania, naturalização, elegibilidade, saúde, voto, comunicação, conglomerados, indenização, IPI, família, poupança, Estados, contribuição, defensoria e anistia.⁴⁸⁹ Destes, destaco os principais que estão, diretamente, ligados aos interesses das Igrejas evangélicas:

⁴⁴⁶ Salvo as exceções

⁴⁴⁷ Jornal *Folha de São Paulo*. 10 de julho de 1988. Política – 1º caderno – A, p. 11

⁴⁴⁸ Veja Apêndice com atuação do parlamentares evangélicos na política nacional na década de 1980.

⁴⁸⁹ *Jornal da Constituinte*. 1 a 7 de fevereiro de 1988. Nº 34. p. 15

Sobre a liberdade religiosa é assegurada sua prática sem a intervenção do Estado⁴⁹⁰:

Cada um tem liberdade para realizar os cultos da sua religião, expressando livremente sua feia divulgando suas doutrinas. Prevê ainda que a relação entre os praticantes de determinada religião, inclusive padres, pastores e similares e a direção da mesma forma a tutela jurisdicional do Estado, desde que não seja atos criminosos, assim considerados em lei. Ainda acrescenta a alínea qual artigo do substitutivo que regula a prática de atividades religiosas.⁴⁹¹

Sobre o casamento (matrimônio) é assegurado o processo de habilitação e celebração de ato religioso com efeito civil:

[...] O casamento civil, no seu processo de habilitação e celebração, será gratuito e o religioso terá efeito civil, e este poderá ser dissolvido desde que haja prévia separação judicial por mais de dois anos ou comprovada separação de fato há mais de 4 anos.⁴⁹²

Sobre a família, seu início é concretizado pelo casamento da união estável dos pais ou pela união por qualquer um dos pais ou responsável legal mais o filho, sob a obrigação da proteção do Estado:

A família constituída pelo casamento, união estável loucura cidade familiar, formada por qualquer um dos pais ou responsáveis legais e seus dependentes, conseguimos ou não, tem direito à proteção do estado e demais instituições. Altera redação do anteprojeto da subcomissão da família, do menor e do idoso, assegurando o direito à vida, a saúde e alimentação desde a concepção, desenho de o Estado prestar assistência aqueles cujos pais não tem condições de fazê-lo; obrigado poder público assegurar o acesso à educação, a informação e aos meios de métodos adequados ao planejamento familiar, respeitadas as convicções éticas e religiosas dos pais. Substitui a expressão "controle de natalidade" por "planejamento familiar".⁴⁹³

Toda negociação da construção da Carta Magna, segundo o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, visava o consenso: "Não é possível

⁴⁹⁰ O Estado é laico, assegurando a garantia de celebração de cultos nas mais variadas matizes religiosas. A Constituição Federal afirma no artigo 5º, inciso VI: "É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;" no artigo 19, inciso I: "É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público."

⁴⁹¹ **Jornal da Constituinte**. 1 a 7 de fevereiro de 1988. Nº 34. p. 15

⁴⁹² Ibid. p. 15

⁴⁹³ Id. p. 15

elaborar um texto constitucional sem que seja de forma consensual", dizia ele⁴⁹⁴. Portanto, para se chegar a tal maturidade, partidos e parlamentares, dialogaram e negociaram linha por linha as emendas para a aprovação do texto final. Por fim, alisaremos a seguir, três assuntos polêmicos para os evangélicos: a censura, o aborto e a homossexualidade.

3.1.1 A Censura.

“É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente da censura ou licença”.⁴⁹⁵ Como considerar polêmico esse decreto da liberdade? Como pensam os evangélicos e como se posicionaram em relação a liberdade e a censura na nova Constituição?

Parte da bancada evangélica, segundo o Jornal *O Estado de São Paulo*, votou, no projeto de Constituição, dividida sobre os assuntos polêmicos referentes à censura, ao divórcio e ao aborto. Seu argumento afirmava que a “censura moral e de bons costumes é essencial para manter a integridade familiar”.⁴⁹⁶ Por sua vez, a ala progressista evangélica constituída, especialmente, por Lysâneas Maciel (PDT-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ) votaram contra qualquer restrição à liberdade individual, embora, tenham considerações ética e morais em relação ao aborto e ao divórcio.⁴⁹⁷

Na terça-feira, dia 30 de agosto de 1988, no Congresso Nacional, foi aprovado, o dispositivo da Constituição que veda toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.⁴⁹⁸ Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, foram derrubadas as emendas dos deputados evangélicos Costa Ferreira (PFL-MA) e João de Deus (PTB-RS) que queriam manter a censura artística. Por 325 votos contra e 98 a favor das emendas dos evangélicos, o plenário do Congresso manteve a liberdade de expressão artística na Nova Carta Magna do país.⁴⁹⁹

Após a derrota dos evangélicos sobre a imposição da censura artística, o deputado evangélico, pastor João de Deus, considerou “loucura” o fim da censura no Brasil e continuou sua luta para conseguir 163 assinaturas para

⁴⁹⁴ *Jornal da Constituinte*. 1 a 7 de fevereiro de 1988. Nº 34. p. 3

⁴⁹⁵ Constituição Federal do Brasil. **Dos Direitos e Garantias Fundamentais** – Capítulo 1 – Dos direitos e deveres individuais e coletivos – IX. p.

⁴⁹⁶ Jornal *O Estado de São Paulo*. nº 34736, de 24 de maio de 1988. p. 6

⁴⁹⁷ Ibid

⁴⁹⁸ Jornal *Folha de São Paulo*. 31 de agosto de 1988. Política – A. p. 8

⁴⁹⁹ Ibid.

colocar uma emenda na Constituição para maior controle do que se deve ser assistido nos canais de televisão, principalmente, naquilo que se refere à sexualidade e à violência.⁵⁰⁰ No final, o deputado conseguiu ainda aprovar, com seus pares, uma censura limitada à faixa etária e aos horários⁵⁰¹ das programações de televisão, cinema e teatro. Já com relação à ação da censura e do censor sobre livros, jornais, revistas e outros periódicos se restringiu no tocante à defesa moral e dos bons costumes do menor para não ferir os valores religiosos e a ordem constitucional.⁵⁰² Desta forma, foi expressado na justificativa do projeto de lei nº 901, de 1988, o seguinte argumento:

A medida por nós apresentada tem como objetivo impedir que os filmes de violência que vem sendo exibido nos meios televisivos deturpem o subconsciente da população brasileira em geral e principalmente das crianças e adolescentes. Para os psicólogos, os filmes de violência, falsa moral, tiroteios e assassinatos do “mundo cão” abatem o ânimo, deprimem, revoltam e corrompem o caráter dos jovens telespectadores, marcando-os por uma neurose pelo resto da vida.⁵⁰³

A ampliação desse dispositivo sobre a censura do Projeto de Lei nº 901/1988 continuou no Projeto de Lei 3.911, de 1989. Em sua justificativa, minimizou o antirrepublicanismo da censura, usando as palavras “disciplina e coerência” para a proteção da família.

O presente projeto de lei visa coibir o abuso por parte das emissoras de televisão que insistentemente vinculam em horário incompatível filmes ou cenas de filmes violentos contrários aos princípios constitucionais vigentes. Não se trata de censura, mas de disciplina e coerência. Não de retrocesso, mas de Amparo aos mais mezinhos princípios de defesa da sociedade naquilo que ele é mais caro – a família.⁵⁰⁴

Entre os evangélicos, formaram a maioria rejeitando a ideia plena de liberdade. Assim, o conceito republicano de liberdade foi rechaçado e sufocado pelo moralismo conceitual do discurso evangélico.

⁵⁰⁰ **Jornal Correio Brasiliense**. nº 9322, 25 de outubro de 1988. p. 3

⁵⁰¹ **Projeto de lei nº 901**, de 1988. Art. 1º Fica vedada a apresentação de filmes de violência na televisão. antes da meia-noite.

⁵⁰² **Jornal da Constituinte**. nº 33. de 25 a 32 de janeiro de 1988. p. 11

⁵⁰³ **Diário do Congresso Nacional**. setembro de 1988. p. 3132

⁵⁰⁴ **Diário do Congresso Nacional**. outubro de 1989. p. 11985

Nessa mesma linha de negação, o editorial do *Jornal Batista*⁵⁰⁵ de Nilson Dimarzio, teceu duras críticas à aprovação da nova regra de liberdade para a Constituição. Usando palavras e frases de lamentação como “golpe final”, “fato profundamente lamentável”, “melhor com ela (censura) do que sem ela”, “a censura tem mostrado algum serviço”, “é uma pena”⁵⁰⁶ alardaram sua posição contrária à nova ordem estabelecida. E, ainda, justificaram o posicionamento parlamentar, alegando que não tinha consciência do verdadeiro significado de democracia, que estavam agindo para agradar a maioria, que eram movidos pelo espírito satânico desse tempo e que foram pressionados por artistas para o fim da censura.

Sem dúvida alguns fatores concorreram para que os constituintes votassem a extinção da censura. Concepção do que seja democracia pode ser um deles. E nesse tipo de governo tudo tem de ser permitido. Outro fator seria o desejo de agradar a maioria. Estamos vivendo um tempo de depravação moral em que a mente deturpada por Satanás sente prazer em assistir filmes pornográficos, morais e programas de humorismo barato. Vendo disso, os constituintes não tiveram que pensar no momento da votação, sim esquecer que muitos dos votantes podem ser incluídos entre os que apreciam tais coisas. Mas, que acrescentar a tudo isso, o fato de que, de certo tempo a esta parte, os constituintes tem sido pressionados por alguns artistas de cinema, televisão, rádio e certos setores da imprensa escrita, visando ao desaparecimento da censura.⁵⁰⁷

Era transparente o desejo da maioria evangélica sobre a manutenção da censura no Brasil. Citando o governo militar de Ernesto Geisel (1974–1979) tentaram arrolar argumentos para sua continuidade:

Assim de memória nos lembramos que, no governo Geisel foi proibido a publicação de revistas pornográficas, em que se constitui uma medida salutar.⁵⁰⁸

Poucos meses antes da aprovação das leis referente à censura⁵⁰⁹, em abril de 1989, toda especulação sobre o futuro descontrole, supostamente, proveniente da liberdade fruto da extinção da censura, se tornou falácia nos argumentos proferidos no discurso do deputado Costa Ferreira (PFL-MA), pastor da Assembleia de Deus.

⁵⁰⁵ **O JORNAL BATISTA**. Editorial e Tópicos de Nilson Dimarzio, Censura Censurada. p. 3

⁵⁰⁶ **O JORNAL BATISTA**. Editorial e Tópicos de Nilson Dimarzio, Censura Censurada. p. 3

⁵⁰⁷ Ibid. p. 3

⁵⁰⁸ Id. p. 3

⁵⁰⁹ **Projeto de Lei 3.911**, outubro de 1989.

Somos favoráveis ao projeto naquilo em que ele complementar a Constituição, ou seja, na regulamentação das diversões e espetáculos públicos, na informação sobre a sua natureza, faixas etárias a que não são recomendáveis, locais e horários em que sua apresentação se revele inadequada. É de todo interessante, por outro lado, a constatação de que os meios de comunicação de massa do país têm demonstrado crescente maturidade, e espero que alcance a plenitude vendendo ao equilíbrio no que se refere a qualidade da programação. Exemplo disso foi a programação do carnaval: se, em 1988, foram mostradas cenas chocantes de nudez e obscenidade, soube ver mente protesto nosso dessa tribuna, em 1989, após uma pelo pessoal do ministro da justiça aos responsáveis pelas emissoras, verificou-se uma transmissão moderada, no que esperam melhorar muito mais, sem prejuízo da notícia, do lazer e da variedade de programação. As próprias emissoras estabeleceram limites quanto ao que deveria ser exibido, sem que houvesse sido coagida pela autoridade pública e sem que se tivesse tido a draconianas disposições legais, como ocorria, tempos atrás. É possível que o próprio se acostumar com os preceitos da liberdade de expressão leve a uma situação em que não seja necessária qualquer proibição legal, ficando a critério da responsabilidade social das emissoras a qualidade do material que veiculam[...]⁵¹⁰

Ficou determinado o controle sobre a programação artística pela regulamentação da informação sobre a natureza do espetáculo, suas faixas etárias, local e hora de suas apresentações. O apelo era para que o país se acostumassem com o novo preceito de liberdade de expressão e não abusasse desse direito, caindo em contradição, tendo seu limite vinculado ao respeito dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, pautados na Constituição. Em seu discurso, foi constatado que a mudança está em curso e que o receito religioso da libertinagem, consequência da ausência de censura, estivesse caindo em descrédito pela possível maturidade da própria sociedade.

Por fim, cabe reproduzir a pergunta do constituinte Arnaldo Farias de Sá (PTB-SP), em entrevista de mesa-redonda promovida pelo Jornal da Constituinte, aos deputados evangélicos Celso Dourado, Costa Ferreira e João de Deus, de 4 de outubro de 1987. Perguntou ele ao deputado Celso Dourado: “porque a bancada evangélica tem-se preocupado com a censura, quando a população brasileira abomina a censura?”⁵¹¹ Sua resposta tentou equilibrar o discurso deixando claro que a intenção não era revigorar o instituto da censura como havia nos tempos da ditadura, mas estabelecer um limite que fizesse prevalecer o direito do cidadão baseado em determinados preceitos e virtudes

⁵¹⁰ *Diário do Congresso Nacional*. 21 abril de 1989. p. 2425

⁵¹¹ *Jornal da Constituinte*. Volume 358. nº18. 4 de outubro de 1987. p. 13

do cristianismo já estabelecidos socialmente. Toda sua preocupação se voltou para a construção de uma sociedade dita sadia a partir da consolidação do que acreditavam ser os bons costumes e a moral cristãs a base dessa sociedade. E que se tivesse a consolidação de uma pátria livre e soberana sob uma liberdade responsável. Foi sua resposta pessoal, de certa forma, um grito de consciência e discernimento contra o conservadorismo⁵¹² cristão:

Pessoalmente não é minha preocupação. Defendo a liberdade mesmo porque nós, evangélicos, defendemos a liberdade e achamos que o Cristo morreu pela liberdade de todos. Agora, quando falamos da censura tem mais um sentido de responsabilidade. Não há liberdade sem responsabilidade. Quando as pessoas se deixam levar por uma atividade irresponsável, por uma permissividade, que atente contra a própria vida, o que há de mais sublime, contra a vida humana, então, temos que levantar a palavra e mostrar que não podemos aceitar esse tipo de orientação. Mas, na realidade, o compromisso do cristão neste mundo é lutar pela Liberdade, porque o Cristo morreu pela Liberdade de todos.⁵¹³

Sobre a “liberdade religiosa”, como se posicionaram os evangélicos? Portanto, recorro a dois documentos batistas que trataram de noticiar o assunto de forma objetiva, emitindo opinião. Sobre a temática “A liberdade religiosa e a futura Constituição”, eles fizeram a pergunta chave para discutir a matéria: “reco, estagnação ou avanço?”⁵¹⁴ Essa edição fez uma avaliação positiva das mudanças da Constituição quanto à liberdade de consciência e de culto. Analisando e comparando os textos da nova Constituição com os artigos da antiga, declararam que a nova Constituição era mais liberal, algo que foi considerado como um avanço, pois, tanto no tema referente ao artigo 5º, inciso VI, que fala da inviolabilidade de consciência e de crença e a garantia do exercício dos cultos religiosos, como na questão da opção religiosa, quando alguém invocar crença religiosa para eximir-se de obrigação legal e recusar-se a cumprir prestação alternativa, ele não perderá direitos, mas, apenas, terá a suspensão de direitos, foi considerado grandes vitórias pelos e para os evangélicos. Diz o artigo 153, inciso 6º:

Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de

⁵¹² *Jornal de Brasília*. Política. nº 4429. 3 de junho de 1987. p. 3

⁵¹³ *Jornal da Constituinte*. Volume 358. nº18. 4 de outubro de 1987. p. 13

⁵¹⁴ *O Jornal Batista*. 13 de novembro de 1988. p. 2

obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.⁵¹⁵

Essa postura evangélica ainda enaltece o artigo Constitucional 150, VI. B, que veta a União, os Estados e Municípios de instituir imposto sobre templos de qualquer culto. Essa foi a principal de todas as emendas que favoreceu o crescimento e enriquecimento das igrejas evangélicas.

O segundo documento citado e comentado no *Jornal Batista* é identificado como “A Declaração de Brasília”, de 1986. Esse documento “considera a liberdade religiosa e a separação entre Igrejas e Estado como questão primordial”.⁵¹⁶ Foi um encontro que aconteceu entre os dias 21 e 23 de agosto no Torre Palace Hotel em Brasileia, reunindo mais de 120 pessoas – políticos, candidatos, lideranças evangélicas e pastores. Foi apoiado pelas entidades evangélicas de ação política GEAP, INESPE, CEPAC dentre outras. Nesse encontro discutiram três grupos de interesse: 1) Questões inerentes à Comunidade Evangélica: liberdade religiosa; 2) Questões Nacionais; 3) estratégia de mobilização evangélica. Por fim, a recomendação dos participantes do “Primeiro Encontro Nacional” recomendou que “os evangélicos, em todo país, dentro e fora das igrejas, dediquem o dia 31 de outubro à reflexão e oração a favor futura instalação da Assembleia Nacional Constituinte”.⁵¹⁷

3.1.2 O Aborto

O Ministério da Saúde lançou o livro “Aborto e saúde pública no Brasil: 20 anos”, Brasília – DF, ano de 2009,⁵¹⁸ com o relatório final do projeto que sistematizou 20 anos de publicações sobre o tema do aborto no Brasil. Sobre a questão religiosa e o aborto, os dados apresentam à seguinte conclusão em sua análise da década de 1990 a 2009:

Os poucos estudos analíticos com amostras selecionadas de mulheres indicam que entre 44,9% e 91,6% do total das que têm experiência de

⁵¹⁵ Ibid. p. 2

⁵¹⁶ *O Jornal Batista*. 12 de outubro de 1986. p. 7

⁵¹⁷ Ibid. p. 7

⁵¹⁸ **Aborto e saúde pública no Brasil: 20 anos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

aborto induzido declaram-se católicas. Entre 4,5% e 19,2% declaram-se espíritas, e entre 2,6% e 12,2% declaram-se protestantes.⁵¹⁹

Por causa do índice elevado de abortos, foi considerado uma questão de saúde pública: essa foi a conclusão final do relatório. Portanto, se conjectura por inferência, a partir do que mostra o relatório, que o debate que se travou na década passada de 1980 na Constituinte foi de ordem e compreensão política, como uma questão de saúde pública em um Estado laico e plural no campo da saúde pública.

No início da década de 1980, aborto era considerado crime, segundo o Artigo 124 do Código Penal, sujeito aos infratores, a detenção de 1 a 3 anos de prisão. Para o médico que praticasse o delito, ferindo o Artigo 126 do Código Penal, por crime inafiançável contra a vida, a pena seria de 4 a 5 anos de reclusão.⁵²⁰ Num desses casos que virou manchete, em 17 de janeiro de 1980, no jornal *O Globo*, o parecer do juiz Mota Moraes foi enfático e contundente sobre o aborto: “não posso dar solidariedade a um ato criminoso”.⁵²¹ Apesar do crime de aborto naquela ocasião, manifestantes de seis entidades feministas revelaram um dado alarmante do início da década: cerca de 3 milhões de abortos eram feitos por ano no Brasil em clínicas privadas clandestinas, visando somente o lucro.⁵²² Portanto, para as ativistas, sua reivindicação afirmava que o “aborto era, na maioria dos casos, um mal necessário” para salvar vidas.⁵²³

Com a redemocratização, esse problema também foi pauta de debates entre os constituintes. A Nova Carta Constitucional deveria ter um posicionamento concreto sobre esse tema de ordem de saúde pública. Por isso, para os evangélicos, a participação deles nesse período foi de fundamental importância para lançar no Parlamento o pensamento cristão evangélico, provocando embates, por vezes violentos, entre ativistas dos dois lados.

Por sua vez, em setembro de 1986, na matéria “O que os evangélicos pensam da Constituinte”, no jornal *O Mensageiro da Paz*,⁵²⁴ da Assembleia de Deus, o irmão Daniel Silva declarou que eram os parlamentares evangélicos os

⁵¹⁹ Ibid. p. 18

⁵²⁰ Disponível em: www.encyclopediajuridica.pucsp.br/verbete/410/edicao-1/aborto - Acesso em: 15 de maio de 2022.

⁵²¹ Jornal *O Globo*. Grande Rio. 17 de janeiro de 1980. p. 14.

⁵²² Ibid.

⁵²³ Id.

⁵²⁴ Jornal *Mensageiro da Paz*. Ano LVI. nº 1193, de setembro de 1986. p. 14

representantes que deveriam “evitar a liberação de assuntos prejudiciais à elevação moral do homem que tenha a base sólida na Bíblia Sagrada”.⁵²⁵ Para ele, todos os candidatos e parlamentares evangélicos deveriam assumir esse compromisso em combater os “males” por ele descritos:

Ninguém melhor que um constituinte evangélico para falar contra a oficialização do jogo no país, a liberação do aborto, o excesso de licenciosidade nos programas de televisão, revistas pornográficas e tantos outros enfoques que poderão ser lançados pelos evangélicos. Inserindo no Parlamento o pensamento cristão.⁵²⁶

Em setembro de 1986, em plena construção da Constituinte, o aborto era permitido em três circunstâncias: quando há riscos de morte para a gestante, quando o feto tem deficiências graves (anencefalia) ou quando a gravidez é consequência de estupro (abuso sexual).⁵²⁷

Neste primeiro momento, a luta evangélica se tornou contumaz pela manutenção do texto existente, vedando qualquer complementação na legislação ordinária. Por seu turno, alguns evangélicos da Constituinte radicalizaram seus discursos, indo às últimas consequências na defesa extrema do seu texto contra o aborto. Na defesa radical, como mostra no diálogo entre parlamentares evangélicos, na matéria do *Jornal do Brasil*, de setembro de 1986, defendeu seu posicionamento o deputado Sotero Cunha (PFL-RJ) nos seguintes termos:

Está provado cientificamente que a mulher pode evitar o estupro. Disse Sotero Cunha. – Mesmo com um revólver apontado para a cabeça, deputado? Indagou a deputada Eunice Michilles (PFL-AM). – Bem, pode perder a vida, deputada, mas evita o estupro – devolveu Cunha. “Quando eu era estudante de direito, nós tivemos um professor de medicina legal que provou, cientificamente, que a mulher pode resistir a um estupro. A mulher tem contrações que impede o estupro. Mesmo com revólver na cabeça, ela tem condições de procurar, imediato, evitar a fecundação”.⁵²⁸

⁵²⁵ Ibid. p. 15

⁵²⁶ *Jornal Mensageiro da Paz*. Ano LVI. nº 1193, de setembro de 1986. p. 15

⁵²⁷ Dr. FERREIRA, Jefferson Drezzet. **Direitos Reprodutivos**: aborto legal. Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Julho, 2018. Também pesquisado no portal disponível em: www.jus.com.br Acesso em 20/12/2022.

⁵²⁸ *Jornal do Brasil*. Política – A. 7 de setembro de 1986.

Nessa mesma linha, de tornar o aborto ilegal no Brasil sob quaisquer circunstâncias, seguiu a emenda da deputada Rita Camata (PMDB-ES), com o apoio do deputado João de Deus (PDS-RS), baseado no argumento religioso de que “a vida é uma dádiva de Deus, um sopro de Deus, e ninguém tem o direito de tirá-la”.⁵²⁹ No ano seguinte (1987), já mudado o posicionamento, dos 34 parlamentares evangélicos, 26 se declararam a favor da proibição radical do aborto como uma questão de honra evangélica.⁵³⁰

Finalmente, os parlamentares chegaram a um acordo sobre a questão: o aborto foi ignorado na composição da Carta, mantendo a ordem vigente. O texto aprovado para o capítulo da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso passou sem a emenda evangélica que proibia o aborto.⁵³¹

Contudo, mesmo com a conclusão dos trabalhos dos constituintes e a nova Constituição, o tema não caiu no esquecimento e continuou alvo de debates pelos parlamentares evangélicos nos anos seguintes. Para eles, ficou subentendido, recorrendo às palavras do deputado Costa Ferreira (PFL-MA), que essa decisão não caracterizou um encontro nacional, cujo objetivo era dar a todos os brasileiros a tranquilidade, o equilíbrio e a paz social desejada.⁵³² Posteriormente, o discurso do deputado Costa Ferreira no Parlamento, no ano de 1989, trouxe de volta a polêmica sobre o aborto e a busca por esse “encontro nacional” com uma longa argumentação contra o aborto.⁵³³

3.1.3 A Homossexualidade

Orientação sexual, comportamento sexual ou desvio sexual? Toda a problemática evangélica na Constituinte começou quando o relator, deputado José Bisol (PMDB-RS), na emenda que concedia direitos aos homossexuais na composição da Constituição, deu a identificação de “orientação sexual” aos

⁵²⁹ Ibid.

⁵³⁰ **Jornal do Brasil**. 1º Caderno. 5 de junho de 1987. p. 4

⁵³¹ **Correio Braziliense**. Política. 27 de maio de 1988. p. 7

⁵³² **Jornal da Constituinte**. 28 de outubro a 4 de setembro de 1987. p. 10

⁵³³ **Diário do Congresso Nacional**. 30 de agosto de 1989. nº 106 – O argumento apresentado ocupou três páginas do Diário – 8752, 8753 e 8754, indo de dados de supostas pesquisas médicas que afirmaram 1 milhão e 678 mil abortos, a legislação brasileira no Código Penal, teóricos, referências históricas sobre o tema, legislações de países e como pensa e defende a teologia do cristianismo.

mesmos, com a finalidade de combater os abusos discriminatórios dentro da sociedade brasileira. Assim ficou o texto do relatório:

Ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão do nascimento, etnia, raça, cor, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, natureza do trabalho, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, ou qualquer outra condição social ou individual.⁵³⁴

Os parlamentares evangélicos queriam que a homossexualidade fosse identificada como comportamento ou desvio sexual⁵³⁵. Por que chegaram a essas conclusões? Esse é um assunto deveras discutido no meio evangélico⁵³⁶ com uma teologia que considera a orientação heterossexual como única forma legítima de homem e mulher, macho e fêmea,⁵³⁷ se relacionarem na igreja e na sociedade. Essa pauta no seio protestante era dogmática, ou seja, é orientação, é determinação e de cunho imutável. Tal assunto era controverso, polêmico e de calorosos debates, uma vez que, para os evangélicos, era considerada atitude “pecaminosa”⁵³⁸.

O artigo escrito no Jornal *Mensageiro da Paz* da Igreja Assembleia de Deus – “Existe solução para o homossexualismo?” exprime e sintetiza bem o pensamento evangélico sobre o tema. Para explicar o envolvimento de personalidades da história com as relações homossexuais e a análise de alguns teóricos, o autor usou termos categoricamente pejorativos para descrever tal situação. Usando o expediente de qualificação, avocou-os de mar de lama, mal cheiro, inversão sexual, anomalia constitucional, instinto sexual e doença⁵³⁹. Quando recorreu à Bíblia para justificar seus argumentos, chegaram ao extremo chamando de pecado, abominação, iniquidade, rapazes escandalosos, impiedade, perversão, injustiça, libertinos, câncer gay – associando a AIDS, aberração, drama terrível, miserável estado, finalizando, com a condenação ao inferno.⁵⁴⁰ Depois de qualificarem de forma intensa e absoluta, apresentaram a

⁵³⁴ *Folha de São Paulo*. nº 17 – 10 de julho de 1987. Política – A. p. 5

⁵³⁵ *Correio Braziliense*. 16 de maio de 1987. p. 5

⁵³⁶ *Mensageiro da Paz*. nº 1174 – fevereiro de 1985. p. 9

⁵³⁷ *Bíblia* Revista e Atualizada – Mateus 19: 1–6

⁵³⁸ Gênesis 18 – Sobre Sodoma e Gomorra e seu pecado de homossexualismo que trouxe a destruição das cidade.

⁵³⁹ Alguns deles atribuídos aos teóricos e reproduzidos, criticamente no artigo, como fórmulas reduzidas que amenizavam a gravidade da questão.

⁵⁴⁰ *Mensageiro da Paz*. nº 1174 – fevereiro de 1985. p. 9

solução com uma espécie de terapia e cura gay a partir da conversão ao cristianismo.⁵⁴¹

Essa mentalidade está na Constituinte através dos parlamentares evangélicos justificando os discursos. Na Ata da 40ª Sessão de 26 de março de 1987, se encontra uma das primeiras opiniões que fazem sobreviver o pensamento evangélico a respeito dos homossexuais. Disse o deputado e pastor, João de Deus Antunes (PDT-RS):

Numa época em que os valores morais foram substituídos pela falta de bom senso, de vergonha, de pudor e de fé em Deus, nós aqui no Parlamento brasileiro estamos dando uma demonstração de que cremos que nem tudo está perdido. Quando a imoralidade assume papel de destaque no seio da nossa sociedade, quando grupos satânicos e perversos disseminam veneno sobre nossos jovens, através do nudismo, homossexualismo, revistas pornográficas, Je Vous Salue Marie, Teledeum, e tantas outras perversidades que pervertem o sentido humano, nós damos graças a Deus por vermos os cristãos unidos na sua fé [...]⁵⁴²

As palavras do deputado corroboram com a moral evangélica e sua posição religiosa sobre algumas questões sociais. Seu discurso sobrecarregado de adjetivação – perverso e satânico, para o que considera falta de valores morais, foi confrontado pelo que foi intitulado de moral e verdadeiro ideal a ser seguido, ou seja, “na Palavra de Deus, o homem encontra a bússola que norteia seus verdadeiros ideais na direção do Espírito Santo”,⁵⁴³ declarou o deputado. A questão religiosa despertou o debate daquilo que poderia ter se tornado um grande movimento de estruturação do preconceito no Brasil, de violência contra os homossexuais e rotulação pejorativa, adjetivando vidas através de conceitos considerados únicos e verdadeiros pelos evangélicos.

O deputado evangélico, Eliel Rodrigues (PMDB-PA), acreditava que “é perigoso liberar a orientação sexual”.⁵⁴⁴ Segundo o *Correio Braziliense*, era desejo do deputado a eliminação sumária do termo “orientação sexual”⁵⁴⁵ do anteprojeto de Darcy Pozza na Constituinte.⁵⁴⁶

⁵⁴¹ Ibid.

⁵⁴² **Diário da Assembleia Constituinte**. nº 35, de 27 de março de 1987. p. 966

⁵⁴³ Ibid. p. 966

⁵⁴⁴ **Correio Braziliense**. 16 de maio de 1987. p. 5

⁵⁴⁵ Ibid. p. 5

⁵⁴⁶ Em novembro de 1986 elegeu-se deputado federal constituinte. Deixando a Câmara Federal em janeiro de 1987, ao término do mandato, logo retornou para assumir a nova cadeira em

Para o deputado Costa Ferreira (PMDB-MA) a ideia da regeneração dos homossexuais através da conversão cristã seria a única forma de se transformarem em pessoas “normais”. Disse ele: “seria bom se os homossexuais se regenerassem”.⁵⁴⁷ Segundo o deputado, a dignidade da pessoa humana passava pela sua sexualidade, colocando a salvo o discurso preconceituoso e discriminatório da doutrina evangélica. É discriminação baseada em atributo ou qualidade do indivíduo, absolutamente inconstitucional, e que foram normalizadas em um Estado Democrático de Direitos em construção.

Os evangélicos venceram essa disputa tipológica e estrutural sobre a homossexualidade, tirando o termo “orientação sexual” do texto final. O Art. 3º – Constituem Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil, no inciso IV, ficou determinado: “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.⁵⁴⁸

Os deputados evangélicos mantiveram, de forma contundente, aquilo que poderia ser considerada uma postura “mágica-sagrada” ao acreditarem que eram enviados de Deus – do “poder ilimitado e imutável do Deus” que domina a vontade humana, apesar de continuarem com a falta de referências jurídicas para justificarem suas demandas morais. O deputado João de Deus Antunes (PT-RS) na 133ª Sessão da Câmara, em 29 de setembro de 1989, pontuou a “missão evangélica” na política:

Nós, evangélicos, temos sido o tempero que faltava, o sal que chegou para dar gosto a essa Casa, com todo respeito que tenho pelos nobres Pares que no passado aqui tiveram e no presente estão conosco. Temos encontrado aqui deputados cristãos que, como nós, se preocupam em mudar muita coisa, não só pela qualidade e competência política dos mesmos, mas pelo fato de aqui labutarem anos após ano e entenderem que também precisamos do auxílio do nosso Deus e Pai. Jesus Cristo mesmo disse, na sua palavra: “sem mim, nada podeis fazer”. Conseguimos tirar o homossexualismo que daria oportunidade de homem casar com homem e mulher com mulher,

fevereiro de 1987. Ao longo dos trabalhos constituintes, atuou como relator da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, como suplente da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica da Comissão da Ordem Econômica, e como titular da Comissão de Sistematização. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pozza-darci> - Acesso em: 17 de maio de 2022.

⁵⁴⁷ **Correio Braziliense**. 16 de maio de 1987. p. 5

⁵⁴⁸ **Constituição de 1988** - Publicação Original.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> - Acesso em: 17 de maio de 2022.

modificando aquilo que já estava praticamente inserido na Carta Constitucional, apesar do trabalho infame que estava sendo feito por um grupo chamado Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, grupo de pervertidos sexuais. Deus nos trouxe para cá com uma missão e chegamos para nos unir a outros homens que tenham sentimento cristãos como nós, homens que colocam acima das suas qualidades e competências a sabedoria que vem do alto.⁵⁴⁹

E continuou seu discurso, com argumentação que apontavam a desobediência humana a Bíblia, a causa de todos os males:

Deus nunca se deixou escarnecer por ninguém, e hoje estamos observando que, se os governantes obedecessem e conhecessem melhor o que esse Livro Sagrado contém, não teríamos tanta miséria, não teríamos tanta dor, não encontraríamos crianças abandonadas, catando lixo nas latas ou nas sarjetas; não encontraríamos tantos colonos sem terras já num estado de guerrilha, combatendo irmão contra irmão.⁵⁵⁰

Para esses deputados cristãos e a igreja evangélica, a homossexualidade era uma prática contrária à natureza, era uma “aberração” ética que contrariava as leis naturais estabelecidas por Deus.⁵⁵¹

Tantos outros assuntos são alvos de debate da ética cristã. No entanto, nos reservamos a comentar somente aqueles que consideramos necessários para essa abordagem. Estes três ganharam notoriedade pela forma combativa com que foram defendidos pelos parlamentares e como são enfatizados nas igrejas. Outros temas como a eutanásia⁵⁵², a questão indígena⁵⁵³, justiça social,⁵⁵⁴ as crianças pobres,⁵⁵⁵ comunismo,⁵⁵⁶ a questão da terra,⁵⁵⁷ pena de morte e criminalidade,⁵⁵⁸ violência,⁵⁵⁹ outras religiões⁵⁶⁰ e ensino superior⁵⁶¹ também levaram a enfrentamentos de opinião dentro das igrejas evangélicas e pelos parlamentares cristãos.

⁵⁴⁹ **Diário do Congresso Nacional**. Nº 128, de 30 de setembro de 1989. p. 10815

⁵⁵⁰ **Diário do Congresso Nacional**. Nº 128, de 30 de setembro de 1989. p. 10815

⁵⁵¹ **Mensagem da Paz**. Nº 1174, fevereiro de 1985. p. 9

⁵⁵² **Mensagem da Paz**. nº 1206/1210. Ano LVI, outubro de 1987. p.12

⁵⁵³ **Aconteceu no Mundo Evangélico**. nº 84, maio de 1990. p. 1

⁵⁵⁴ **O ESTANDARTE**. nº 05, maio de 1989. p. 13

⁵⁵⁵ **Aconteceu no Mundo Evangélico**. nº 84, maio de 1990. p. 5

⁵⁵⁶ **Mensagem da Paz**. nº 1191. Ano LVI, julho de 1986. p. 12 e O Jornal Batista. 29 de outubro de 1989. Pastor Ely Lacerda. p. 12

⁵⁵⁷ **O ESTANDARTE**. nº 11, novembro de 1986. p.11

⁵⁵⁸ **Mensagem da Paz**. nº 1204. Ano LVII, agosto de 1987. p. 13

⁵⁵⁹ Ibid

⁵⁶⁰ **Mensagem da Paz**. julho de 1990. p. 19

⁵⁶¹ **Diário do Congresso Nacional**. nº 029, 12 de abril de 1985. p. 0534

Por sua vez, até onde a ética cristã funciona e é viável, uma vez que, no quesito corrupção, algumas igrejas tentaram justificar o fisiologismo? Pensemos sobre isso a seguir.

3.2 O fisiologismo evangélico, os investimentos em comunicação e o enriquecimento das igrejas evangélicas.

O ano de 1989 foi marcante para o cristianismo evangélico por causa das eleições presidenciais. Naquele tempo já se ouvia nos púlpitos “vamos eleger, esse ano, nosso presidente e, no próximo, nossos deputados”. Pregação ou homilia são acontecimentos públicos testemunhado por muitos. Portanto, nessa perspectiva de memória, posso afirmar como disse Hobsbawm, “os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas. Eles não são apenas marcos em nossas vidas privadas, mas aquilo que formou nossas vidas, tanto privada quanto pública”⁵⁶². De tal modo que, esse passado é parte do meu presente, do meu “agora” e da minha história. Como disse Hobsbawm: “ainda posso vê-la como num sonho”⁵⁶³. Da mesma sorte, ainda posso percebê-la num pequeno esforço de memória.

A diferença do momento em que escrevo essas páginas para aqueles dias de 1989 diz respeito ao nível de consciência sobre o que acontecia nos bastidores da igreja evangélica. Conforme Lucília de Almeida Neves Delgado, a “memória é uma dimensão que se refere tanto ao privado, ou seja, a processos e modalidades estritamente individuais e subjetivos de vinculações com o passado, o presente e o futuro, como à dimensão pública, coletiva e intersubjetiva.”⁵⁶⁴

Naquele tempo, nada se sabia sobre as ações dos pastores, dos políticos evangélicos e das instituições religiosas evangélicas no mundo político. Ninguém poderia criticar ou tocar num ungido de Deus sob pena de exclusão do rol de membresia da igreja. Por isso, escrever esse capítulo é relembrar pregações e

⁵⁶² HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 14

⁵⁶³ *Ibid.*

⁵⁶⁴ DELGADO, Lucília. **História do tempo presente e ensino de História**. Revista História Hoje, vol. 2, nº 4, p. 19-34 – 2013, p. 27

ações de impacto na igreja e nos púlpitos que, no seu devido contexto histórico, ganharam novos sentidos. Como disse Beatriz Sarlo:

Essa história massiva de impacto público usa a mesma fórmula explicativa, um princípio teleológico que garante origem e causalidade, aplica-se a todos os fragmentos do passado, independentemente da relevância que demonstre para cada um dos fragmentos específicos.⁵⁶⁵

Dentre esses novos sentidos, vemos a postura, considerada fisiológica, de muitas igrejas evangélicas na política, que levou ao enriquecimento de vários grupos e denominações religiosas evangélicas.

O marco divisório que denuncia a igreja evangélica, usando a política como grande balcão de negócios, foi a notícia estampada no *Jornal do Brasil*, do dia 7 de agosto de 1988: “evangélicos trocam voto por vantagens”.⁵⁶⁶ A notícia é relevante e enfática em sua revelação acusatória:

Como se fosse uma bancada partidária, boa parte do grupo dos constituintes evangélicos fez da tarefa de preparar nova constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens para suas igrejas e muitas vezes para eles próprios. Só de verbas federais, eles já conseguiram cerca de Cz\$ 300 milhões desde que a constituinte entrou em sua fase decisiva, sem contar pedidos no total de mais de Cz\$ 200 milhões ainda em tramitação e outras milionárias dotações obtidas no âmbito regional. O **fisiologismo praticado em nome de Deus**⁵⁶⁷ por esse grupo, liderado pelo deputado Gidel Dantas (PDC-CE) e organizado em torno da Confederação Evangélica Brasileira, vem provocando reação inclusive nos meios protestantes.⁵⁶⁸

Milhões de cruzados vão parar nas igrejas evangélicas. O que torna essa situação ainda mais peculiar e espetacular foi a forma como noticiaram, identificando o cinismo e a falta de consciência de alguns deputados que praticaram tais ações duvidosas, antiéticas e anticristãs. O deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO), da Igreja Assembleia de Deus, disse: “é honroso, é bem aplicado trocar meu voto por benefícios para a comunidade”.⁵⁶⁹

⁵⁶⁵ Interpretação Livre de: “Esa historia masiva de impacto público recurre a una misma fórmula explicativa, um principio teleológico que asegura origem y causalidad, aplicale a todos los fragmentos do pasado, independientemente de la pertinencia que demuestre para cada uno de los fragmentos en concreto”. SARLO, Beatriz. **Tiempo Pasado**. Cultura de la memoria giro subjetivo. Uma discusion. 1ª ed. – Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentinos, 2005. p. 15

⁵⁶⁶ *Jornal do Brasil*. Nº 121, 7 de abril de 1988. p. 1, 4 - 6

⁵⁶⁷ Grifo meu.

⁵⁶⁸ *Jornal do Brasil*. Nº 121, 7 de abril de 1988. p. 1

⁵⁶⁹ *Correio Braziliense*. 21 de agosto de 1988. Política. p. 5

O fisiologismo, “conduta de representante político ou de detentor de cargo público que privilegia interesses pessoais, clientelares ou partidários, em detrimento do bem comum”,⁵⁷⁰ é considerado atitude criminosa segundo a Constituição.⁵⁷¹ O que pensar, como disse o *Jornal do Brasil*, sobre “o fisiologismo praticado em nome de Deus” em relação à ética política e religiosa?

Entre concessões de rádio, vantagens, verbas eleitorais, doações federais, benefícios, cargos públicos, favores e trocas de votos o que vem chamando a atenção para a bancada evangélica não é sua “devoção religiosa”, como disse o *Jornal do Brasil*, mas a sua “forma nada espiritual com que muitos (deputados) vêm cumprindo sua missão na Constituinte”.⁵⁷² Tal situação foi denominada pelo jornal como “exagerado fisiologismo” que causa escândalo entre os parlamentares da constituinte.

O líder dessa organização evangélica é o deputado Gidel Dantas, tendo a Confederação Evangélica em sua diretoria, a maioria dos cargos ocupados por deputados crentes das igrejas pentecostais – 3 da Assembleia de Deus e 1 da Igreja de Cristo.⁵⁷³ Conforme o jornal, era interesse do governo Sarney investir nessa organização, já que precisava dos deputados para as aprovações decisivas na Constituinte. É dito pelo jornal que três dias antes da votação do mandato do presidente Sarney, a Confederação recebeu um cheque de Cz\$ 110 milhões liberados da Legião Brasileira de Assistência (LBA), do fundo perdido, como ajuda as pessoas carentes.⁵⁷⁴

O enriquecimento das igrejas evangélicas, atrelado à política, foi percebido por outros deputados. Envolve o dinheiro recebido pelos políticos, as concessões de canal de televisão e emissoras de rádio, as construções de templos com verbas públicas, aquisição de terrenos, carros presenteados e doações suntuosas de natureza social. Além do órgão citado acima, todas essas verbas saíram das negociações com o governo Sarney: Cz\$ 50 milhões do

⁵⁷⁰ Disponível em: <https://www.meudicionario.org/fisiologismo> - Acesso em: 19 e maio de 2022.

⁵⁷¹ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...). Constituição Federal do Brasil, 1988. 1ª edição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm - Acesso em: 19 de maio de 2022.

⁵⁷² *Jornal do Brasil*. Nº 121, 7 de abril de 1988. p. 4

⁵⁷³ *Jornal do Brasil*. Nº 121, 7 de abril de 1988. p. 4

⁵⁷⁴ *Ibid.* p.4

Ministério do Planejamento, Cz\$ 20 milhões do Ministério da Educação e mais outros Cz\$ 80 milhões esperados do Ministério da Previdência. Ao todo foram mais de Cz\$ 300 milhões⁵⁷⁵ arrecadados.⁵⁷⁶ Todo esse dinheiro foi repassado às comunidades criadas pelas igrejas nos Estados – dinheiro desviado de suas finalidades.

Sobre cargos recebidos, o *Jornal do Brasil* deixou claro que a Igreja Assembleia de Deus era a grande protagonista da corrupção entre os evangélicos.⁵⁷⁷ Esquemas nos órgãos da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEP) e na Comissão de Lavoura Cacaueira (CEPLAC) foram denunciados, como graves irregularidades, ligadas a desvios de recursos e superfaturamentos.⁵⁷⁸ Uma semana após a notícia do *Jornal do Brasil*, o pastor Presbiteriano Caio Fábio D’Araújo Filho chamou esse momento da igreja de “deslumbramento constantiniano”, em que o povo evangélico, acrítico e ignorante da história, se deslumbrara com o poder político recebendo benefícios de políticos corruptos como benção de Deus, “se colocando do lado errado da história”. Disse o Pastor Caio:

Povo na sua maioria acrítico, simples e sem muita visão da história, muitos evangélicos receberam esses favores governamentais como benção de Deus. O que se vê nesse momento é desastrado voo de muitos desses líderes – que conquanto sejam pastores são teologicamente leigos, na sua maioria – trazendo a todos nós medo, vergonha e perplexidade.⁵⁷⁹

A notícia repercutiu naqueles dias, trazendo desconforto para todos os evangélicos; segundo Caio Fábio, provocando medo, vergonha e perplexidade para os pastores evangélicos. A capa do *Jornal do Brasil* do dia 8 de agosto, também provocou, no dia 15 do mesmo mês, uma reunião de líderes de igrejas evangélicas na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, para discutirem sobre as denúncias dos constituintes evangélicos acusados de praticarem fisiologismo.⁵⁸⁰ Um dos denunciados, o deputado João de Deus

⁵⁷⁵ Segundo o portal www.igf.com.br o valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzado novo) correspondiam a R\$ 2, 75 reais no ano de 1994. Convertendo Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados novos) tendo essa referência, isso corresponderia a R\$ 825.000.000,00 milhões de reais. Atualmente (2022), esse número pode ser ainda mais expressivo.

⁵⁷⁶ *Jornal do Brasil*. Nº 121, 7 de abril de 1988. p. 4

⁵⁷⁷ *Ibid.* p. 4

⁵⁷⁸ *Id.* p. 4 e 5

⁵⁷⁹ *Jornal do Brasil*. 14 de agosto de 1988. p. 8

⁵⁸⁰ *O Globo*. 16 de agosto de 1988. p. 3

(PTB-RS), que foi beneficiado com várias concessões de rádio, tentou tumultuar a reunião, interrompendo aos gritos, agressões e xingamentos os participantes.⁵⁸¹ Três dias depois, na quinta-feira, 18 de agosto, no Congresso Nacional, esboçou uma auto defesa do caso, como uma confissão inconsciente, com ameaças e pseudo denúncias, cinismo e vitimismo, se disponibilizou para uma investigação através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Em tom de resposta ao jornal disse:

Sr. Presidente, recorre o nosso pronunciamento ainda uma resposta sobre o assunto veiculado no dia 7 de agosto último, através do Jornal do Brasil, por um grupos de pessoas e entidades que se dizem evangélicas, pretensos líderes. A nossa resposta é no sentido de mostrar-lhes que o nosso trabalho aqui é retilíneo, desempenhado por homens íncitos, probos, e que estamos abertos para uma CPI. Entramos na justiça do Rio de Janeiro e queremos deixar as portas abertas da nossa entidade, a nível nacional, abertas, para que se faça um trabalho de investigação dentro dela. Também estamos trazendo denúncias, e temos documentos, sobre atividades de algumas dessas entidades que nos acusam e que não terão condições de provar na Justiça o que disseram.⁵⁸²

O que leva um parlamentar a pensar que denúncias bem fundamentadas de várias entidades religiosas e de um jornal de prestígio nacional estariam inventando história e, não levaria a nada, senão, sua consciência plena da impunidade existente no país e a ignorância do povo supersticioso que acreditava na palavra pastoral como infalível? Segundo o *Jornal do Brasil*, não foi só esse deputado João de Deus o único beneficiado. O Pastor e deputado Mário de Oliveira (PMD-MG) recebeu o “milagre” de um aluguel, dez vezes inferior ao preço de mercado, no centro de Belo Horizonte, pago pela Superintendência Regional da rede Ferroviária Federal.⁵⁸³ O deputado Matheus lensen (PMDB-RS) recebeu uma concessão para instalação de uma emissora de rádio em Curitiba. O deputado Fausto Rocha (PFL-SP) recebeu um canal de televisão em Bauru/SP. O deputado Arolde de Oliveira (PFL-RJ) recebeu uma rádio para a Fundação Evangélica em Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, e Mario de Oliveira recebeu uma emissora de rádio FM em Ipatinga, no Vale do Aço Mineiro.⁵⁸⁴

⁵⁸¹ Ibid. p. 3

⁵⁸² **Diário do Congresso Nacional**. Nº 20. 18 de agosto de 1988. p. 614

⁵⁸³ **Jornal do Brasil**. 7 de agosto de 1988. p. 5

⁵⁸⁴ Ibid. p. 5

As Igrejas Evangélicas encontraram na política seu maior sustentáculo de enriquecimento e aquisição de patrimônio num tempo que houveram condições favoráveis para barganhas. Podemos inferir tal situação pelo discurso do deputado Costa Ferreira (PFL-MA), proferido no Congresso Nacional, no dia 19 de maio de 1990.⁵⁸⁵ Certamente, as denúncias das revistas, rádios, jornais e televisão continuaram ao longo dos anos de 1989 e 1990, já que o deputado externou sua preocupação com o que estavam vivendo: “Diante do quadro que estamos vivendo, onde revistas, jornais, rádios e televisão têm dedicado parte de seu tempo a denegrir a imagem das igrejas evangélicas, especialmente as pentecostais”.⁵⁸⁶

O que torna peculiar aquele discurso do dia 19 de maio foi atribuir a causa das denúncias à perseguição religiosa. O deputado deixou subentendido que forças malignas estavam querendo impedir o avanço do crescimento da igreja evangélica no Brasil. O deputado demonstrou sua preocupação afirmando: “a imprensa brasileira tem dado ênfase às atividades dos evangélicos em todo país e nos noticiários se verifica que os comentários são tendenciosos”.⁵⁸⁸ Também, a Igreja Assembleia de Deus fez, em sua sede da Casa Publicadora, uma reunião para tratar de refutar as denúncias do *Jornal do Brasil*. O pastor Túlio Barros Ferreira do Conselho administrativo de CPAD declarou em defesa da igreja:

Forças em atual mobilização contra o povo de Deus, tendo como objetivo de denegrir a imagem dos parlamentares evangélicos, o que resultará, conseqüentemente, denegrimto da nossa imagem através de calúnias e difamações contra os servos de Deus. Nós estamos sentindo com isto, esperamos que nesta oportunidade possamos lançar mão de medidas que mudem essa situação. Sabemos que as forças malignas estão enciumadas, porque estão vendo os evangélicos ocupando pouco a pouco os espaços que eles dizem respeito, e isto incomoda o inferno, incomoda os inimigos da nossa nação.⁵⁸⁹

Nesta reunião de outubro de 1988, todas as acusações do *Jornal do Brasil* foram negadas pela igreja Assembleia de Deus, maior envolvida nos casos de corrupção, denunciada pelo jornal. Naquele tempo, o deputado Gidel Dantas, atribuiu a “perseguição e ciumeira” por parte da Confederação Nacional dos

⁵⁸⁵ **Diário do Congresso Nacional**. 19 de maio de 1990. p. 5279

⁵⁸⁶ *Ibid.* p. 5279

⁵⁸⁸ **Diário do Congresso Nacional**. 19 de maio de 1990. p. 5279

⁵⁸⁹ **Mensageiro da Paz**. Nº 1222, outubro de 1988. p. 12

Bispos do Brasil (CNBB), ou seja, dos católicos, que não conseguiram fazer uma mobilização para formar uma bancada católica política no Congresso.⁵⁹⁰

Vale ressaltar, segundo a resposta dessa reunião na Igreja Assembleia de Deus que, para alguns parlamentares e igrejas, os trabalhos evangélicos de educação, assistência aos desamparados – crianças e idosos, as creches e os asilos, os centros de recuperação de drogados, hospitais e assistencialismo de distribuição de alimentos e o próprio crescimento patrimonial imobiliário e numérico da igreja podem justificar a forma como as igrejas evangélicas têm se colocado no campo político, usando do expediente da barganha, da troca de favores e votos, da assinatura parlamentar, do “sim” das emendas favoráveis ao governo e de toda forma possível de aproximação do dinheiro público para canalizar recursos oficiais para o sustento de suas ações.

Seguramente, o discurso cristão e sua ação no campo político eram coisas antagônicas para tais lideranças evangélicas. Ainda assim, alguns deputados insistiam em seu proselitismo para convencer a todos que o evangelicalismo era o caminho da salvação. Esse proselitismo também chegou na tribuna do Congresso Nacional como a solução ética e moral, a verdade e a salvação da pátria.

3.3 O discurso prosélito conversionista na tribuna.

A bancada Evangélica se apresentou como a única portadora da verdade e seus representantes, como os escolhidos por Deus numa guerra do bem contra o mal. Quem estava do seu lado estava com o bem.

Na medida que avançavam em crescimento numérico e de poder político-econômico, atuavam no sentido de tentarem silenciar outras vozes religiosas, em especial, aquelas do catolicismo e das religiões afrodescendentes. Antes seus discursos se limitavam aos púlpitos das igrejas, as vezes às praças, mas agora, eles estão sendo proferidos na tribuna do Congresso Nacional. Muitos evangélicos estavam, em certa medida, envolvidos numa experiência de suposta guerra santa e violência religiosa que se tornou pública a partir da década de 1980. Como externou Hobsbawm: esse é um dos preços que se paga por viver

⁵⁹⁰ *Mensageiro da Paz*. Nº 1222, outubro de 1988. p. 12

num século de guerras religiosas, que tem na intolerância sua principal característica.⁵⁹¹ (HOBSBAWM, 1995. p.14). Desde 1980 existiram tempos de intolerância religiosa sob a tutela direta dos evangélicos.

Rumo a uma compreensão desses discursos, seu contexto e suas experiências históricas em que estão sendo pregados, compete uma reflexão.

No início da década, eram as igrejas históricas os protagonistas da política evangélica, mas, com a redemocratização, assumiram a dianteira dessa influência os pentecostais. Essa participação foi pensada e definida como projeto de autoridade das igrejas evangélicas.

Dentre tantos discursos e variação de temas, me detenho à análise dos discursos prosélicos das igrejas evangélicas no Congresso. São aqueles que possuem uma caracterização mais evangelística e eclesiológica com a meta de converter seu ouvinte. Ao criticarem as doutrinações políticas, principalmente de esquerda, se esqueciam que proselitismo era a ação de doutrinação religiosa para alguém se tornar adepto ou seguidor do pensamento cristão.

Na prática, envolver religião com política poderia ter a intenção de levar ao estabelecimento de um Estado Teocrático, o que significaria acabar com o Estado Laico. Neste caso aqui abordado seria a igreja cristã evangélica interferindo nas questões seculares, interpretando suas leis e a Constituição, querendo exercer autoridade religiosa-civil sobre o povo.

Certamente, o que se diz na tribuna não era o que geralmente acontecia na prática. Na teoria religiosa, discurso e vida diárias exigem um esforço de fidelidade e compromisso gigantesco com a ética cristã, nem sempre cumprida. O deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO) proferiu o seguinte discurso em março de 1987:

Li no Jornal O Correio Braziliense notícia em que o jornalista Gilberto Amaral analisa a importância da ação da igreja por intermédio de seus lídimos integrantes, representantes do povo que aqui a representam, e que nesta Assembleia Nacional Constituinte lutarão pela manutenção dos mais sagrados princípios do cristianismo. Não se trata, evidentemente, neste momento, de realçarmos uma posição de integrante de uma religião em particular. Entretanto, compete evidenciar - por ser oportuno - a necessidade que todos temos de refletir sobre o nosso próprio destino, sem esquecer ensinamentos passados, pelos nossos pais, homens e mulheres que souberam, na simplicidade de suas existências, no respeito ao próximo e na confiança em Deus, trazer a luz, ao mundo, os ensinamentos práticos

⁵⁹¹ HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 14

contidos na Bíblia e, por intermédio da igreja, ligados agora a posteridades.⁵⁹²

Assegurando-se nesse discurso, os parlamentares evangélicos assumiram a luta pela manutenção dos valores cristãos. Por fim, estabeleceram a Bíblia como o norteador das vidas como uma tradição inviolável típica do conservadorismo.

Nesse mesmo dia, o deputado Oswaldo Bender (PDS-RS) pronunciou outro discurso de natureza proselitista, atribuindo o mal social ao materialismo e à falta de consciência de Deus por parte dos homens:

Se a parte material, sozinha, pudesse satisfazer o coração humano, não teríamos ricos infelizes, vivendo frios e indiferentes, sem alma, sem sentimentos e com os corações petrificados. Este é o perfil do ser humano: sem alma, sem coração e sem fé em Deus. Foi então, que Deus, através de Moisés, deu aos homens uma Constituição, para que, forma, pudessem ter uma vida longa, face da terra. Por esta razão, senhor presidente, senhoras e senhores Constituintes, além das reformas que se fazem necessárias, não podemos deixar de preservar, Constituição, aquilo que os nossos antepassados nos delegaram, com suor e lágrimas, que é o temor a Deus, a fé e a voz da consciência. Não podemos negar o direito às crianças de conhecerem Deus, a vida e os mistérios de Jesus Cristo, o qual veio para nos livrar da morte e, primeira vez, o amor entre os homens. Os assaltantes e os marginais se tornaram assim porque são seres humanos sem alma, sem consciência e sem Deus.⁵⁹³

Nesse discurso, apareceu o apelo evangelístico conversionista para que todos os homens se voltassem para Deus. O apelo ao conhecimento do Cristo, como é feito nas igrejas evangélicas, foi feito abertamente na tribuna. Para esses parlamentares, não era satisfatória somente a Constituição, e sim, seguir as leis de Deus como sendo o suficiente para construir uma sociedade mais justa e sem violência. Ele aprofundou dizendo que esse conhecimento deve ser ensinado nas escolas como educação religiosa oficial do Estado brasileiro:

[...] é dever nosso garantir, a nova constituição, o direito a todas as crianças de aprenderem na escola, um pouco sobre os mistérios de Deus; precisamos incluir, o currículo escolar do primeiro grau, a obrigatoriedade do ensino religioso, de todas as religiões.⁵⁹⁴

⁵⁹² **Diário da Assembleia Nacional Constituinte.** Nº 25. Ano I – 11 de março de 1987. p. 657.

⁵⁹³ **Diário da Assembleia Nacional Constituinte.** Nº 25. Ano I – 11 de março de 1987. p. 658

⁵⁹⁴ *Ibid.* p. 658

O fato de citarem a “obrigatoriedade do ensino religioso, com liberdade a todas as religiões”, não significaria, necessariamente, que sua vontade seria de abrir o diálogo com todos os seguimentos da fé. Na prática a perseguição ao culto afro-brasileiro continuou com muita força em todo o país e nos púlpitos das igrejas evangélicas. Basta notarmos que havia um exclusivismo religioso nos discursos parlamentares da época para fundamentarmos o racismo e a discriminação estrutural dos evangélicos às outras religiões. A civilidade, para os evangélicos, passava, somente, pela sua forma de religião, culto e liturgia. Para o evangélicos, a Umbanda, a Macumba, o Candomblé e o próprio catolicismo eram consideradas “coisas” do demônio. Embora a Constituição tenha mudado em 1988, para os evangélicos, a crença nos poderes da feitiçaria no campo das religiões de matriz africana continuaram e a imputação de idolatria se manteve associada ao catolicismo. Para os parlamentares evangélicos, era falha a aplicação da prática dos Estado Laico na democracia brasileira.⁵⁹⁵ O parlamentar evangélico Costa Ferreira, por exemplo, foi um dos que se utilizou do expediente prosélito na tribuna. Na 119ª Sessão de 9 de dezembro de 1988, em comemoração à Bíblia, num contexto justificadamente adequado para enaltecer os valores da religião, disse:

E neste dia, quando todos estamos aqui atentos para ouvir a mensagem Bíblica, estamos voltados para o nosso Deus, certos de que ele haverá de dar à nossa Pátria a paz necessária a que vivamos, a que trabalhamos, a que construamos a nossa Pátria debaixo da proteção de Deus, porque só assim seremos felizes e abençoados. “Lâmpada para os meus pés é a tua palavra, e luz para meus caminhos”. Que Deus nos abençoe.⁵⁹⁶

Nessa mesma reunião, outros também – Antônio de Jesus, Eliel Rodrigues, Lysâneas Maciel, Milton Barbosa, Matheus Iensen, ao comemorarem a data da Bíblia, fizeram referência à mudança de atitudes pela conversão à Bíblia.

Na 98ª Sessão de 14 de agosto de 1989, Costa Ferreira foi mais além sobre seu desejo religioso para os parlamentares no Congresso:

⁵⁹⁵ **Os Evangélicos na Sociedade e na Política** - Ricardo Mariano. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7kAuTIJ24JA> – Acesso em: 23 de maio de 2022.

⁵⁹⁶ **Diário do Congresso Nacional**. Nº 125. Ata da 119ª Sessão, de 9 de dezembro de 1988. p. 5009

Você quer viver eternamente? Aceite de boa semente, que é a Palavra de Deus (Jesus Cristo), que deseja nascer em sua vida, pois o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus. Aceite-o, para a sua regeneração, tornando-se uma nova criatura". Em seu discurso o desejo da conversão dos seus ouvintes.⁵⁹⁷

No início do outro ano, em 13 de março de 1990, na 18ª Sessão, Costa Ferreira continuou sua saga conversionista na tribuna da Câmara dos deputados:

Com Cristo no coração, o homem é redimido dos seus atos lesivos à felicidade eterna. Por isso, o avanço do Evangelho deveria ser motivo de alegria para aqueles que se preocupam com os nossos trabalhos. Se se convertesse a Cristo – e só assim – estariam felizes por esse avanço, e não frustrados.⁵⁹⁸

Outro parlamentar também valorizava sua oportunidade de fala recorrendo ao proselitismo conversionista na tribuna – o deputado Antônio de Jesus – que não economizava elogios ufanista àqueles que falavam de Deus na plenária.

Temos tido a hombridade e a coragem de proclamar alto e bom som que sem Deus nada podemos fazer. "Bem-aventurada é a Nação cujo Deus é O Senhor e o povo que Ele escolheu por sua herança." A síntese dos nossos trabalhos tem sido publicada pela "Voz do Brasil", alcançados os mais longínquos pontos do Brasil e do Mundo. Quero informar aos milhões de ouvintes que já ocupei a tribuna da Câmara do Congresso Nacional e da Assembleia Nacional Constituinte cerca de cem vezes, bem como exerci a Presidência da Câmara três vezes e secretariei dezoito vezes as sessões da Câmara e da Constituinte.⁵⁹⁹

Outra forma prosélita da ação política evangélica era a influência dos valores absolutos evangélicos nos mais variados assunto, principalmente, aqueles de apelo moral e ético que deveriam ser, meramente, do cristianismo.

Por conseguinte, vejamos as consequências dessas influências prosélicas.

3.4 Desdobramentos social e político da ação religiosa evangélica no processo de redemocratização e reconstrução da Nova República.

Os desdobramentos sociais e políticos da atuação evangélica no processo de redemocratização ajudam a entender como os evangélicos agiram na

⁵⁹⁷ **Diário do Congresso Nacional.** Nº 95. Ata da 98ª Sessão, de 15 de agosto de 1989. p. 5009

⁵⁹⁸ **Diário do Congresso Nacional.** Nº 15. Ata da 18ª Sessão, de 13 de março de 1990. p. 1382

⁵⁹⁹ **Diário do Congresso Nacional.** Nº 056. Ata da 18ª Sessão, de 17 de junho de 1988. p. 2307

reconstrução da democracia brasileira. A década de 1980 encerrou um período de 21 anos de tempos sombrios de um regime autoritário e trouxe um novo começo político para o Brasil em que evangélicos assumem um protagonismo atípico a própria natureza do evangelicalismo. O que era ruim às igrejas, agora, religião e política, estão próximas para os evangélicos. E, se religião poderia ser vista como instrumento de alienação social, como disse Karl Marx, “a religião é o ópio do povo”⁶⁰⁰, ele também falou que, se bem aplicada, “a igreja é o último refúgio de um mundo sem coração”. Por isso, é importante a análise sobre o que deixou a igreja da década de 1980 a posteridade como desdobramento social, tanto de natureza negativa quanto positiva. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), Machado de Assis, disse: “Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado de nossa miséria”.⁶⁰¹ Portanto, cada um julgue as consequências, seja como miséria dos evangélicos ou como benção evangélica.

O primeiro legado está vinculado aos 5 anos de governo de José Sarney. A igreja evangélica descobriu o poder da barganha, se aproximou do poder e dela se aproveitou para seus próprios fins. Negociar o tempo e permanência do presidente foi uma balança rentável para a igreja. Essa porta aberta para o futuro foi o caminho do enriquecimento e empoderamento políticos dos evangélicos. Essa é a “consciência de unidade” que possibilitou uma representação política no Congresso.

Sua participação e engajamento político, absolutamente ativo, foi a imposição da vontade de uma minoria como discurso incondicional do fundamentalismo interpretativo anti-histórico e o início do fanatismo religioso como projeto de poder.

Deste modo, a igreja contraiu uma “dívida” com a democracia. Ao lutar contra as minorias como se fossem maioria, estabeleceu uma disputa entre a laicidade do Estado e o religiosismo evangélico como desejo de poder, como ocupação de todos os espaços público seculares pelos evangélicos e como absolutização do valor da Liberdade religiosa.

Assim, a diversidade da democracia política trouxe consigo a igreja evangélica que optou por assumir uma posição mais à direita como seu

⁶⁰⁰ MARX, Karl. **A sociologia do Marxismo**. São Paulo: Ed. Escola, 2011. p. 22

⁶⁰¹ ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998. p. 221

comportamento moralista, seu conservadorismo acirrado, sua atitude reacionária que caminha contrária a história como negacionista da própria existência e o tradicionalismo familiar numa luta contra o “corpo libertino” tipificado pela pornografia. Todavia, luta pela sua permanência centrada nos interesses do seu universo criado. Assim, o futuro seria a conversão de todos para seu núcleo.

As igrejas evangélicas se consolidaram pelo conservadorismo repressivo às diferenças e pela intolerância ao progressismo do debate democrático. Fez da espiritualidade não mais uma ética cristã de trabalho como no calvinismo e nem se estabeleceu na ética da pobreza como foi na Teologia Integral, mas na benção da riqueza da Teologia da Prosperidade – levantava o indivíduo caído pela apropriação do ter, à sua bandeira de fé e engajamento político.

Por último, estabeleceu o discurso hierárquico com a submissão a autoridade secular e religiosa para dominar seus seguidores sob a vontade política e clerical sem o mínimo senso crítico e desconfiança. A igreja como suposta agência de Deus na Terra produziu sua agência no Congresso – a Bancada Evangélica, seu principal legado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A laicidade do Estado brasileiro se encontra ameaçada pelo proselitismo religioso evangélico. Políticos evangélicos têm apresentado, no Congresso Nacional, Projetos de Lei fundamentados em princípios religiosos que se sobrepõem aos princípios democráticos da nova Constituição. Como indicam as evidências, a estratégia evangélica é construir um caminho de visibilidade nacional e de conquista de simpatizantes por meio da atuação parlamentar no Congresso Nacional, sob as pautas da moralidade, da ética e da defesa, do que consideram, bons costumes.

O sucesso da estratégia evangélica na política se dá por causa da participação frequente dos adeptos nos cultos semanais e dominicais nas igrejas. Devido ao índice elevado de exposição dos fiéis às autoridades religiosas, os pastores poderiam influenciar a opinião do rebanho sobre a indicação do candidato, principalmente nas Igreja pentecostais, em quem deveriam votar e fazer campanha nas eleições. Sob a ideia de conquistar o Brasil para o Cristo, enveredaram pelo discurso triunfalista da Teologia da Prosperidade (1970), que faz apologia ao poder econômico como evidência de presença de Deus na Terra. A grande descoberta do caminho dessa prosperidade seria encontrada nas barganhas políticas que permitiram uma aproximação maior de somas vultosas que podem beneficiar diretamente os donos dos púlpitos das igrejas, bem como a própria estrutura da igreja. Para tanto, essa ideia de Estado laico se tornou, para os evangélicos, uma forma maligna de secularização do indivíduo, interpretado e visto como ateísmo, como uma negação da espiritualidade e da boa-fé. Por isso, interferir na política significou, acima de tudo, uma apologia da fé cristã evangélica no Brasil.

A intolerância religiosa era praticada pelos evangélicos, inconscientemente ou não, como forma de liberdade da expressão religiosa. Como consequência, os símbolos religiosos do catolicismo e das religiões afrodescendentes eram destruídos e vituperados como manifestações do diabo. A violência religiosa evangélica era praticada em nome de Deus. Acreditavam que era preciso eliminar os inimigos da fé evangélica: o catolicismo, as religiões de matiz afro-brasileira e, não menos, o comunismo ateu.

A fé evangélica se transformou em objeto de poder público, em agência de dominação. Não obstante, preocupado com essas transformações no ministério pastoral da Igreja Assembleia de Deus e suas consequências negativas sobre a participação evangélica na política, o Pastor Carlos Levy Mendes Conde, escreveu para o jornal *Mensageiro da Paz*, da edição de novembro de 1990, o tema “Púlpito versus Tribuna”, e, levantou o questionamento – “O que é mais importante: púlpito ou tribuna?” para instigar a igreja evangélica a reflexão sobre a troca e o abandono de pastores de seus ministérios pastorais e dos púlpitos pelo poder secular político.⁶⁰² De forma abismada lamentou:

É inacreditável o que estamos vendo. Pastores às centenas por esse Brasil a fora abandonando os púlpitos, numa corrida maluca, demagógica, vaidosa e gananciosa em direção às tribunas do Senado, da Câmara Federal, das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais e até do Poder Executivo Municipal, alegando desrespeitosamente que “Jesus precisa de mim como político para defender a igreja”. Para muitos está acabado a “chamada”, o Dom Ministerial está sendo colocado em segundo plano, os projetos estão tomando o lugar da Bíblia, dos esboços, das apostilas de estudos bíblicos, tudo pela ganância de ter “status” entre os homens, posição que perece, que dura pouco; enquanto o Ministério que é permanente, é “excelente obra”.⁶⁰³

A vocação religiosa, para esses pastores, deixou de existir e a missão evangelística de pregar as “Boas Novas do Evangelho” já não seria prioridade como antes, segundo o Pastor Carlos Levy. Ele faz uma dura crítica ao dizer que trocaram o resgate das almas perdidas pela busca do voto com falsas promessas:

Sim, ide em busca das almas perdidas, das ovelhas errantes, ide pelas ruas, pelos becos, valados, avenidas, bairros, convidar os pecadores para aceitar a Cristo como Salvador, chama-los à salvação; e não ide à cata de votos, com falsas promessas, muitas vezes até fazendo parte da roda dos escarnecedores.

E denuncia a postura, desses pastores-políticos, como maligna e falsária desprovida do verdadeiro sentimento cristão:

No púlpito pregam contra a mentira. Nos palanques fazem dela assunto principal nos discursos. Alguns mais ousados, totalmente desprovidos

⁶⁰² *Mensageiro da Paz*. novembro de 1990. p. 10

⁶⁰³ *Ibid.* p. 10

do verdadeiro sentimento cristão, do verdadeiro temor a Deus, ainda tem coragem de se apresentar como pastores, às vezes até dizendo: eu sou o candidato de Deus, eu sou o candidato dos evangélicos. Deus não tem candidatos. [...] O líder dos verdadeiros evangélicos é Cristo.⁶⁰⁴

Quando homens religiosos vocacionados deixam suas posições para atender ao mundo secular, seu coração foi colocado nas coisas desse mundo perdido, sua paixão e visão do Reino de Deus, segundo Levy, se perderam e a exaltação política e a tribuna se elevaram. Para ele, esses pastores trocaram a realidade viva, poderosa e alegre da presença de Deus para adentrar no mundo da hipocrisia e da demagogia. Nada obstante, sua queixa não é contra a política e a ocupação de cargos públicos, mas contra os pastores que abandonaram as igrejas, os púlpitos, deixando as ovelhas sem os devidos cuidados espirituais.⁶⁰⁵

Por sua vez, em agosto de 1989, um ano antes dessa voz pastoral ecoar pela Assembleia de Deus, próximo às eleições presidenciais, o editorial do *Jornal O Estandarte*, da Igreja Presbiteriana Independente (IPI) elevava sua voz crítica ao envolvimento da igreja evangélica na política com o título “Ou votar por uma pátria livre, ou morrer pelo Brasil”.⁶⁰⁶ Embora o editorial instigue uma participação política através do voto, fez críticas entre o conflito da opção alienante e a necessidade de participar, emitindo um parecer conclusivo sobre o processo político. Primeiro vejamos o que diz sobre os espaços de doutrinação evangélica nas publicações oficiais das igrejas:

O espaço dos jornais evangélicos dedicados ao assunto é muito pequeno e a abordagem é muito diversificada, o que dificulta uma avaliação geral do conteúdo. Resta ainda o fato de que alguns são editoriais, outras matérias assinadas, e isto desabona a afirmação de que eles representam o pensamento das comunidades religiosas ligadas ao jornal em que aparecem. Podemos dizer que algumas tendências parecem aflorar nas publicações em apreço.⁶⁰⁷

O editor denunciava a falta de um plano de embasamento dos argumentos em relação aos pronunciamentos nas questões políticas, quase como um amadorismo na forma de lidar com a temática. Eles escreveram sem objetividade, ficando assim a impressão que era intencional deixar as igrejas

⁶⁰⁴ *Mensageiro da Paz*. novembro de 1990. p. 10

⁶⁰⁵ *Ibid.* p. 10

⁶⁰⁶ *O ESTANDARTE*. Nº 8, agosto de 1989. p. 2

⁶⁰⁷ *O ESTANDARTE*. Nº 8, agosto de 1989. p. 2

ignorantes do universo político. Quase nada era falado sobre os candidatos, não eram discutidos projetos, não levantavam os problemas, não construíam soluções, agiram como se as igrejas evangélicas estivessem do “lado de fora” da política, como se não fossem cidadãos. As igrejas encontravam conselhos e diretrizes que o povo deveria obedecer, bem como a indicação pronta dos candidatos. Esses eram conselhos para qualquer povo em qualquer época, sem uma palavra concreta que servisse de bússola para a situação social presente. Significava confiar, pegar o candidato (santinho) e votar.⁶⁰⁸

O editor também faz um julgamento sobre os meios de comunicação de massa, acatados, como oficiais – a televisão e o rádio:

Dado o poder de contato e persuasão destes meios, é importante saber que, além de divulgar, eles podem criar e vender uma imagem pronta de um candidato, produzida de acordo com os interesses da máquina produtora. Considerando que os grandes sistemas de comunicação do Brasil são propriedades de algumas poucas famílias, é fácil pensar que o fluxo noticioso esteja estreitamente controlado por elas. Convém, então uma grande dose de desconfiança para com o conteúdo das informações desejadas sobre nós.⁶⁰⁹

Ainda que salutar suas palavras, acaba por cair no próprio enlaço argumentativo da crítica aos grandes conglomerados da informação considerada oficial. Se, por um lado, a mídia oficial manipula a informação e constroem seus candidatos, por outro, a igreja evangélica acaba fazendo a mesma coisa dentro de seu espaço de voz publicitária. De forma mais restrita, porém eficaz, dominam seus rebanhos sob a imposição da obediência evangélica para eleger seus candidatos – agora, crente deve votar em crente.

Outras duas questões são apresentadas pelo editor: a relação de cada candidato com o momento histórico e a proliferação dos partidos políticos. Neste caso, é dito que é possível acompanhar, mais facilmente, a situação do candidato conhecido. E para o candidato menos conhecido, é possível examiná-lo pela sua filiação partidária, como se fosse suficiente para que uma avaliação apropriada existisse. Na prática, o jornal *Estandarte*, em seu editorial, foi otimista em relação à busca das informações. Algo que não corresponde à realidade, pois o leitor não tem o interesse em conhecer seu candidato votando de forma

⁶⁰⁸ **O ESTANDARTE**. Nº 8, agosto de 1989. p. 2

⁶⁰⁹ Id. p. 2

útil ou como voto de cabresto. Já em relação aos partidos, eles são estigmatizados na dicotomia do bem e do mal, de direita e de esquerda, do lado da verdade e do lado da mentira, dos ordeiros e dos arruaceiros, dos ricos e dos pobres, contudo, menos como consciência de disputa de classe. E, tudo isso, sem levarmos em apreço o quanto é difícil o acesso à informação.

Enfim, o editorial profere:

É preciso juntar todo o material possível para que se possa fazer uma ideia do que o candidato fará, se eleito, no enfrentamento dos problemas nossos de cada dia... É lógico que não devemos confiar apenas nas palavras, nas declarações, mas em todos os dados que de uma ou outra forma credenciam ou desabonem o candidato a futuro líder deste grande país, que sofre por falta de administração condigna, comprometida unicamente com os interesses legítimos do povo brasileiro.⁶¹⁰

Que prova precisamos para justificar o distanciamento entre o sonho ideal da busca dos materiais informativos para a escolha dos candidatos para a prática diária do desinteresse e do próprio distanciamento dos membros da igreja da política? Embora lideranças evangélicas tenham “deixado os seus templos” para ocupar cargos no Legislativo, nas Prefeituras e nas Câmaras de vereadores, o povo evangélico pertencente a uma classe social, pode apresentar em alguns momentos a falta de consciência política e consciência de classe por causa de seu distanciamento social travestido de santificação espiritual. Apesar disso, nesse período de distanciamento, o apoliticismo passa a ser descartado porque os membros das igrejas confiam nas palavras de seus pastores e líderes parlamentares. Acreditam que estão fazendo a vontade de Deus, que são representante do evangelho no Congresso. Abonam seus votos aos indicados da congregação, seguem a opinião política dos irmãos mais influentes da liderança eclesiástica, comumente, os mais ricos e endinheirados próximos ao pastor. Não ousam questionar a voz pastoral, sofrem ameaças de perder espaço na denominação (comunidade), temem serem taxados de rebeldes e excomungados como pecadores, muitos se intimidam diante da pressão da maioria submissa, subserviente e acrítica.

Um dos resultados do referido acima, são as eleições presidenciais de 1989 que colocaram os evangélicos no caminho da direita, do conservadorismo,

⁶¹⁰ **O ESTANDARTE**. Nº 8, agosto de 1989. p. 2

e, novamente, do lado do anticomunismo como sinal da manipulação do discurso fundamentalista aliado ao Centrão. Do outro, essa situação confusa sobre o posicionamento evangélico na política no final da década de 1980 trouxe alguns prejuízos concretos nas eleições de 1990. Os discursos conflitantes dentro das igrejas, de certa forma, são indícios que fizeram cair os votos naqueles representantes que constituíram a bancada evangélica na Constituinte, dos 32 titulares eleitos no ano de 1986, pelos menos, 14 deles não foram reeleitos. Somente Benedita da Silva, do lado progressista, foi reeleita caracterizando o acirramento da demonização da esquerda política nacional nas igrejas evangélicas. Naquele ano eleitoral, a bancada evangélica foi reduzida a 22 parlamentares eleitos, predominantemente, das Igrejas Pentecostais. Mas não podemos considerar um fracasso evangélico, e, sim, um esforço de renovação e mudança de atitude, uma vez que uma das entidades que mais fez lobby na Constituinte, a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), denunciada por envolvimento em muitos escândalos, desapareceu em 1990 na mesma velocidade que ressurgiu no início da redemocratização.

Desse novo momento político para os evangélicos e do novo tempo de consolidação da democracia, com as primeiras eleições diretas no país, me reservo a fazer muitas perguntas retóricas: podemos afirmar que é legítima a participação evangélica na política, mas é legítima termos bancadas de interesse no Congresso, compartimentalizando a sociedade em grupos de intenções privadas? Sabemos que existem vários grupos de interesses numa sociedade, mas a política deve olhar privilegiando um em detrimento do outro? Por exemplo, se benefício um interesse restrito dos evangélicos posso ferir um interesse dos espíritas, ou católicos, ou umbandistas ou dos ateus. Se privilegio um interesse dos ruralistas, posso ferir o interesse daqueles que lutam por reforma agrária, ou, ainda, se privilegio o interesse da bancada da mineração, como ficam as demarcações e a preservação das terras indígenas, ribeirinhos e quilombolas? Então, como deve ser o olhar político, de cunho privado ou visando o bem comum? O presidente tem que ser evangélico, ou católico, ou espírita, ou umbandista, ou ateu para que seja um bom político? Devemos fazer das leis religiosas, em sua diversidade, leis civis para o bom andamento da sociedade? Compete a nossos parlamentares responderem a tais questionamentos.

O que esperar das Igrejas Evangélicas na política? Os Evangelhos sinóticos (Marcos 12:13-17, Mateus 22:15-22 e Lucas 20:20-26) apresentam uma abreviação da relação entre o cristianismo e a autoridade secular: “Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”. Política e religião se misturam socialmente, os membros das igrejas evangélicas pagam impostos, são cidadãos. Portanto, um olhar no futuro, sobre a continuidade dos evangélicos na política é; se “a segmentação protestante impulsiona o crescimento, mas dificulta a união política”, como disse Freston⁶¹¹, e, os temas dividem a opinião, a manutenção dos privilégios para as igrejas, a deixam unidas e sólidas, sob a justificativa de que o seu povo não precise pagar imposto duas vezes.

⁶¹¹ FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993. p.278

FONTES:

BOLETIM TEOLÓGICO. **Fraternidade Teológica Latino-Americana**. Nº 8 e 18

CARTA PASTORAL DA PRESIDÊNCIA DA IGREJA LUTERANA - **Igreja e Política 1988**.

CARTA PASTORAL DA PRESIDÊNCIA DA IGREJA LUTERANA - **Eleições 1989**.

CARTA PASTORAL DA PRESIDÊNCIA DA IGREJA LUTERANA - **Eleições 1992**

CONFISSÃO DE AUGSBURGO. **Artigo 16**.

CONSTITUINTES: **os profetas do amanhã**. Assembleia Nacional Constituinte – Posse do Presidente da Assembleia Nacional Constituinte – Discurso do Deputado Ulisses Guimarães após eleito presidente da ANC, em 2 de fevereiro de 1987.

DCN – **Diário do Congresso Nacional** – Ata 77ª Sessão do dia 30 de maio de 1985 / Ata da 39ª Sessão de 6 de março de 1987.

DCN – **Diário do Congresso Nacional**. Ano XLI – Nº 013. 20 de março de 1989.

DCN – **Diário do Congresso Nacional**. Ata 23ª Sessão de 19 de março de 1986.

ESTATUTO. **Conselho Nacional de Igrejas Cristã do Brasil**. Capítulo I, Artigo I e parágrafo único. p.1 https://www.conic.org.br/portal/files/Estatuto_22A.pdf

JORNAL DO BRASIL. Nº 121 – 7 de agosto de 1988.

O JORNAL BATISTA. Anos de 1987/88

O JORNAL BATISTA, Rio de Janeiro, números 41, 42, 43, 44 e 45.

JORNAL BATISTA. 12/04/1964

JORNAL O GLOBO. 16 de agosto de 1988.

JORNAL CORREIO BRAZILIENSE. 21 de agosto de 1988. Caderno Política.

JORNAL DA CONSTITUINTE. Volumes 369 – 374; nº 29 a 34 / nº 63

JORNAL MENSAGEIRO DA PAZ. Anos de 1981 (nº 1135); ano de 1985 (nº 1174, 1177, 1178, 1182); ano de 1986 (nº 1186, 1188, 1191); ano de 1988 (nº 1143).

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. 24 de maio de 1988.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. 10 de março de 1982. Opinião, Nacional.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. 8 de abril de 1986. Política-Economia.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, de 17 de setembro de 1995. “Evangélicos no Congresso / Bancada Evangélica começou com um boato”.

NOVOS ESTUDOS – Revista nº 34. Volume 3, novembro de 1992.

OBSERVATÓRIO DA RELIGIÃO. E-ISSN 2358-6087. Volume 2, no. 02, jul.-dez. 2015,

O ESTANDARTE. Igreja Presbiteriana Independente. Ano 1986 a 1989.

O JORNAL BATISTA – Convenção Batista Brasileira (CBB) – anos de 1988/89.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Secretaria de Administração. Diretoria de Gestão de Pessoas. Coordenação – Geral de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Biblioteca da Presidência da República.

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 2/1987

BRASIL, **PROJETO DE RESOLUÇÃO** Nº 2-A, de 1987 – I

REVISTA ACONTECEU NO MUNDO EVANGÉLICO. Nº 67, de junho de 1988, Ano VII

REVISTA ACONTECEU NO MUNDO EVANGÉLICO. Nº 84, de maio de 1990, Ano VII

REVISTA ISTO É/nº 1321 - 25/01/1995.

REVISTA USP, São Paulo, n.59, p. 144-163, setembro/novembro 2003.

SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. **Anuário Estatístico do Brasil** - 1983. Rio de Janeiro: IBGE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BÍBLIA, Versão Atualizada, de João Ferreira de Almeida.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Deuses do Povo**. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1986.

BONHOEFFER, Dietrich. **Ética**. Rio Grande do Sul: SINODAL, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, Templo e Mercado**: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Simpósio editora Universidade metodista de São Paulo, 1997.

CÂNONES. **Igreja Metodista**. 2017 - Colégio Episcopal da Igreja Metodista. São Paulo: Ed. Angular, 2019.

CAVALCANTE, Robson. **Cristianismo e Política**: Teoria bíblica e prática histórica. Viçosa: Ultimato, 2002.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiro**. 3ª edição. Brasília: UNB, 1998.

CONTROT, Aline. REMOND, Réne. **Por uma história Política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Religião e Política.

CRESPIGNY, Anthony de e CRONIN, Jeremy. **Ideologia e Políticas**. 2ª edição. Brasília: UNB, 1999.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Religião e Política**: ideologia e ação da bancada evangélica na Câmara Federal. Tese apresentada a banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutorado em psicologia social, sob a orientação do professor doutor Salvador Antônio Mireles Sandoval. São Paulo: 2011.

DELGADO, Lucília. **História do tempo presente e ensino de História**. Revista História Hoje, vol. 2, nº 4, p. 19-34 – 2013.

Dr. FERREIRA, Jefferson Drezzet. **Direitos Reprodutivos**: aborto legal. Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Julho, 2018.

DREHER, Martin N. **História da igreja em debate**. São Paulo: HASTE, 1994.

FANINI, Nilson do Amaral. **Congresso Geração 79**. 1979.

FREIRE, Américo. **A via partidária na transição política brasileira**. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. Tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. 1993.

GIBELLINI, Rosino. **A Teologia do Século XX**. São Paulo: LOYOLA, 1998.

HAHN, Carl Joseph. **História do Culto Protestante no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1986.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÉONARD, Émile-G. **O Protestantismo no Brasil**: estudo de eclesiologia e de história social. 2ª edição. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1981.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Reflexões sobre a história do tempo presente**: uma história do vivido. REIS, Tiago Siqueira.et. al. Organizadores. **Coleção história do tempo presente**: volume 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, Mídia e Poder**: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

LUNA, Francisco Vidal. **O Brasil desde 1980**. São Paulo: A Girafa Editoras, 2007.

MACEDO, Michelle Reis de. **Recusa do passado, disputa no presente**. Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980). Maceió: Edufal, 2015.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião, cultura e política**. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(2): 29-56, 2012

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Editora Brasiliense; 2004.

MARCELINO, Douglas Attila. **Cartas à viúva Neves**: a dimensão privada da morte presidencial. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

MELO, Sidnei. **Pelo centro, contra a esquerda**. *Revista Brasileira de Ciência Política*. nº 33, 2020,

MENDONÇA, Antônio Gouvêa e FILHO, Prócoro Velasques. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: LOYOLA, 1990.

MENDONÇA, Antônio Gouvêia. **República e pluralidade religiosa no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.59, p. 144-163, setembro/novembro 2003.

MARIANO, Ricardo. **Laicidade à brasileira**: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio-ago. 2011

MEIN, Davi. **O que Deus tem feito**. Rio de Janeiro: JUERP, 1982.

MONTERO, Paula. **Religião, pluralismo, secularismo e esfera pública no Brasil**. Novos Estudos, n74, março de 2006

MOTTER, Paulino. **A batalha invisível da Constituinte**: Interesses privados versus caráter público da rádio difusão no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz: Edições Livres, 2019.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

R. MARIANO – **Laicidade à brasileira**: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio-ago. 2011

REILY, Duncan Alexander. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1993.

REIS, Daniel Aarão. **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004.

REIS, Tiago Siqueira.et. al. Organizadores. **Coleção história do tempo presente**: volume 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

REMOND, Réne. **Por uma história Política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SARLO, Beatriz. **Tiempo Pasado**. Cultura de la memoria giro subjetivo. Uma discusion. 1ª ed. – Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentinos, 2005.

SANTOS, Fabrício Lyrio e FILHO, A. D. Guerra Filho. **Ensinar História no século XXI**: dilemas e perspectivas. Cruz das Almas, Bahia: UFRB, 2019

SIMON, Pedro. **A reconstrução da democracia** / Pedro Simon. Brasília: Senado Federal, 2006.

SYNAN. Vinson. **O Século do Espírito Santo**: 100 anos de avivamento pentecostal e carismático. São Paulo: Vida, 2009.

SAQUETTO, Diemerson. **A invenção do pastor político**: imaginários de poder político construídos a partir da história das bancadas evangélicas. Espírito Santo, 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

ULTIMATO, **Nova Carta Constitucional**. Outubro de 1985 – Constituinte, protestantismo brasileiro e participação política.

WARKEN, José Claudio. **As frentes parlamentares na Câmara dos Deputados**: as proposições evangélicas de 2003 a 1012. Belém, 2015. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal do Pará, 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Os parlamentares da Igreja Assembleia de Deus⁶¹²

1) ANTÔNIO DE JESUS (PMDB-GO)



Portal da Câmara dos Deputados
Data de falecimento: 03/09/2020

Antônio de Jesus (PMDB-GO) que apresentou 108 emendas, tendo aprovado 31. Sua principal emenda alterou o artigo 299 da Constituição, garantido ao menor de idade acesso ao trabalho, mas vetando que ele esteja em atividades que prejudique sua formação moral, intelectual e psíquica. Sua segunda principal medida aprimora o inciso do artigo 7º garantindo a licença remunerada à gestante.⁶¹³ Foi deputado federal na Constituinte de 1987 a 1988, deputado por Goiás de 1987 a 1991, de 1991 a 1993 e 1995. Obteve uma suplência após concorrer a uma cadeira na Assembleia legislativa na legenda de sustentação da ditadura militar instaurada em 1964 – o partido da Aliança Renovadora Nacional - Arena. De 1979 a 1983, foi subchefe do Gabinete Civil do Governador de Ari Valadão. Também suas ações se estenderam para:

O voto a favor do rompimento das relações diplomáticas com países que praticassem políticas de discriminação racial; do presidencialismo; do mandato de cinco para o presidente José Sarney; da nacionalização do subsolo; do limite de 12% ao ano para os juros reais; da imitação dos cargos da dívida externa, do aviso prévio proporcional, da unidade sindical, da soberania popular; da proibição do comércio de sangue, da anistia aos micro e pequeno empresários. Foi contra a pena de morte;

⁶¹² O que segue sobre os parlamentares foi transcrito dos documentos.

⁶¹³ *Jornal da Constituinte*. 11 a 17 de janeiro de 1988. Nº 31. p. 12

a limitação do direito de propriedade, a estatização do sistema financeiro; o aborto; o mandato de segurança coletivo; a remuneração 50% superior para o trabalho extra; a jornada semanal de 40 horas; o turno ininterrupto de seis horas; a demissão sem justa causa; a criação de um fundo de apoio à reforma agrária; a desapropriação da propriedade produtiva; a legalização do jogo do bicho.⁶¹⁴

2) SALATIEL CARVALHO (PFL-PE)



Portal da Câmara dos Deputados

Salatiel Carvalho (PFL-PE) apresentou cerca de 131 emendas, tendo a aprovação de 46. Suas principais emendas foram a alteração de 2/3 do quórum para a eleição de juiz; redução de 6 meses para 30 dias do prazo para a impugnação de mandato eletivo após a diplomação; obrigatoriedade do acesso do menor ao mercado de trabalho disciplinado pelo Estado.⁶¹⁵ Sendo graduado em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco em 1974 fez sua carreira profissional nas empresas Asa Engenharia Ltda, Engenharia, Comércio e Indústria Ltda e na Companhia de Eletricidade de Pernambuco (CELPE). Nessa última, ocupou o cargo de gerente regional de operações de 1982 a 1986. Já como pastor evangélico da Assembleia de Deus, naquele ano de 1986, se filiou ao Partido da Frente Liberal (PFL) se candidatando a deputado federal para a Constituinte. Como conservador, se tornou grande opositor de Miguel Arraes em Pernambuco, conseguindo a adesão dos evangélicos de Pernambuco. Na Constituinte, seguiu os passos de Antônio de Jesus nas

⁶¹⁴ Disponível em: www.fg.br/cpdoc/dicionários/verbete-bibliografia-AntoniodeJesus. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

⁶¹⁵ **Jornal da Constituinte**. 11 a 17 de janeiro de 1988. Nº 31. p. 10

aprovações e desaprovações das pautas no Congresso, acrescentando a lista dos votos contrários a desaprovação da estabilidade no emprego.⁶¹⁶

3) BENEDITA DA SILVA (PT-RJ)



Portal da Câmara dos Deputados

Benedita da Silva (PT-RJ), de linha progressista, apresentou 84 emendas e aprovou 24 destas – suas principais foram dar ao Estado a competência para coibir a violência no âmbito das relações familiares; garantir a assistência oficial de atendimento em pré-escolas às crianças de zero a 6 anos de idade; dar direito a família à proteção social, econômica e jurídica do Estado e garantir aos trabalhadores domésticos melhoria de condições sociais.⁶¹⁷ Nascida de família pobre na favela da praia do Pinto, no bairro do Leblon, começou a trabalhar ainda na infância sendo vendedora ambulante, empregada doméstica, operária fabril, servente de escola, auxiliar de enfermagem, professora de escola comunitária e funcionária do Departamento de Trânsito (DETRAN) do Rio de Janeiro. Em 1972, se tornou evangélica e em 1976 presidente da Associação dos Moradores do Morro do Chapéu Mangueira. Em 1980 foi uma das fundadoras do partido dos Trabalhadores. Em 1984, se formou em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro (1980-1984). Como ativista política, se elegeu

⁶¹⁶ Disponível em: www.fg.br/cpd/doc/dicionários/verbete-bibliografia-salatielcarvalho. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

⁶¹⁷ **Jornal da Constituinte**. 18 a 24 de janeiro de 1988. Nº 32. p. 11

deputada federal em 1986. Após a aprovação da Constituição em 1988, atuou na comissão especial de proteção à infância e a juventude.⁶¹⁸

4) COSTA FERREIRA (PFL-MA)



Portal da Câmara dos Deputados

Costa Ferreira (PFL-MA) apresentou 180 emendas, tendo a aprovação de 40 ao todo. Suas principais foram a alteração do prazo de impugnação de mandato reduzido de 6 meses para 15 dias; proibiu também o acesso do menor em qualquer atividade artística ou afim que possa capturar prejuízos à sua formação moral, intelectual e psíquica; assegurou a proteção às participações individuais em obras coletivas, à reprodução de imagem e voz humana,⁶¹⁹ inclusive as atividades esportivas.⁶²⁰ Foi pastor da Assembleia de Deus filiado ao partido de sustentação dos militares – Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Em 1976 foi vereador em São Luís do Maranhão e no ano posterior se tornou líder do partido. Em 1979, com o fim do sistema bipartidário, se filiou ao Partido Democrático Social (PDS) que substituiu a ARENA. Em 1985, se filiou ao Partido da Frente Liberal (PFL) se tornando deputado federal em 1986. Ele

⁶¹⁸ Disponível em: www.fg.br/cpd/doc/dicionários/verbete-bibliografia-beneditadasilva. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

⁶¹⁹ O Inciso XXVIII presente no **artigo 5º da Constituição Brasileira Federal de 1988** - Direitos autorais e da personalidade em obras coletivas

⁶²⁰ **Jornal da Constituinte**. 21 a 27 de janeiro de 1987. Nº 30. p. 11

apresentou o Projeto de Lei nº 2.480, de 1989 que instituiu o Dia Nacional da Fé Cristã no Brasil.⁶²¹

5) JOÃO DE DEUS (PPR-RS)



Portal da Câmara dos Deputados

João de Deus (PPR-RS),⁶²² depois migrou para o PFL do Rio de Janeiro de onde foi expulso. Foi o beneficiário das concessões de rádio trocados pelos votos de cinco anos dados ao presidente José Sarney.⁶²³ Apresentou 59 emendas, sendo aprovadas 20. Suas principais ações proibiram a comercialização de órgãos humanos e, uma segunda, relacionada à censura estabelecendo a ação do sensor no tocante à defesa da moral, dos bons costumes do menor e que vá de encontro os valores religiosos e a ordem constitucional. O cinema e o teatro terão restrições de idade.⁶²⁴

⁶²¹ Disponível em: www.fg.br/cpdoc/dicionários/verbete-bibliografia-ferreiracosta. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

⁶²² *Jornal do Brasil*. 7 de agosto de 1988. Nº 121. p. 6

⁶²³ *Jornal Folha de São Paulo*. 10 de julho de 1988. Política – 1º Caderno A. p. 11

⁶²⁴ *Jornal da Constituinte*. 25 a 31 de janeiro de 1988. Nº 33. p. 11

6) JOSÉ FERNANDES (PDT-AM)



Portal da Câmara dos Deputados

José Fernandes (PDT-AM), de linha progressista, apresentou 97 emendas e aprovou 28. Aprovou Concessão de aposentadoria de 48 anos para mulher e 53 para o homem; inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, garantindo o livre exercício de cultos que não contrariem a moral e os bons costumes.⁶²⁵

7) MANOEL MOREIRA (PMDB-SP)



Portal da Câmara dos Deputados

⁶²⁵ *Jornal da Constituinte*. 11 a 17 de janeiro de 1988. Nº 31. p. 13

Manoel Moreira (PMDB-SP) apresentou 329 emendas, aprovando 95 ao todo. Destas as mais importantes são a aprovação sobre a fiscalização e aplicação de recursos repassados pela União aos estados, Distrito Federal e municípios; lei sobre a perda da nacionalidade brasileira; defesa dos consumidores; determinação de remuneração de deputados e senadores sujeitos aos impostos gerais e de renda.⁶²⁶

8) MILTON BARBOSA (PMDB-BA)



Portal da Câmara dos Deputados

Milton Barbosa (PMDB-BA)⁶²⁷ foi favorável ao rompimento de relações diplomáticas com países que tinham políticas racistas, ao mandado de segurança pública, a descriminalização do aborto, à soberania popular e ao voto aos 16 anos.⁶²⁸

⁶²⁶ *Jornal da Constituinte*. 14 a 20 de janeiro de 1987. Nº 29. p. 11

⁶²⁷ Não foi encontrado registros no Jornal da Constituinte.

⁶²⁸ Disponível em: www.camara.gov.br - Acesso em: 09 de maio de 2022

9) SOTERO CUNHA (PDC-RJ)



Portal da Câmara dos Deputados
Data de falecimento: 01/01/2005

Sotero Cunha (PDC-RJ) apresentou 288 emendas tendo 77 aprovadas. Emenda pela participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nos recursos públicos para ingressar na magistratura; pelo disciplinamento da promoção por merecimento dos juízes estaduais; pela redução para dois anos do prazo para que o juiz adquira vitaliciedade; pela gratuidade de todos os atos necessários ao exercício da cidadania, os da natureza processual e dos registros civil, da união com os correspondentes.⁶²⁹

10) ORLANDO PACHECO (PFL-SC)



Portal da Câmara dos Deputados

⁶²⁹ *Jornal da Constituinte*. 14 a 20 de janeiro de 1987. Nº 29. p. 12

Orlando Pacheco (PFL-SC) apresentou 38 emendas, aprovando 9. Apresentou lei que concedia anistia a todos os punidos ou processados por atos de exceção, institucional ou complementares, praticados no período compreendido entre 2/9/61 a 1/2/87; o custeio da previdência social será atendido pela contribuição das empresas, calculadas sobre a folha de salários, contribuição dos segurados e da União; a inviolabilidade do domínio é extensiva às sedes das entidades associativas, bem como Campus universitários.⁶³⁰

11) GIDEL DANTAS (PDC-CE)



Portal da Câmara dos Deputados

Gidel Dantas (PDC-CE) apresentou 26 emendas, aprovou 8. Suas principais emendas foram a aprovação à navegação de cabotagem para transporte de mercadorias sendo privativa de navios nacionais, salvo em situações transitórias de premente necessidade pública reconhecida por ato do executivo; o servidor será aposentado por invalidez compulsoriamente aos setenta anos de idade para o homem e 65 para mulher ou voluntariamente após 35 anos de serviço para o homem e 30 para mulher; só será permitido atividade nuclear no Brasil com fins pacíficos.⁶³¹

⁶³⁰ *Jornal da Constituinte*. 1 a 7 de fevereiro de 1988. Nº 34. p. 11

⁶³¹ *Ibid.* p. 13

12) ELIEL RODRIGUES (PMDB-PA)

Portal da Câmara dos Deputados

Eliel Rodrigues (PMDB-PA) apresentou 195 emendas, tendo aprovado 42. Aprovou a Lei sobre impedimento dos Estados e o Distrito Federal tem a faculdade de instituir adicional ao Imposto de Renda e os proventos de pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliados nos respectivos territórios; a que estabelece a proteção aos locais de cultos religiosos aqui prioriza a utilização de recursos públicos pelas escolas públicas; e sobre a composição da Câmara Federal.⁶³²

13) MATHEUS IENSEN (PMDB-PA)

Portal da Câmara dos Deputados

⁶³² *Jornal da Constituinte*. 21 a 27 de janeiro de 1987. Nº 30. p. 10

Matheus Iensen (PMDB-PA) apresentou 179 membros das quais 44 foram aprovadas. Das principais emendas aprovadas uma estabelece a contagem recíproca de tempo de serviço em atividades públicas e privadas; garantia ensino público de primeiro grau Universal obrigatório e gratuito; assegura a proteção aos participantes individuais em obras coletivas; a reprodução de imagens de voz humana, inclusive nas atividades esportivas assegurando aos autores e intérpretes do controle econômico sobre as obras.⁶³³

14) JOSÉ VIANA (PMDB-RO)



Portal da Câmara dos Deputados

José Viana (PMDB-RO) apresentou 6 emendas e aprovou 2. Foi membro da Subcomissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.⁶³⁴

Observa-se que os parlamentares da Assembleia de Deus seguiram, basicamente, as ações descritas no quadro citado do primeiro parlamentar listado – Antônio de Jesus

⁶³³ *Jornal da Constituinte*. 11 a 17 de janeiro de 1988. Nº 30. p. 12

⁶³⁴ *Jornal da Constituinte*. 5 de outubro de 1988. Nº 63. p. 16

APÊNDICE B - Os parlamentares das Igrejas Batistas.

1) AROLDE DE OLIVEIRA (PFL-RJ)



Portal da Câmara dos Deputados

Arolde de Oliveira (PFL-RJ) apresentou 103 emendas sendo que 24 foram aprovadas. Suas principais emendas foram a supressão de dispositivo que previa a realização de plebiscito nos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro para que as respectivas populações se manifestassem sobre a fusão das duas unidades; obrigatoriedade dos órgãos de direção dos tribunais que tiveram os juízes de primeiro grau a ele subordinados, inclusive o órgão especial onde houver, serem compostos por membros eleitos pelos magistrados vitalícios.⁶³⁵ Estudou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) se tornando capitão da arma de engenharia. Em 1965 se formou em engenharia eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e em 1967 se formou como economista pela Faculdade Candido Mendes no Rio de Janeiro-RJ. Durante o regime militar ocupou vários cargos no governo. Como membro da Igreja Batista de Niterói fez parte do grupo parlamentar de evangélicos pentecostais. Na câmara voltou seguindo a mesma disposição do Antônio de Jesus.⁶³⁶

⁶³⁵ *Jornal da Constituinte*. 21 a 27 de janeiro de 1987. Nº 30. p. 11

⁶³⁶ Disponível em: www.fg.br/cpdoc/dicionários/verbete-bibliografia-aroldedeoliveira. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

2) EDÉSIO FRIAS (PDT-RJ)



Portal da Câmara dos Deputados

Edésio Frias (PDT-RJ), de linha progressista, ficou suplente na Constituinte, assumindo o mandato somente em 1988. Votou a favor da estabilidade do emprego, da legalização do aborto e da jornada de trabalho de 40 horas semanais dentre outros.⁶³⁷

3) ENOCH VIEIRA (PFL-MA)



Portal da Câmara dos Deputados

Enoch Vieira (PFL-MA) apresentou 148 emendas, aprovando 44. Como principal ação estabeleceu que cabe ao Estado garantir o ensino público de 1º

⁶³⁷ *Assembleia Nacional Constituinte*. Repertório 1987 – 1988.

grau, universal, obrigatório e gratuito; estabelece o controle externo da Câmara Municipal sendo exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou Conselho de Contas dos municípios onde houver; também são inelegíveis para qualquer cargo o cônjuge ou os parentes por consanguinidade, até o segundo grau, por afinidade ou adoção do prefeito, governador e do Presidente da República.⁶³⁸ Foi pastor protestante filiado a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), atuando como parlamentar político durante todo o período militar.

4) ERALDO TINOCO (PFL-BA)



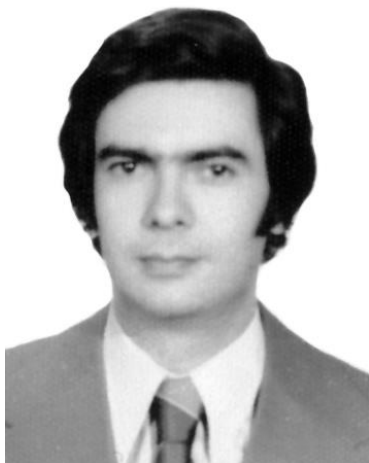
Portal da Câmara dos Deputados

Eraldo Tinoco (PFL-BA) apresentou 156 emendas das quais 49 foram aprovadas. Das suas principais emendas, uma determinou que o mercado interno integraria o Patrimônio Nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento socioeconômico, cabendo ao poder público privilegiar a capacitação científica e tecnológica nacional para concessão de incentivos; outra determinava a proibição de utilização de recursos públicos pelas entidades privadas de ensino com fins lucrativos; e, por fim, uma outra emenda definiu que a União aplicaria 18% da receita resultante de impostos na manutenção de ensino.⁶³⁹

⁶³⁸ *Jornal da Constituinte*. 21 a 27 de janeiro de 1987. Nº 30. p. 13

⁶³⁹ *Jornal da Constituinte*. Nº 63. 05 de outubro de 1988. P. 10

5) FAUSTO ROCHA (PFL-SP)



Portal da Câmara dos Deputados
Data de falecimento: 07/04/2011

Fausto Rocha (PFL-SP) apresentou 136 emendas e teve 28 delas aprovadas. Sua principal emenda foi a que reconhece o direito do trabalhador ao repouso semanal remunerado.⁶⁴⁰

6) NELSON AGUIAR (PMDB-ES)



Portal da Câmara dos Deputados

Nelson Aguiar (PMDB-ES) apresentou 39 emendas, aprovando 13. Sua principal emenda seguiu a liberdade de expressão da atividade intelectual,

⁶⁴⁰ *Jornal da Constituinte*. 11 a 17 de fevereiro de 1988. Nº 31. p. 10

artística e científica sem censura ou licença e aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras.⁶⁴¹

7) ROBERTO VITAL (PMDB-MG)



Portal da Câmara dos Deputados

Roberto Vital (PMDB-MG) apresentou 32 emendas, aprovando 10. Foi membro da Subcomissão de Ciência e tecnologia e da Comunicação e membro da Comissão da Família, educação, Cultura e esportes, da Ciência e tecnologia e da Comunicação.⁶⁴²

⁶⁴¹ *Jornal da Constituinte*. 1 a 7 de fevereiro de 1988. Nº 34. p. 11

⁶⁴² *Jornal da Constituinte*. 5 de outubro de 1988. Nº 63. p. 22

APÊNDICE C - Os parlamentares da Igreja Congregacional.

1) DASO COIMBRA (PMDB-RJ)



Portal da Câmara dos Deputados
Data de falecimento: 11/12/2007

Daso Coimbra (PMDB-RJ) Apresentou 88 emendas, das quais 23 foram aprovadas. Sua principal emenda foi a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, assegurada a livre profissão de fé e o exercício público dos cultos religiosos.⁶⁴³

2) LYSÂNEAS MACIEL (PDT-RJ)



Portal da Câmara dos Deputados
Data de falecimento: 06/12/1999

⁶⁴³ *Jornal da Constituinte*. 18 a 24 de janeiro de 1988. Nº 32. p. 10

Lysâneas Maciel (PDT-RJ) apresentou 143 emendas, das quais 30 foram aprovadas. Suas principais foram: durante um ano a partir da promulgação a união os estados e os municípios estão obrigados a eliminar de suas administrações todos os aspectos que configurem indesejáveis privilégios ou a berrantes injustiças, ainda que se tem que legislar em prejuízo de direitos adquiridos; homem e mulher são iguais em direitos e obrigações e nenhuma exceção será tolerada além das oriundas de funções naturais.⁶⁴⁴

APÊNDICE D - Parlamentares das Igrejas Evangélicas Presbiterianas

1) CELSO DOURADO (PMDB-BA)



Portal da Câmara dos Deputados

Celso Dourado (PMDB-BA) apresentou 30 emendas, tendo 5 aprovadas. Foi membro da Comissão de Sistematização.⁶⁴⁵

⁶⁴⁴ **Jornal da Constituinte**. 21 a 27 de dezembro de 1988. Nº 30. p. 13

⁶⁴⁵ *Ibid.* p. 8

2) LEVI DIAS (PFL-MS)



Portal da Câmara dos Deputados

Levi Dias (PFL-MS) apresentou 24 emendas, aprovou 7. Foi membro da Subcomissão Dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos e da Comissão da Ordem Social.⁶⁴⁶

3) RUBEM BRANQUINHO (PMDB-AC)



Portal da Câmara dos Deputados

Rubem Branquinho (PMDB-AC) apresentou 54 emendas e aprovou 24. Foi 1º vice-presidente da subcomissão do Poder Legislativo e membro da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.⁶⁴⁷

⁶⁴⁶ Id. p. 16

⁶⁴⁷ Id. p. 22

4) LÉZIO SATHLER (PMDB-ES)



Portal da Câmara dos Deputados

Lézio Sathler (PMDB-ES) apresentou 18 emendas e aprovou 2. Foi membro da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira e da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.⁶⁴⁸

APÊNDICE E – Parlamentares da Igreja do Evangelho Quadrangular:

1) JAIME PALIARIN (PTB-SP)



Portal da Câmara dos Deputados

⁶⁴⁸ *Jornal da Constituinte*. 5 de outubro de 1988. Nº 63. p. 16

Jaime Paliarin (PTB-SP) apresentou 13 emendas, tendo aprovado 2. Membro da Subcomissão dos Direitos Coletivos e Garantias e da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.⁶⁴⁹

2) MÁRIO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)



Portal da Câmara dos Deputados

Mário de Oliveira (PMDB-MG) apresentou 6 emendas, aprovando 2. Foi membro da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas e da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições.⁶⁵⁰

⁶⁴⁹ *Jornal da Constituinte*. 5 de outubro de 1988. Nº 63. p. 13

⁶⁵⁰ *Jornal da Constituinte*. 5 de outubro de 1988. Nº 63. p. 18

APÊNDICE F – Parlamentares da Igreja Cristã Evangélica

1) NAPHTALI ALVES (PMDB-GO)



Portal da Câmara dos Deputados

Naphtali Alves (PMDB-GO) apresentou 231 emendas, aprovou 51. Sua principal emenda estabeleceu a duração do mandato de prefeito em quatro anos. Foi membro da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira e da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.⁶⁵¹

⁶⁵¹ *Jornal da Constituinte*. 14 a 20 de dezembro de 1987. Nº 29. p. 13 / *Jornal da Constituinte*. 5 de outubro de 1988. Nº 63. p. 19

APÊNDICE G - Parlamentar da Igreja Universal

1) ROBERTO AUGUSTO (PTB-RJ)



Portal da Câmara dos Deputados

Roberto Augusto (PTB-RJ) aprovou 13 emendas, das 39 apresentadas. Foi 1º vice-presidente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e membro da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.⁶⁵²

APÊNDICE H – Parlamentar da Igreja Adventista:

1) EUNICE MICHELES (PFL-AM)



Portal da Câmara dos Deputados

⁶⁵² *Jornal da Constituinte*. 5 de outubro de 1988. Nº 63. p. 22

Eunice Micheles (PFL-AM) apresentou 193 emendas, tendo aprovado 55. Membro da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.⁶⁵³

⁶⁵³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/139194/biografia> Acesso em 19/12/2022